



Relatório Circunstanciado de Gestão

1º Quadrimestre
2020

Unidade de Coordenação de Controle Interno

Assunto: Relatório Circunstanciado – 1º Quadrimestre/2020

Em cumprimento as atribuições indicadas nos artigos 6º e 7º da Lei Municipal nº 1417 de 30 de julho de 2001, a Unidade de Coordenação do Controle Interno do Município de Navegantes, com base nos dados apurados nos Órgãos Setoriais de Controle Interno, emite o presente relatório sobre a gestão do Prefeito relativo ao 1º quadrimestre de 2020.

A Unidade de Coordenação de Controle Interno realiza um trabalho de coleta de dados dos diversos Órgãos Setoriais de Controle Interno, conforme Decreto 591/2006 de Regulamentação do Sistema do Controle Interno Municipal, para o devido acompanhamento da gestão e apurar possíveis irregularidades e/ou falhas para que sejam tomadas as providências necessárias.

O órgão de controle interno do Município realiza questionários através de sistema informatizado nos diversos órgãos setoriais para o acompanhamento mais eficiente sobre os controles adotados e a adotar em cada unidade gestora. Desta forma, faz-se uma análise para identificar os setores que apresentam ausência de controle ou os controles mais frágeis para que estes sejam prioridades na atuação do sistema de controle interno municipal.

Além disso, o Órgão Central de Controle Interno do Município tem editado, publicado e revisado várias instruções normativas com temas específicos sobre os procedimentos de controle a serem adotados nos órgãos setoriais de controle interno. As normativas são publicadas no sítio eletrônico do Município e divulgadas para os responsáveis nas unidades e acompanhadas/fiscalizadas pelo órgão central de controle interno.

A sistemática de controle interno do município atualmente ainda está sendo reformulada a fim de alcançar um padrão de eficiência e eficácia desejada. A Lei que institui o Sistema de Controle Interno é de 2001 e seu regulamento é de 2006, estando ambos defasados em diversos pontos, apesar de ter sido realizado através do Decreto nº 351/2017 algumas atualizações pontuais necessárias. Todo o Sistema de Controle Interno está sendo ampliado significativamente, buscando maior organização, otimização, integralidade dos órgãos da administração municipal e a ampliação do controle público municipal.

SUMÁRIO

1	EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	5
1.1	Metas de Arrecadação	5
1.2	Metas de Despesa	6
1.3	Gastos por Órgão de Governo.....	7
1.4	Gastos por Funções e Ações de Governo	11
1.5	Resultado Orçamentário (Corrente + Capital + Intra-orçamentárias).....	14
1.6	Comparação entre as Receitas e Despesas (Corrente + Capital).....	15
1.7	Resultado Primário.....	17
1.8	Resultado Nominal	18
2	LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LRF	19
2.1	Limite de Gastos com Pessoal	19
2.2	Limite da Dívida Pública	21
2.3	Garantias e Contra Garantias de Valores	22
2.4	Limite de Operações de Créditos	23
2.5	Dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:	24
2.6	Dos gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde:	26
3	ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	27
3.1	Atos do Legislativo	27
3.2	Câmara de Vereadores versus Limites Impostos pela LC nº 101/2000 (LRF).....	28
3.3	Da Situação Financeira da Câmara Municipal de Vereadores.....	29
3.4	Da Situação Orçamentária da Câmara Municipal de Vereadores	29
4	RESULTADO DA PESQUISA ELETRÔNICA (AÇÕES DE MONITORAMENTO).....	30
4.1	Poder Executivo.....	32
4.1.1	Fundação Cultural	32
4.1.2	Fundação de Esportes.....	33
4.1.3	Fundação do Meio Ambiente.....	35
4.1.4	Procuradoria	37
4.1.5	Secretaria de Administração.....	38
4.1.6	Secretaria de Agricultura e Pesca	44
4.1.7	Secretaria de Assistência Social	45
4.1.8	Secretaria de Comunicação Social	46
4.1.9	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita.....	47
4.1.10	Secretaria de Educação	49
4.1.11	Secretaria de Governo.....	51
4.1.12	Secretaria de Planejamento Urbano	52

4.1.13	Secretaria de Saúde	53
4.1.14	Secretaria de Segurança Pública.....	60
4.1.15	Secretaria de Turismo.....	61
4.1.16	Secretaria de Finanças.....	63
4.1.17	Secretaria de Obras	65
4.1.18	Secretaria de Saneamento Básico - SESAN.....	68
4.1.19	NavegantesPrev.....	71
4.2	Poder Legislativo	72
4.2.1	Câmara de Vereadores	72
4.3	Resultado Final da Pesquisa	74
5	IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (MCASP)	75
6	METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	78
7	METAS DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE.....	79
8	METAS DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA.....	84
9	ACOMPANHAMENTO DAS METAS FÍSICAS DA LDO/LOA.....	88
10	TERMOS DE PARCERIA	90
11	ACOMPANHAMENTO DAS TAC'S	91
12	OUTRAS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	92
12.1	Análise de Risco.....	92
12.2	Atividades de Auditoria.....	93
13	ESCALA BRASIL TRANSPARENTE (EBT) E OUVIDORIA	94
14	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99

1 EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1.1 METAS DE ARRECADAÇÃO

Receitas: Metas x Realizado	Acumulada	Acumulada	Diferença	%
	Meta	Receita	Receit. - Meta	Receit. x Meta
Receitas Correntes	107.467.786	113.531.498	6.063.712	106%
Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	27.156.608	30.952.951	3.796.344	114%
Contribuições	4.752.874	5.789.380	1.036.506	122%
Receita Patrimonial	3.676.900	7.687.381	4.010.481	209%
Receita de Serviços	8.412.080	7.959.932	-452.148	95%
Transferências Correntes	62.377.832	59.451.451	-2.926.381	95%
Outras Receitas Correntes	1.091.492	1.690.403	598.911	155%
Receitas de Capital	3.483.592	2.557.599	-925.994	73%
Operações de Crédito	1.658.779	2.000.000	341.221	121%
Alienação de Bens	333	0	-333	0%
Transferências de Capital	1.824.480	557.599	-1.266.881	31%
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	4.926.032	6.578.713	1.652.681	134%
TOTAL (Correntes + Capital)	110.951.378	116.089.097	5.137.719	105%

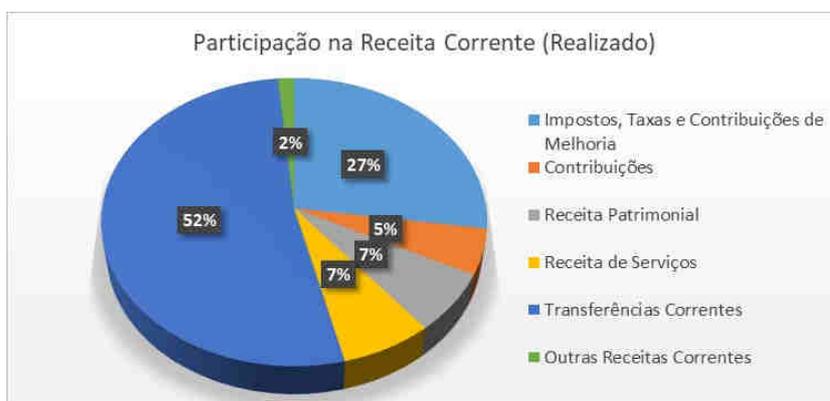
Pode-se observar, pelo quadro acima, que no 1º quadrimestre do exercício de 2020, o Município atingiu as metas gerais de arrecadação definidas na Lei Orçamentária Anual, ficando com aproximadamente 5,137 milhões de superávit, o que representa 105% de atingimento da meta, esta análise leva em consideração apenas as receitas correntes e de capital, não fazendo parte do estudo as receitas intra-orçamentárias.

No entanto se for desmembrada a análise por tipos de receita, as Receitas Correntes estão superando a meta em 6%, mas existe duas categorias que estão abaixo da meta prevista, a “Receita de Serviços” está 5% abaixo da meta e as “Transferências Correntes” que também está 5% abaixo da meta. Estes são os primeiros sinais dos impactos da pandemia causada pelo COVID-19 nas finanças municipais.

Fazendo a análise apenas das Receitas de Capital o percentual de atingimento neste período está 27% abaixo da meta. Na categoria “Operações de Crédito” foi possível atingir 121% da meta o que de certa forma é um resultado razoável para o período em análise, no entanto a categoria “Transferência de Capital” o resultado foi de apenas 31% da meta e na categoria “Alienação de Bens” não houve nenhuma receita, sendo assim ficando com um déficit financeiro aproximado de 925 mil reais nas Receitas de Capital..

Conforme demonstrado no gráfico ao lado, as maiores fatias das receitas correntes são derivadas das “Transferências Correntes” seguida dos “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”, as duas juntas representam 79% de todas as receitas desta categoria.

Vale mencionar que a metodologia para apuração das metas bimestrais de arrecadação, se baseiam em um escalonamento utilizado nos exercícios passados para projeção futura, conforme relatório extraído do sistema SAPO.



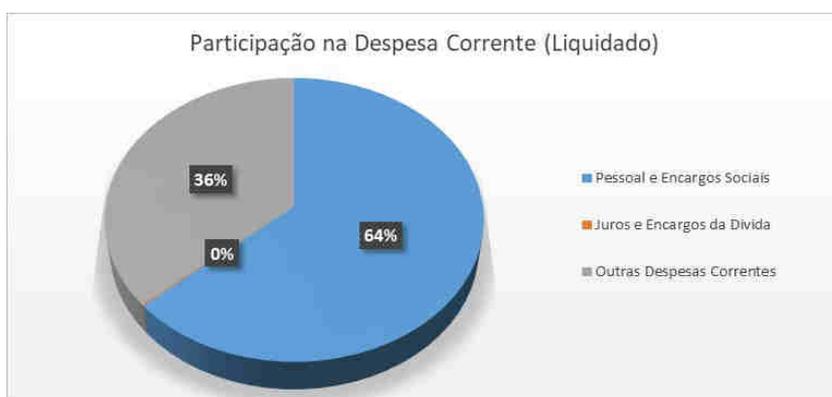
1.2 METAS DE DESPESA

Despesas: Metas x Liquidado	Acumulada	Acumulada	Diferença	%
	Meta Atualizada	Liquidado	Liquid. - Meta	Liquid. x Meta
Despesas Correntes	86.719.116	78.694.455	-8.024.660	91%
Pessoal e Encargos Sociais	50.379.055	49.965.393	-413.661	99%
Juros e Encargos da Dívida	166.667	97.121	-69.546	58%
Outras Despesas Correntes	36.173.394	28.631.941	-7.541.453	79%
Despesas de Capital	13.804.622	3.990.941	-9.813.681	29%
Investimentos	12.137.956	2.697.732	-9.440.223	22%
Amortização da Dívida	1.666.667	1.293.209	-373.458	78%
Reserva de Contingência	7.858.333	0	-7.858.333	0%
Despesas Intra-Orçamentárias	7.194.333	6.483.821	-710.513	90%
TOTAL (Correntes + Capital)	100.523.738	82.685.397	-17.838.341	82%
TOTAL (Corrente + Capital + Reserva + Intra)	115.576.405	89.169.217	-26.407.187	77%

Conforme pode ser observado no quadro acima as despesas correntes e de capital estão abaixo da meta estipulada comparando com os valores liquidados. Vale destacar que dentro do grupo despesas correntes o item “pessoal e encargos sociais” está com um índice de 99% de atingimento resultando em praticamente -413 mil abaixo do previsto, o que contribui para que o índice de gastos com pessoal fique abaixo do limite prudencial, no entanto este índice está muito próximo do limite.

Já no grupo despesas de capital pode-se fazer duas análises, primeiro o item amortização da dívida, está praticamente em consonância com a meta estipulada (78% da meta), em segundo, o item investimentos com apenas 22% de atingimento da meta, o que pode levar a interpretação de que não estão sendo feitos investimentos no município ou estão sendo realizados de maneira muito lenta.

Os resultados totais das despesas ficaram cerca de 18 milhões abaixo da meta estipulada, alcançando um resultado de 82% de despesas realizadas versus gastos previsto, sob a ótica das despesas correntes e de capital.



1.3 GASTOS POR ÓRGÃO DE GOVERNO

Abaixo segue tabela com os dados do orçamento municipal contendo as informações da previsão inicial do exercício, as alterações realizadas no decorrer do ano, os valores de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, sendo possível através do gráfico identificar quais as unidades que já possuem maior percentual de comprometimento do orçamento previsto (classificação da tabela pela coluna despesa empenhada de acordo com o % empenhado):

ORÇAMENTO GERAL

UNIDADE	PREV. INICIAL	PREV. ATUALIZ.	DESP EMP. ↓	DESP LIQ.	DESP PAGAS
Secretaria Municipal de Saneamento Básico	23.378.000	23.378.000	18.544.741	6.480.155	6.111.115
Secretaria Municipal de Finanças	12.586.000	12.602.801	9.310.925	3.164.026	2.993.233
Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	2.569.000	2.569.000	1.400.137	1.047.796	1.011.414
Secretaria Municipal de Obras	40.889.227	47.375.066	24.712.055	9.803.475	9.259.297
Gabinete do Prefeito	1.821.600	1.821.600	936.216	571.446	546.051
Fundo Municipal de Saúde	55.084.000	55.232.000	27.945.561	15.800.684	15.124.122
Secretaria Municipal de Administração e Logística	9.256.773	9.856.773	4.796.002	2.491.033	2.215.309
Secretaria Municipal de Comunicação Social	1.057.000	1.057.000	453.145	389.102	375.187
Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Receita	3.835.000	3.835.000	1.623.784	1.305.074	1.260.165
Secretaria Municipal de Educação	114.395.000	115.552.174	45.533.174	34.780.442	32.587.910
Fundação Municipal de Esportes	2.400.400	2.400.400	943.542	578.670	533.687
Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	1.884.000	2.009.000	786.386	428.594	369.198
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	2.138.000	2.138.000	832.067	732.909	668.614
Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social	1.224.000	1.494.000	563.381	356.557	294.024
Secretaria Municipal de Assistência Social	6.460.000	6.917.428	2.603.378	2.093.627	1.871.668
Fundo de Segurança contra Incêndio e Pânico FUMSCI	862.000	862.000	316.767	124.902	114.863
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	2.380.000	2.380.000	844.821	824.801	793.243
Procuradoria Geral do Município	2.846.000	2.846.000	969.821	764.677	742.220
Câmara Municipal de Vereadores	5.555.000	5.555.000	1.828.591	1.461.287	1.461.287
Gabinete do Vice Prefeito	497.000	497.000	162.740	161.350	156.020
Fundação Municipal de Meio Ambiente	1.638.000	1.638.000	482.776	392.818	374.110
Secretaria Municipal da Criança, Adoles. e Juventude	1.018.000	1.018.000	248.765	130.577	115.228
Secretaria Municipal de Gestão e Controle	1.007.000	1.007.000	213.760	202.326	189.960
Secretaria Municipal de Governo	972.000	1.082.000	218.232	154.973	143.075
Fundação Municipal de Cultura	1.994.000	2.182.972	416.966	271.755	256.572
Fundação Hospitalar de Navegantes	366.000	366.000	51.357	28.644	28.644
Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	36.575.000	36.575.000	4.865.121	4.568.486	4.490.330
Fundo Municipal de Assistência Social	1.988.000	2.158.000	195.260	54.052	46.588
Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	324.000	324.000	21.576	3.975	3.975
Total Geral	337.000.000	346.729.214	151.821.046	89.168.213	84.137.110

(1) Beta Sapo (Percentual por Dotação) + (2) Beta Sapo (Empenhos Emitidos)

Extratificando da tabela ORÇAMENTO GERAL os elementos 3190 e 3191 que fazem referência aos gastos envolvidos com folha de pagamento, é possível verificar o comprometimento do orçamento das unidade municipais levando em consideração apenas esta categoria (classificação da tabela pela coluna despesa empenhada de acordo com o % empenhado):

ORÇAMENTO FOLHA (Elementos 3190 e 3191)

UNIDADE	PREV. INICIAL	PREV. ATUALIZ.	DESP EMP. ↓	DESP LIQ.	DESP PAGAS
Secretaria Municipal de Administração e Logística	6.100.000	6.100.000	3.269.154	2.019.584	1.776.871
Procuradoria Geral do Município	1.456.000	1.456.000	589.992	507.740	487.765
Secretaria Municipal de Assistência Social	4.087.000	4.087.000	1.504.757	1.504.757	1.449.655
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	2.230.000	2.230.000	805.291	805.291	777.043
Secretaria Municipal de Desenv,Econômico e Receita	2.960.000	2.960.000	1.045.114	1.045.114	1.017.295
Secretaria Municipal de Comunicação Social	617.000	617.000	217.339	217.339	207.806
Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	12.415.000	12.415.000	4.350.070	4.342.334	4.342.334
Gabinete do Vice Prefeito	461.000	461.000	159.769	159.769	154.577
Secretaria Municipal de Educação	85.800.000	86.798.164	29.762.362	28.985.584	27.825.429
Câmara Municipal de Vereadores	3.750.000	3.750.000	1.250.177	1.250.177	1.250.177
Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social	895.000	895.000	294.721	294.721	284.734
Fundo Municipal de Saúde	25.464.000	25.464.000	8.137.940	8.134.079	7.830.520
Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	1.022.000	1.022.000	321.671	321.671	307.950
Secretaria Municipal de Obras	13.050.000	13.050.000	3.945.478	3.945.478	3.796.279
Secretaria Municipal de Saneamento Básico	1.542.000	1.542.000	458.823	458.823	434.819
Fundação Municipal de Meio Ambiente	1.200.000	1.200.000	348.031	348.031	335.150
Secretaria Municipal de Finanças	1.560.000	1.560.000	452.430	452.430	436.084
Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	787.000	787.000	224.524	224.524	217.597
Gabinete do Prefeito	1.100.000	1.100.000	308.494	308.494	296.394
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	501.000	501.000	132.772	132.772	128.253
Fundação Municipal de Cultura	942.000	942.000	233.369	233.369	223.948
Fundação Municipal de Esportes	883.000	883.000	218.746	218.746	210.104
Secretaria Municipal de Governo	537.000	537.000	128.488	128.488	123.180
Secretaria Municipal de Gestão e Controle	783.000	783.000	186.399	186.399	179.046
Fundo Municipal de Assistência Social	170.000	170.000	26.120	26.120	25.225
Secretaria Municipal da Criança, Adoles. e Juventu	778.000	778.000	73.769	73.769	70.366
Fundação Hospitalar de Navegantes	5.000	5.000			
Total Geral	171.095.000	172.093.164	58.445.801	56.325.604	54.188.600

Pela tabela abaixo é possível verificar o comprometimento dos gastos do município com as atividades pertinentes de cada unidade considerando todas as fontes de recursos, excluídas os gastos com folha de pagamento, sendo que várias unidades neste 1º quadrimestre já possuem despesas empenhadas comprometendo praticamente toda a previsão orçamentária, ou seja, consumiram todo o orçamento previsto (classificação da tabela pela coluna despesa empenhada de acordo com o % empenhado):

ORÇAMENTO DEMAIS ATIVIDADES (Todas as fontes de recurso)

UNIDADE	PREV. INICIAL	PREV. ATUALIZ.	DESP EMP. ↓	DESP LIQ.	DESP PAGAS
Gabinete do Prefeito	721.600	721.600	627.722	262.951	249.657
Secretaria Municipal de Saneamento Básico	21.836.000	21.836.000	18.085.918	6.021.332	5.676.296
Secretaria Municipal de Finanças	11.026.000	11.042.801	8.858.495	2.711.596	2.557.149
Secretaria Municipal da Criança, Adoles. e Juventude	240.000	240.000	174.996	56.808	44.862
Fundo Municipal de Saúde	29.620.000	29.768.000	19.807.621	7.666.605	7.293.602
Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Receita	875.000	875.000	578.669	259.959	242.869
Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	1.782.000	1.782.000	1.175.613	823.272	793.817
Secretaria Municipal de Obras	27.839.227	34.325.066	20.766.578	5.857.997	5.463.017
Secretaria Municipal de Educação	28.595.000	28.754.010	15.770.812	5.794.858	4.762.481
Secretaria Municipal de Comunicação Social	440.000	440.000	235.806	171.763	167.381
Fundação Municipal de Esportes	1.517.400	1.517.400	724.796	359.924	323.584
Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	862.000	987.000	464.715	106.923	61.248
Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social	329.000	599.000	268.660	61.836	9.290
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	1.637.000	1.637.000	699.295	600.137	540.361
Secretaria Municipal de Administração e Logística	3.156.773	3.756.773	1.526.848	471.449	438.437
Secretaria Municipal de Assistência Social	2.373.000	2.830.428	1.098.621	588.870	422.013
Fundo de Segurança contra Incêndio e Pânico FUMSCI	862.000	862.000	316.767	124.902	114.863
Câmara Municipal de Vereadores	1.805.000	1.805.000	578.414	211.109	211.109
Fundação Municipal de Meio Ambiente	438.000	438.000	134.745	44.787	38.961
Procuradoria Geral do Município	1.390.000	1.390.000	379.829	256.937	254.455
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	150.000	150.000	39.530	19.510	16.200
Secretaria Municipal de Governo	435.000	545.000	89.744	26.484	19.895
Fundação Municipal de Cultura	1.052.000	1.240.972	183.597	38.386	32.625
Fundação Hospitalar de Navegantes	361.000	361.000	51.357	28.644	28.644
Secretaria Municipal de Gestão e Controle	224.000	224.000	27.362	15.927	10.914
Fundo Municipal de Assistência Social	1.818.000	1.988.000	169.140	27.932	21.364
Gabinete do Vice Prefeito	36.000	36.000	2.970	1.581	1.443
Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	324.000	324.000	21.576	3.975	3.975
Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	24.160.000	24.160.000	515.051	226.152	147.996
Total Geral	165.905.000	174.636.050	93.375.245	32.842.609	29.948.510

Na relação abaixo é possível verificar o comprometimento dos gastos do município levando em consideração apenas as fontes de recursos 5000 (Recursos Ordinários), 5001 (Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação) e 5002 (Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde) com as atividades pertinentes de cada unidade (classificação da tabela pela coluna despesa empenhada de acordo com o % empenhado):

ORÇAMENTO DE MAIS ATIVIDADES (Elementos 5000,5001 e 5002)

UNIDADE	PREV. INICIAL	PREV. ATUALIZ.	DESP EMP. ↓	DESP LIQ.	DESP PAGAS
Gabinete do Prefeito	721.600	721.600	627.722	262.951	249.657
Secretaria Municipal de Finanças	11.020.000	11.020.000	8.835.694	2.694.448	2.540.001
Secretaria Municipal de Educação	15.754.000	15.754.000	11.610.955	5.546.358	4.562.334
Secretaria Municipal da Criança, Adoles. e Juventude	240.000	240.000	174.996	56.808	44.862
Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social	327.000	327.000	231.960	61.836	9.290
Fundo Municipal de Saúde	18.367.000	18.367.000	12.954.136	5.605.177	5.364.871
Fundo de Segurança contra Incêndio e Pânico FUMSCI	15.000	15.000	10.000	2.136	1.829
Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Receita	875.000	875.000	578.669	259.959	242.869
Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	860.000	860.000	464.715	106.923	61.248
Secretaria Municipal de Comunicação Social	440.000	440.000	235.806	171.763	167.381
Fundação Municipal de Esportes	1.378.400	1.378.400	724.796	359.924	323.584
Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	274.000	274.000	136.238	52.263	39.185
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	1.433.000	1.433.000	699.295	600.137	540.361
Secretaria Municipal de Administração e Logística	3.156.773	3.156.773	1.510.809	468.641	435.915
Secretaria Municipal de Assistência Social	2.373.000	2.373.000	1.098.621	588.870	422.013
Secretaria Municipal de Obras	12.803.227	12.803.227	5.896.016	2.589.659	2.348.405
Câmara Municipal de Vereadores	1.805.000	1.805.000	578.414	211.109	211.109
Procuradoria Geral do Município	1.390.000	1.390.000	379.829	256.937	254.455
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	150.000	150.000	39.530	19.510	16.200
Fundação Hospitalar de Navegantes	243.000	243.000	50.357	28.644	28.644
Secretaria Municipal de Governo	435.000	435.000	89.744	26.484	19.895
Fundação Municipal de Cultura	1.046.000	1.046.000	183.597	38.386	32.625
Secretaria Municipal de Gestão e Controle	224.000	224.000	27.362	15.927	10.914
Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	200.000	200.000	20.576	3.771	3.771
Gabinete do Vice Prefeito	36.000	36.000	2.970	1.581	1.443
Fundo Municipal de Assistência Social	469.000	469.000	31.307	13.509	12.793
Fundação Municipal de Meio Ambiente	63.000	63.000			
Total Geral	76.099.000	76.099.000	47.194.110	20.043.713	17.945.655

1.4 GASTOS POR FUNÇÕES E AÇÕES DE GOVERNO

A tabela abaixo evidência os desembolsos da Administração Pública Municipal, nos poderes Executivo e Legislativo, por cada ação (projeto/atividade) de governo (classificação da tabela pela coluna “% Orçam. Atual. x Pago”):

Código	Projeto / Atividade	Orçado	Orçado Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Orç Atu. x Pago ↓	
1	36	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	200.000	200.000	126.648	126.638	126.638	63%
2	150	Manutenção e Funcionamento Fiscalização de Trânsito -	740.000	740.000	642.046	459.942	457.961	62%
2	50	Manutenção dos Serviços de Limpeza e Conservação de V	3.350.000	3.350.000	3.307.706	2.098.995	1.892.445	56%
2	152	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/	195.000	195.000	92.735	92.735	92.735	48%
2	14	Criação e Desenvolvimento de Campanhas Institucionais	370.000	370.000	219.526	165.124	165.124	45%
2	158	Manutenção dos Eventos Turísticos e de Lazer do Municí	1.050.000	1.050.000	492.014	479.776	424.336	40%
2	36	Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do	2.045.000	2.045.000	878.557	764.118	741.661	36%
2	118	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	11.515.000	11.515.000	4.104.886	4.104.886	4.104.886	36%
2	151	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/	230.000	230.000	177.946	91.694	77.299	34%
2	12	Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano	2.380.000	2.380.000	844.821	824.801	793.243	33%
2	83	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde	37.509.227	37.509.227	19.869.980	12.914.847	12.490.695	33%
2	111	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Desenv.	3.750.000	3.750.000	1.573.922	1.288.453	1.247.400	33%
2	130	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	55.399.800	55.451.467	22.269.532	19.072.681	17.887.599	32%
2	131	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	43.401.000	44.399.164	18.195.969	15.043.566	14.140.309	32%
2	84	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Vice Pref	497.000	497.000	162.740	161.350	156.020	31%
2	44	Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção a	300.000	300.000	290.114	92.283	92.283	31%
2	13	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Comunic	687.000	687.000	233.619	223.978	210.062	31%
2	9	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito	1.821.600	1.821.600	936.216	571.446	546.051	30%
2	157	Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes	832.000	832.000	339.444	252.829	244.278	29%
2	124	Manutenção da Secretaria de Saneamento Básico	20.877.000	20.877.000	18.517.946	6.462.255	6.093.215	29%
2	119	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	5.055.000	5.055.000	1.828.591	1.461.287	1.461.287	29%
2	39	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Assistên	5.062.000	5.519.428	1.987.213	1.768.454	1.574.525	29%
0	2	PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servid	2.806.000	2.822.801	2.822.801	955.554	802.021	28%
2	60	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Esportes	1.830.400	1.830.400	862.929	552.276	507.293	28%
2	2	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administra	7.650.000	8.250.000	4.796.002	2.491.033	2.215.309	27%
2	156	Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Civil	1.100.000	1.100.000	439.614	336.395	291.519	27%
2	65	Manutenção e Funcionamento do Bolsa Atleta	100.000	100.000	80.613	26.394	26.394	26%
2	8	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Finanças	3.080.000	3.080.000	1.728.542	818.143	800.882	26%
0	1	Amortização da Dívida Pública	5.500.000	5.500.000	4.759.583	1.390.330	1.390.330	25%
2	126	Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar	778.000	778.000	245.674	201.658	190.088	24%
2	67	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	1.546.000	1.546.000	482.776	392.818	374.110	24%
2	66	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Trânsito	1.074.000	1.074.000	360.761	276.787	256.782	24%
2	162	Manutenção do Bloco de Assistência Farmacêutica	1.650.000	1.650.000	988.359	456.968	366.958	22%
2	128	Manutenção e Funcionamento da Educação Especial	849.200	849.200	443.009	182.028	182.028	21%
2	114	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Obras	19.800.000	19.832.627	5.965.880	4.325.128	4.148.240	21%
2	15	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura	1.782.000	1.782.000	786.386	428.594	369.198	21%
2	160	Manutenção do Bloco de Atenção de Média e Alta Compl	4.420.000	4.568.000	4.002.761	918.781	913.689	20%
2	54	Manutenção das Ações da Fundação Municipal de Cultura	1.219.000	1.297.972	416.966	271.755	256.572	20%
2	7	Manutenção da Secretaria de Gestão e Controle	1.007.000	1.007.000	213.760	202.326	189.960	19%
2	117	Manutenção das atividades do Instituto de Previdência	1.890.000	1.890.000	653.030	356.394	355.917	19%
2	144	Manutenção e Funcionamento do FUMSCI - Apoio Opera	611.000	611.000	316.767	124.902	114.863	19%

2	161	Manutenção do Bloco de Vigilância em Saúde	905.000	905.000	225.846	173.165	169.123	19%
2	127	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Educação	650.000	650.000	315.849	131.418	114.233	18%
1	19	Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	7.000.000	7.000.000	4.556.406	1.329.471	1.175.745	17%
1	134	Investimentos em Ações de Infra-Estrutura Urbana	6.420.000	12.873.212	10.801.528	2.031.186	2.031.186	16%
2	113	Manutenção e Funcionamento do Sine	85.000	85.000	49.862	16.621	12.764	15%
2	159	Manutenção do Bloco de Atenção Básica em Saúde	6.610.000	6.610.000	2.381.483	1.114.834	991.273	15%
2	74	Manutenção do Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho	140.000	140.000	37.819	19.387	19.387	14%
2	148	Manutenção da Fundação Hospitalar de Navegantes	214.000	214.000	51.357	28.644	28.644	13%
2	5	Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde	972.000	1.082.000	218.232	154.973	143.075	13%
1	138	Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física de Saúde	1.544.000	1.544.000	462.407	220.228	190.524	12%
2	21	Manutenção da Secretaria da Criança, Adolescente e Juventude	1.018.000	1.018.000	248.765	130.577	115.228	11%
2	136	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental	1.850.000	1.850.000	605.791	114.869	109.089	6%
2	120	Manutenção do Programa de Formação do Patrimônio do Município	515.000	515.000	107.206	107.206	29.527	6%
2	45	Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal	320.000	320.000	80.376	31.233	14.772	5%
2	142	Manutenção do Transporte Escolar	1.555.000	1.555.000	70.000	70.000	70.000	5%
2	137	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Infantil e Fundamental	2.040.000	2.147.343	868.091	126.437	83.863	4%
2	154	Convênio Polícia Militar - Rádio Patrulha	72.000	72.000	49.850	20.162	2.505	3%
1	143	Investimentos em Estrutura Física e Equipamentos na Assistência Social	243.000	243.000	7.973	7.973	7.973	3%
2	81	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social	383.000	383.000	35.067	12.489	10.877	3%
2	76	Manutenção da Proteção Social Básica	310.000	480.000	81.374	13.574	7.722	2%
2	46	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	324.000	324.000	21.576	3.975	3.975	1%
1	136	Investimentos em Ações de Drenagem e Saneamento Básico	2.501.000	2.501.000	26.795	17.900	17.900	1%
2	38	Manutenção e Funcionamento do PROCON	101.000	101.000	9.011	559	559	1%
1	14	Pavimentação e Recuperação de Vias e Eixos Estruturantes	4.013.227	4.013.227	11.682	11.682	11.682	0%
2	164	Manutenção dos Programas Vinculados com a Secretaria de Saúde	779.000	779.000	12.725	1.861	1.861	0%
2	78	Manutenção da Proteção Especial de Média Complexidade	392.000	392.000	32.029	629	629	0%
1	130	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Infantil	4.000.000	4.000.000	54.411	39.444	789	0%
0	3	Reserva de Contingência	1.200.000	1.200.000				0%
0	799	Reserva Orçamentária do RPPS	22.375.000	22.375.000				0%
1	100	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMSCI	200.000	200.000				0%
1	121	Implantação de Macrodrenagem	2.000	2.000				0%
1	126	Construção da nova sede da Câmara de Vereadores	450.000	450.000				0%
1	129	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Fundamental	4.500.000	4.500.000	2.710.522	0	0	0%
1	131	Investimentos em Ações de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária	102.000	227.000				0%
1	132	Investimento em Ações de Segurança Pública e Defesa Civil	52.000	322.000	73.917	0	0	0%
1	135	Investimentos em Ações e Equipamentos da Secretaria de Saúde	304.000	304.000	68.853	7.013	0	0%
1	137	Investimentos no Esporte e Construção e Reforma de Esportes	250.000	250.000				0%
1	142	Investimentos em Equipamentos de Vigilância e Trânsito	130.000	130.000				0%
1	144	Investimentos em Ações da Fundação Municipal de Cultura	5.000	115.000				0%
1	133	Investimentos em Ações de Turismo, Cultura e Esportes	102.000	102.000				0%
1	61	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto de Planejamento	220.000	220.000				0%
1	141	Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física da Fundação Municipal de Cultura	152.000	152.000				0%
1	140	Investimentos em Ações da Fundação Municipal do Meio Ambiente	52.000	52.000				0%
1	101	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar	51.000	51.000				0%
1	125	Aquisição de imóvel para construção de nova sede da Câmara Municipal	50.000	50.000				0%
2	37	Precatórias Judiciais	700.000	700.000	82.252	0	0	0%
2	57	Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Cultura	450.000	450.000				0%

2	63	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo ao Esporte	100.000	100.000				0%
2	69	Manutenção do Programa - IGD/SUAS	14.000	14.000				0%
2	75	Manutenção do Programa do Piso de Alta Complexidade	125.000	125.000				0%
2	77	Manutenção do Programa Bolsa Família - IGDBF/SUAS	75.000	75.000	998	0	0	0%
2	79	Manutenção do Programa de Ações Estratégicas do Progra	92.000	92.000				0%
2	80	Manutenção do Programa de Benefícios Eventuais	20.000	20.000				0%
2	121	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	60.000	60.000				0%
2	129	Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adu	150.000	150.000				0%
2	149	Compensação Ambiental	40.000	40.000				0%
2	163	Manutenção do Bloco de Gestão do SUAS	60.000	60.000	2.000	0	0	0%
2	48	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Tu	150.000	150.000	609	304	0	0%
2	165	Manutenção do Programa do Benefício de Prestação Con	34.000	34.000				0%
2	61	Manutenção e Funcionamento do Programa Viva Verão M	70.000	70.000				0%
2	62	Manutenção e Funcionamento do FUNDEL	50.000	50.000				0%
2	58	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo a Cult	320.000	320.000				0%
2	168	Emendas Individuais do Legislativo Municipal - Recursos	1.606.773	1.606.773				0%
2	166	Manutenção do Fundo Municipal para Conservação da Pr	4.000	4.000				0%
2	167	Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa	160.000	160.000				0%
2	169	Emendas Individuais do Legislativo Municipal - Recursos	1.606.773	1.606.773				0%
Total Geral			337.000.000	346.729.214	151.821.046	89.168.213	84.137.110	24%

1.5 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (CORRENTE + CAPITAL + INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)

Receitas Realizadas até o 2º Bimestre (Incluindo Intra-Orçamentárias)	R\$ 122.667.809,75
--	---------------------------

Classificação	Empenhadas	Liquidadas
Despesas Correntes	R\$ 124.182.405,50	R\$ 78.693.451,20
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 50.876.111,74	R\$ 49.965.393,36
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 450.000,00	R\$ 97.120,89
Outras Despesas Correntes	R\$ 72.856.293,76	R\$ 28.630.936,95

Despesas de Capital	R\$ 19.584.209,84	R\$ 3.990.941,32
Investimentos	R\$ 15.274.627,28	R\$ 2.697.732,39
Amortização da Dívida	R\$ 4.309.582,56	R\$ 1.293.208,93

Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ -
--------------------------------	--------------	--------------

Despesas Intra-Orçamentárias	R\$ 8.054.430,33	R\$ 6.483.820,74
-------------------------------------	-------------------------	-------------------------

Total	R\$ 151.821.045,67	R\$ 89.168.213,26
--------------	---------------------------	--------------------------

Resultado Orçamentário	-R\$ 29.153.235,92	R\$ 33.499.596,49
% Comprometido da Receita	124%	73%

Fonte: RREO ANEXO 1

O resultado orçamentário, ao final de um exercício financeiro, é representado subtraindo-se da Receita Arrecadada, as despesas empenhadas no referido exercício. No entanto, no decorrer do ano, deve ser avaliada/acompanhada tomando-se por base as despesas efetivamente realizadas (liquidadas), em virtude de empenhos dos tipos "Global" e "Estimativa". Desta forma, considerando-se a despesa liquidada, tem-se até o 1º quadrimestre do exercício de 2020 um superávit orçamentário de R\$ 33,5 milhões resultando em um comprometimento de 73% da arrecadação do período.

1.6 COMPARAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS (CORRENTE + CAPITAL)

Receitas e Despesas (Valores Acumulados)	2º Bim/20
Receitas Correntes Prevista	107.467.785,79
Receitas de Capital Prevista	3.483.592,46
Total Receitas Prevista	110.951.378,25
Receitas Correntes Realizada	113.531.498,24
Receitas de Capital Realizada	2.557.598,90
Total de Receitas Realizada	116.089.097,14
% Receita Corrente Realizada / Prevista	105,6%
% Receita de Capital Realizada / Prevista	73,4%
% Receita Total Realizada / Receita Total Prevista	104,6%
Despesas Correntes Prevista	86.719.115,70
Despesas de Capital Prevista	13.804.622,41
Total Despesas Prevista	100.523.738,11
Despesas Correntes Liquidada	78.694.455,38
Despesas de Capital Liquidada	3.990.941,32
Total de Despesas Liquidadas	82.685.396,70
% Despesas Corrente Liquidada / Prevista	90,7%
% Despesa de Capital Liquidada / Prevista	28,9%
% Despesa Total Liquidada / Despesa Total Prevista	82,3%
% Despesa Liquidadas / Receita Realizada	71,2%
Meta	100,0%

Fonte: RREO ANEXO 1 + Sistema SAPO: Metas de Arrecadação e Cronograma de Desembolso

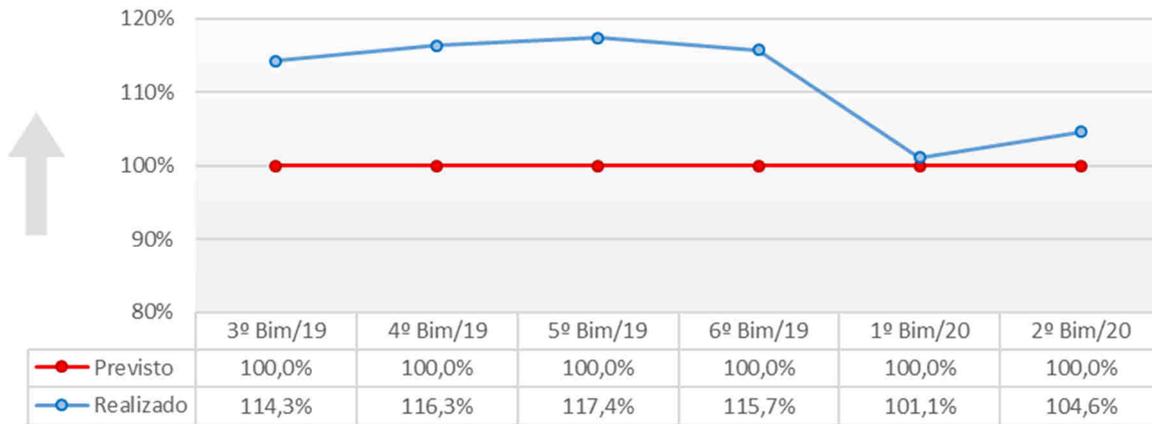
Pelos dados acima apresentados, podemos concluir que para cada R\$ 1,00 de receita corrente prevista o Município arrecadou R\$ 1,05 e para cada R\$ 1,00 de receita de capital prevista o Município arrecadou R\$ 0,73. Analisando o total da receita arrecadada, constatamos que o Município arrecadou R\$ 1,04, para cada R\$ 1,00 que havia previsto, consequentemente está cumprindo o disposto no artigo 13, da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Analisando as despesas pelo mesmo critério, concluímos que para cada R\$ 1,00 de despesa corrente prevista o Município realizou, R\$ 0,91. Para cada R\$ 1,00 de despesa de capital prevista, o Município realizou R\$ 0,29. Com relação ao total de gastos efetuados pelo Município, concluímos que foram realizados R\$ 0,82 para cada R\$ 1,00 de despesas que havia previsto.

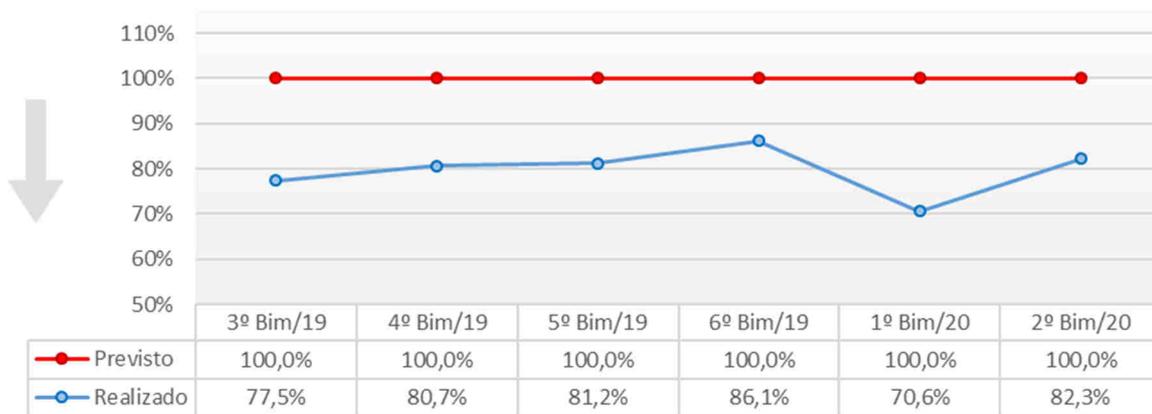
Do confronto entre o total de receita e despesas realizadas, concluímos que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada o município comprometeu com despesas a importância de apenas R\$ 0,71. Estes dados apontam para o fechamento com superávit orçamentário, cumprindo desta forma o artigo 48, alínea “b” da lei 4320/64 e o artigo primeiro, parágrafo primeiro da Lei Complementar 101/2000.

Para efeito desta análise não estamos levando em consideração as informações de receitas e despesas intra-orçamentárias.

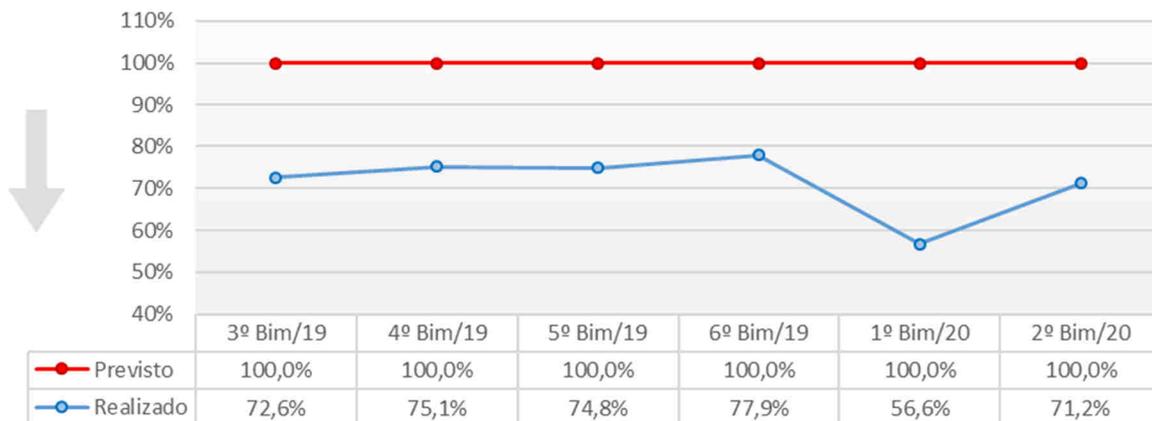
% Receita Realizada / Receita Prevista



% Despesa Liquidada / Despesa Prevista



% Despesa Liquidadas / Receita Realizada



1.7 RESULTADO PRIMÁRIO

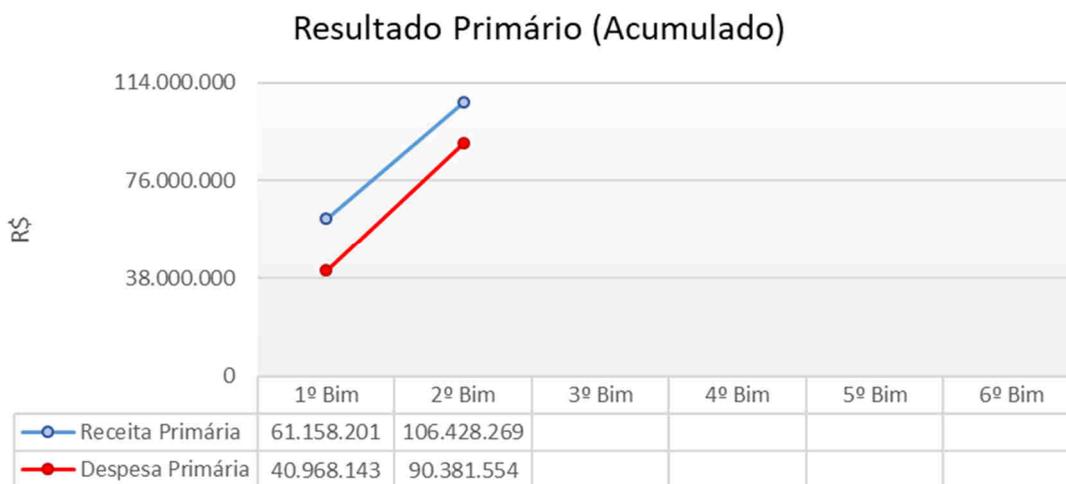
Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Primária	61.158.201	106.428.269				
Despesa Primária	40.968.143	90.381.554				

Resultado Primário	20.190.058	16.046.715				
% Rec x Des	149%	118%				
Meta	-8.938.200	-8.938.200				

Fonte: RREO ANEXO 6

O resultado primário é um indicativo da capacidade dos governos em gerar receitas em volume suficiente para pagar suas contas usuais, sem que seja comprometida sua capacidade de administrar a dívida existente. De acordo com Manual de Demonstrativos Fiscais: Resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não-financeiras).

Neste contexto, podemos evidenciar que no encerramento do 1º quadrimestre de 2020 o município teve um resultado primário superavitário no montante de aproximadamente R\$ 16 milhões, sendo que esta análise leva em conta as despesas pagas.



1.8 RESULTADO NOMINAL

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2019
Dívida Consolidada	27.076.491	28.431.359					26.901.214
Deduções (Disp. de Caixa - Rest. Pag. Proces.)	72.290.930	67.894.619					53.023.770
Dívida Consolidada Líquida	-45.214.439	-39.463.260					-26.122.556

Resultado Nominal	19.091.883	13.340.704				
Meta Resultado Nominal	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000

Fonte: RREO ANEXO 6

O resultado nominal é o conceito fiscal amplo e representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), em determinado período. Essa diferença corresponde à Necessidade de Financiamento do Setor Público. De acordo com Manual de Demonstrativos Fiscais: O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida.

Neste contexto o resultado nominal apresentou neste período um valor positivo de R\$ 13,34 milhões, mas abaixo da meta estipulada para este exercício.



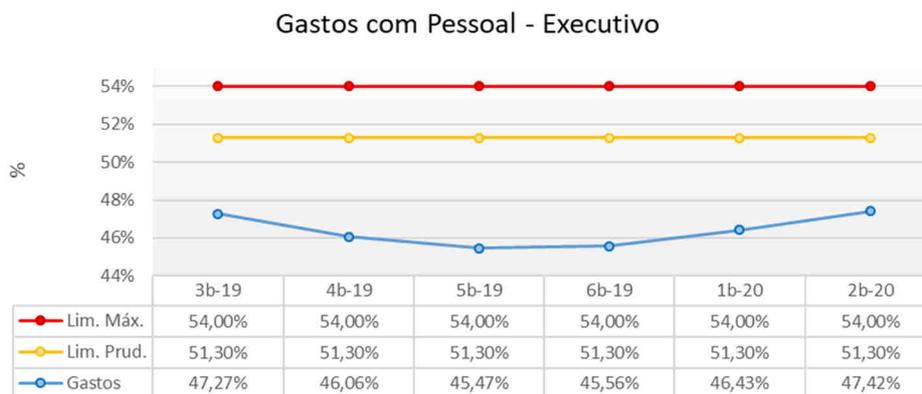
2 LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LRF

2.1 LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL

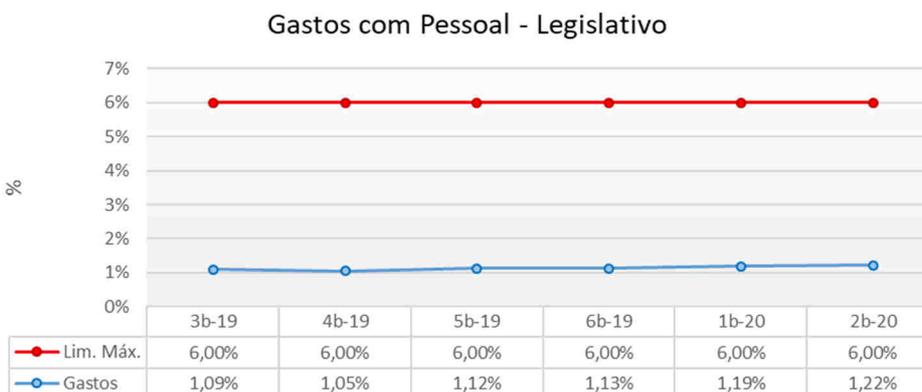
Valor Acumulado	3b-19	4b-19	5b-19	6b-19	1b-20	2b-20
Receita Corrente Líquida Ajustada (últimos 12 meses)	296.150.339	307.592.579	315.639.534	321.223.915	321.945.031	324.866.863
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Executivo (54%)	159.921.183	166.099.993	170.445.348	173.460.914	173.850.317	175.428.106
Limite prudencial de gastos com pessoal - Poder Executivo (51,3%)	151.925.124	157.794.993	161.923.081	164.787.869	165.157.801	166.656.701
Gastos com pessoal do Poder Executivo (12 meses)	139.989.516	141.686.278	143.523.447	146.354.028	149.484.700	154.039.070
Percentual de gastos com pessoal - Poder Executivo	47,27%	46,06%	45,47%	45,56%	46,43%	47,42%
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Legislativo (6%)	17.769.020	18.455.555	18.938.372	19.273.435	19.316.702	19.492.012
Gastos com pessoal do Poder Legislativo (12 meses)	3.241.175	3.223.259	3.549.596	3.635.262	3.846.324	3.959.816
Percentual de gastos com pessoal - Poder Legislativo	1,09%	1,05%	1,12%	1,13%	1,19%	1,22%
Limite máximo de gastos com pessoal - Consolidado (60%)						
Gastos com pessoal - Consolidado (12 meses)	143.230.691	144.909.536	147.073.043	149.989.290	153.331.024	157.998.886
Percentual de gastos com pessoal - Consolidado	48,36%	47,11%	46,60%	46,69%	47,63%	48,63%

Fonte: RREO Anexo 3 (RCL) + RGF Anexo 1 (Gastos)

Pode-se observar na tabela acima e pelo gráfico abaixo, que o Poder Executivo Municipal está cumprindo o limite máximo de gastos com pessoal (abaixo de 54,0%). Fazendo a verificação do percentual gasto apenas no que se refere ao limite prudencial (51,3%) o resultado está 3,88% abaixo, o que demonstrou que o esforço realizado nos períodos anteriores continua a refletir de modo positivo para este índice, permitindo em especial que o poder executivo possa continuar a realizar novas contratações de servidores.

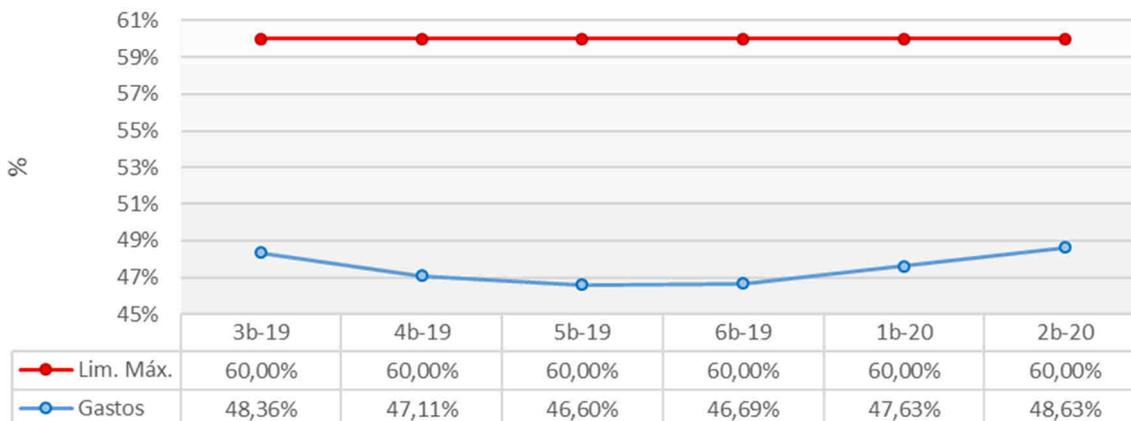


De acordo com o gráfico acima é possível observar que está ocorrendo um aumento bimestre a bimestre neste índice, sendo que neste último período encontra-se o maior resultado nos últimos 12 meses (47,42%). Vale ressaltar que os gastos em valores absolutos com a folha aumentaram em R\$ 4,5 milhões no segundo bimestre. Caso a RCL venha a reduzir nos próximos períodos poderá acarretar no aumento abrupto deste índice.

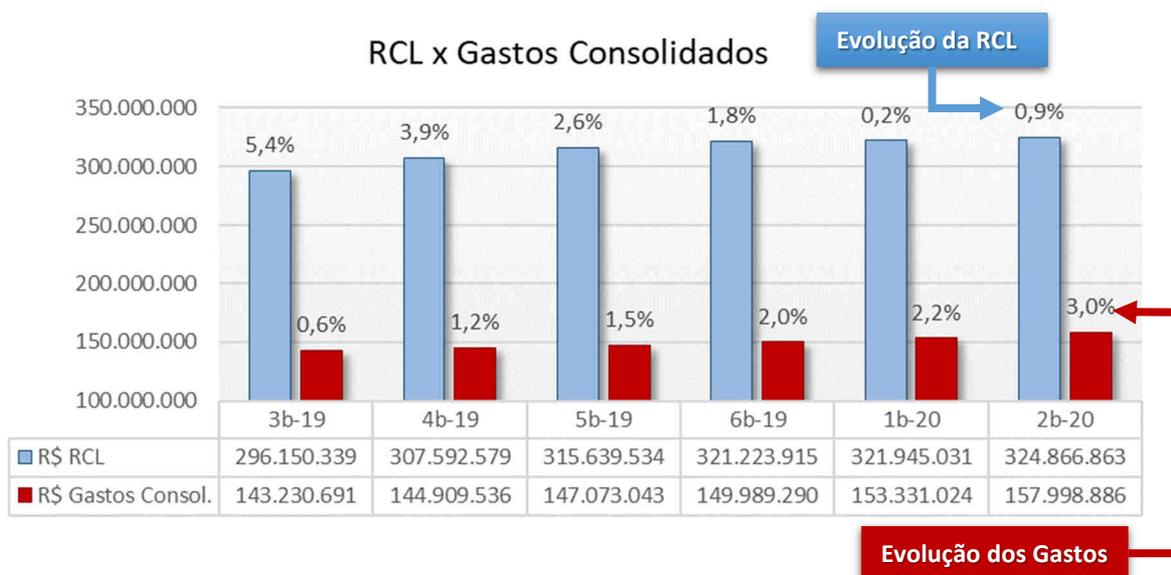


Com relação aos gastos do Legislativo, o índice continua ficando bem abaixo do limite, não necessitando de nenhuma atuação no momento.

Gastos com Pessoal - Consolidado



Nas informações consolidadas, o índice está cerca de 13,31% abaixo do limite máximo permitido, mas também reflete o maior índice dos últimos 12 meses.



No gráfico acima é possível verificar o comportamento percentual da evolução da RCL e dos Gastos Consolidados comparando com os períodos anteriores, nos três primeiros bimestre (3b-19, 4b-19 e 5b-19) sempre ocorreu uma evolução maior da RCL do que dos gastos consolidados, mas nos últimos três bimestre (6b-19, 1b-20 e 2b-20) os gastos consolidados subiram período a período enquanto a RCL resultou sempre em um percentual abaixo. Mesmo com uma característica histórica de que no início de cada exercício a arrecadação tenha um impacto forte nos cofres públicos, principalmente no tributo IPTU, não foi possível vislumbrar um aumento significativo na evolução da RCL. Sendo assim deve-se monitorar a evolução dos resultados e tomar medidas para não ocorrer novamente uma possível entrada no limite prudencial.

2.2 LIMITE DA DÍVIDA PÚBLICA

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2019
Dívida Consolidada	27.076.491	28.431.359					26.901.214
Deduções	72.291.432	67.894.619					53.023.770
Dívida Consolidada Líquida	-45.214.941	-39.463.260					-26.122.556

Receita Corrente Líquida Ajustada	321.945.031	324.866.863					323.026.029
-----------------------------------	-------------	-------------	--	--	--	--	-------------

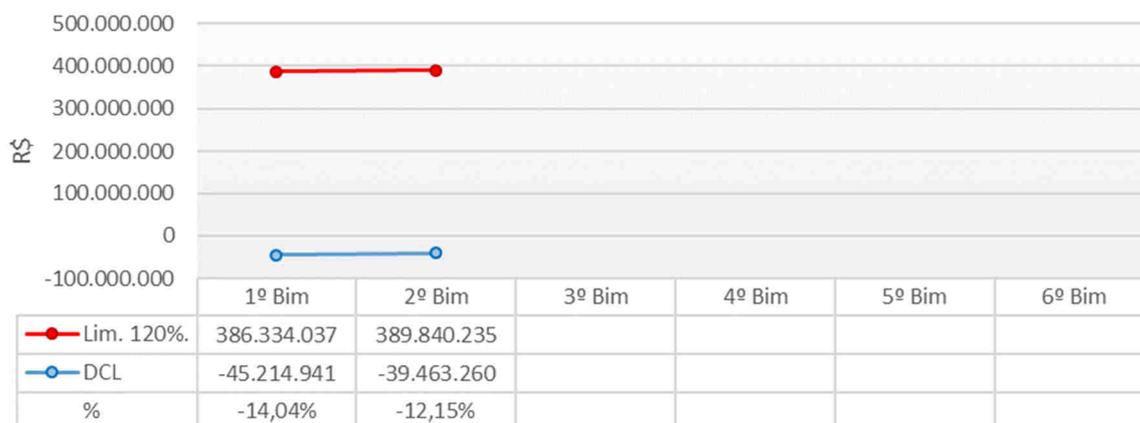
Limite Definido pelo Senado Federal (120% da RCL)	386.334.037	389.840.235					387.631.235
---	-------------	-------------	--	--	--	--	-------------

% da DCL de Navegantes sobre a RCL	-14,04%	-12,15%					-8,09%
------------------------------------	---------	---------	--	--	--	--	--------

Fonte: RGF Anexo 2

Observa-se na tabela acima, que o Município não atinge o limite da dívida pública definido pelo Senado Federal. O limite é consideravelmente alto e o endividamento municipal pode ser considerado baixo.

Dívida Consolidada Líquida

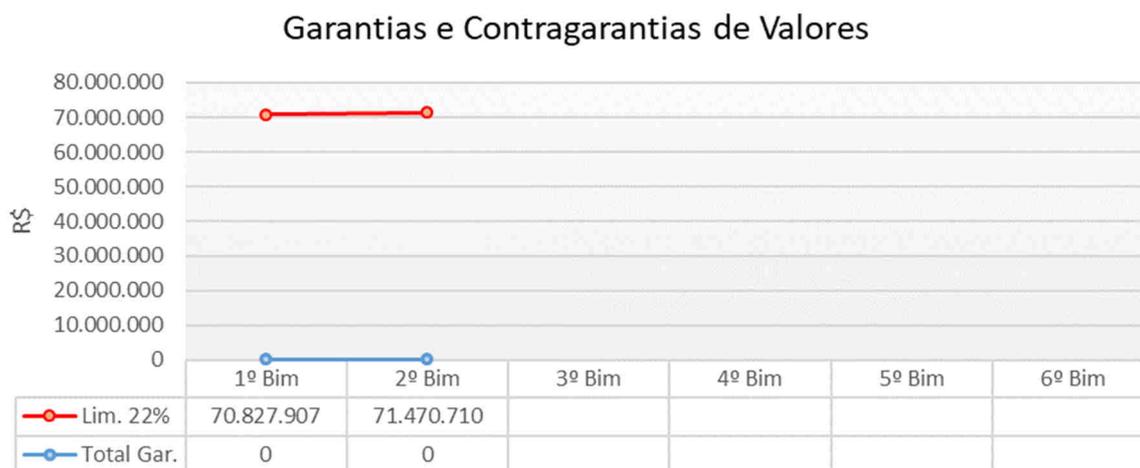


2.3 GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS DE VALORES

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2019
Receita Corrente Líquida Ajustada	321.945.031	324.866.863					323.026.029
Limite Definido pelo Senado Federal (22% da RCL)	70.827.907	71.470.710					71.065.726
Total de Garantias Concedidas pelo Município	0	0					0
% da DCL de Navegantes sobre RCL	0,00%	0,00%					0,00%

Fonte: RGF Anexo 3

O Município de Navegantes, no 1º quadrimestre do exercício de 2020, não concedeu garantias.



2.4 LIMITE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Corrente Líquida Ajustada	321.945.031	324.866.863				
Limite Definido pelo Senado Federal (16% da RCL)	51.511.205	51.978.698				

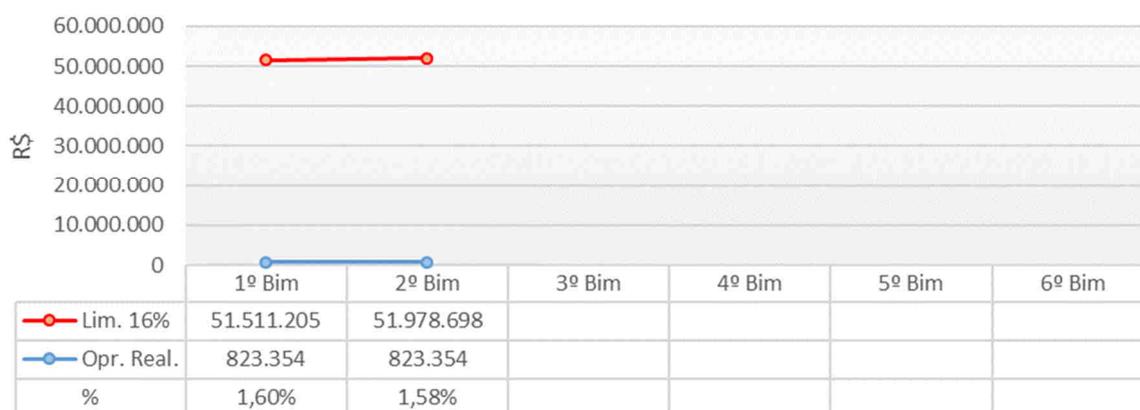
Total de Operações de Crédito realizadas	823.354	823.354				
--	---------	---------	--	--	--	--

% da DCL de Navegantes sobre a RCL	1,60%	1,58%				
------------------------------------	-------	-------	--	--	--	--

Fonte: RGF Anexo 4

Observa-se nos demonstrativos acima que o Município de Navegantes contratou nova operação de crédito no período.

Limite de Operações de Crédito



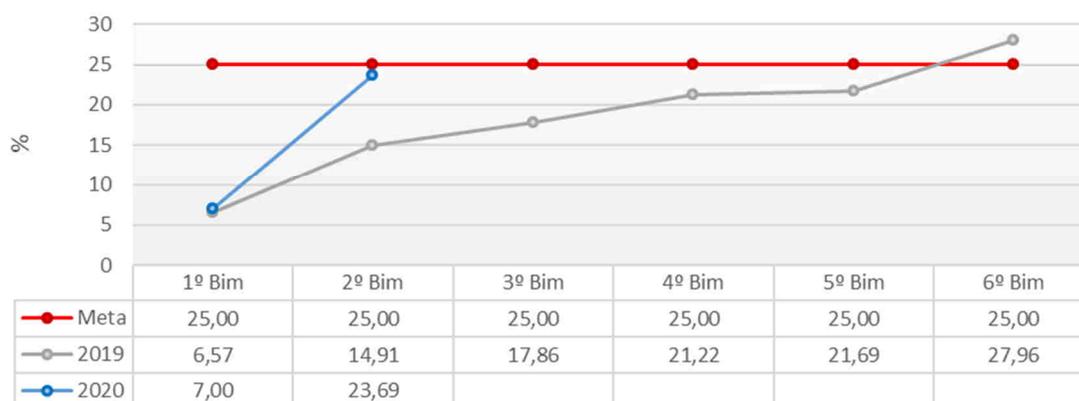
2.5 DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO:

Aplicação de 25% da Receita de Impostos (art. 212 CF)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
36 - Total das Despesas para Fins de Limite	2.735.992	14.705.016				
3 - Total das Receitas com Impostos	39.109.297	62.062.052				
Valor Mínimo a ser Aplicado (25% das Receitas com Impostos)	9.777.324	15.515.513				
Valor Acima/Abaixo do Limite (25%)	-7.041.332	-810.497				
Percentual Aplicado 2020	7,00	23,69				
Meta 2020	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00
Percentual Aplicado 2017	10,28	13,57	21,38	24,28	24,12	27,06
Percentual Aplicado 2018	12,00	17,20	22,34	24,48	23,46	25,55
Percentual Aplicado 2019	6,57	14,91	17,86	21,22	21,69	27,96

Fonte: RREO Anexo 8

Pelos dados apresentados acima, fica evidenciado que o Município aumentou o percentual de aplicação dos recursos no segundo bimestre em comparação com o período anterior deste ano. Com os dados deste bimestre, o Município conseguiu obter um resultado financeiro de apenas R\$ 810 mil abaixo da meta, o que resulta em uma aplicação de 23,69% e com isso quase cumprindo o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, que define a aplicação mínima de 25% da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do desenvolvimento do ensino.

Limite Constitucional - Educação



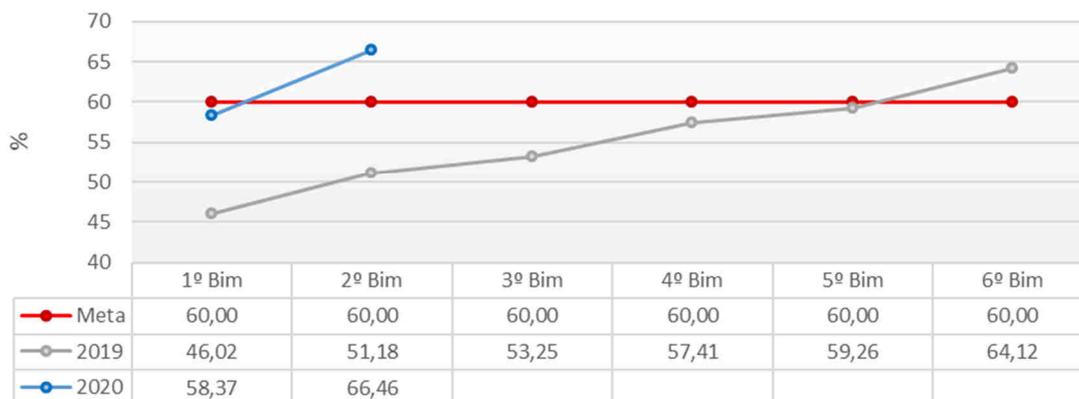
Este mesmo comportamento ocorreu no exercício do ano anterior, onde nos primeiros bimestres não foi alcançado a meta estabelecida, mas no decorrer do exercício o Município foi aumentando os investimentos nesta área e acabou superando a meta (limite mínimo) no final do ano. No entanto o resultado apresentado neste segundo bimestre é bem melhor que o do ano anterior, fazendo uma comparação do segundo bimestre de 2020 com o mesmo período de 2019 o percentual aplicado foi 8,78% maior.

Aplicação mínima de 60% dos recursos do FUNDEB (art. 22 da Lei 11.494/2007)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
11 - Receitas Recebidas do FUNDEB	13.725.793	25.196.883				
60% dos Recursos Recebidos do FUNDEB	8.235.476	15.118.130				
13 - Pagamento dos profissionais do magistério	8.011.860	16.746.970				
Valor +/- do percentual de 60% do FUNDEB c/ Prof. do Magistério	-223.616	1.628.841				
Percentual Aplicado 2020	58,37	66,46				
Meta 2020	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
Percentual Aplicado 2017	77,42	81,84	85,75	85,71	79,30	76,51
Percentual Aplicado 2018	54,13	59,87	62,39	62,62	59,42	60,70
Percentual Aplicado 2019	46,02	51,18	53,25	57,41	59,26	64,12

Fonte: RREO Anexo 8

Com relação as despesas do FUNDEB, conclui-se que pelos valores despendidos com pagamento da remuneração dos professores do ensino fundamental e profissionais em efetivo exercício no magistério, o Município aplicou 66,46% do total de recursos disponíveis, ou seja, valor acima da meta que é de 60% conforme disposto no Artigo 60, §5, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.

Aplicação mínima de 60% - FUNDEB



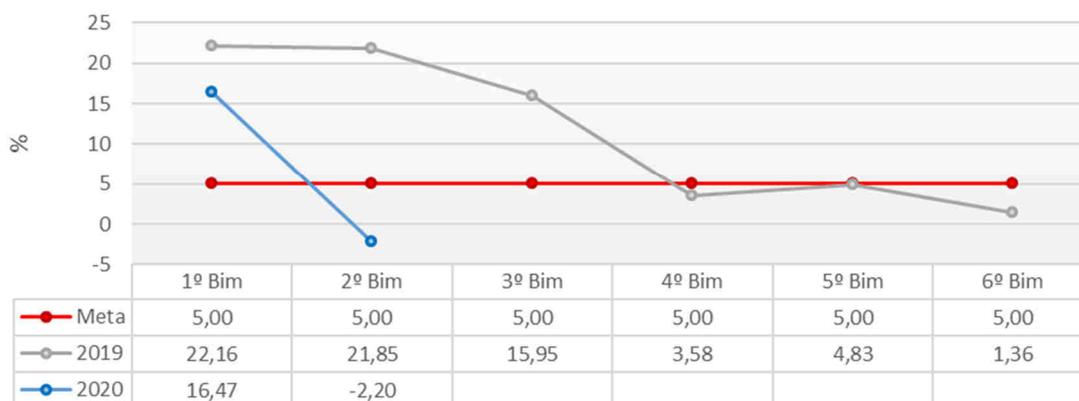
De acordo com o gráfico apresentado, é possível verificar o comportamento histórico deste índice, onde em 2019 esta meta só foi atingida no último bimestre, situação que demonstra uma situação confortável nestes primeiros resultados de 2020.

Máximo de 5% não aplicado no exercício dos recursos do FUNDEB (art. 21 da Lei 11.494/2007)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério	58,37	66,46				
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério	25,16	35,74				
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício	16,47	-2,20				
Meta 2020	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Percentual Aplicado 2018	9,30	-0,49	-5,02	-5,66	-0,17	3,34
Percentual Aplicado 2019	22,16	21,85	15,95	3,58	4,83	1,36

Fonte: RREO Anexo 8

Com relação a não aplicação máxima de 5% dos recursos provenientes do FUNDEB, o resultado neste bimestre encerrou dentro do limite definido, com resultado de não aplicação de apenas -2,20%.

Máximo de 5% não aplicado - FUNDEB



De acordo com o gráfico apresentado, é possível verificar o comportamento deste índice, no início do exercício estava muito longe de ser alcançado, mas a partir do 2º bimestre o resultado já foi atingido, com isto cumprindo o disposto no art. 21 da lei 11.494/2007.

2.6 DOS GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE:

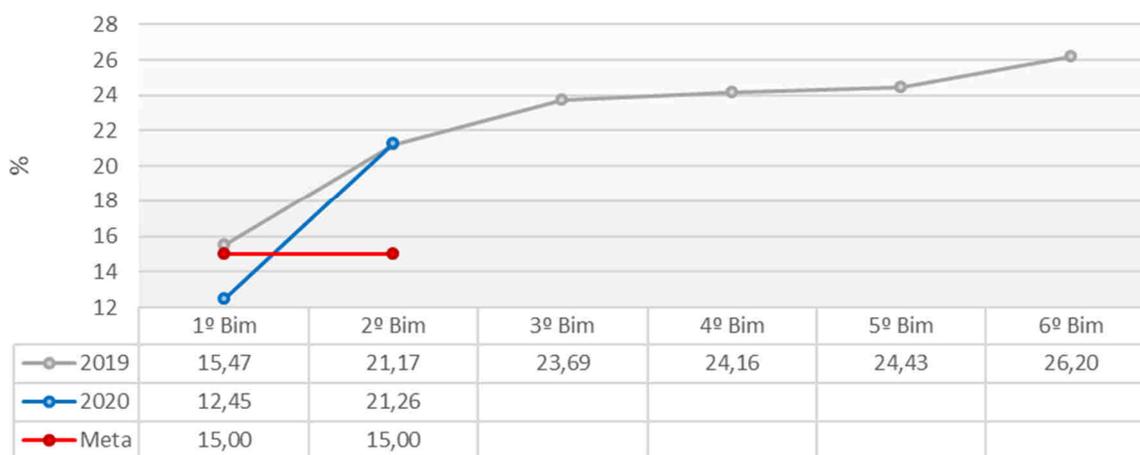
Aplicação de 15% da Receita com Impostos com Saúde	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
IV - Total das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.867.289	13.195.161				
V - Total das deduções consideradas para fins de limite constitucional	0	0				
Total das despesas para efeito de cálculo (IV - V)	4.867.289	13.195.161				
Total das receitas com impostos (base de cálculo para a saúde)	39.106.874	62.057.160				
Valor mínimo a ser aplicado (15% das receitas com impostos)	5.866.031	9.308.574				
Valor acima/abaixo do percentual de 15% das receitas com impostos	-998.742	3.886.587				
Percentual aplicado 2020	12,45	21,26				
Percentual mínimo a ser aplicado 2020	15,00	15,00				
Percentual aplicado acima/abaixo 2020	-2,55	6,26				
Percentual aplicado 2017	13,01	18,06	20,22	22,17	22,68	24,20
Percentual aplicado 2018	15,05	20,13	21,82	23,63	24,38	25,03
Percentual aplicado 2019	15,47	21,17	23,69	24,16	24,43	26,20

Fonte RREO ANEXO 12

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, o Município aplicou de recursos próprios em ações básicas de saúde, o montante de R\$ 13,19 milhões. Realizando a dedução dos valores que não são considerados para o cálculo do limite constitucional, o resultado foi de 21,26% de aplicação da receita proveniente de impostos no período. Desta forma, fica evidente que o Município está significativamente acima do limite constitucional de 15,00%, CUMPRINDO o disposto no Artigo 198, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 77, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Vale mencionar que para efeito do cálculo deste índice, no 2º bimestre há a utilização dos valores liquidados, diferentemente do utilizado no último bimestre do exercício em que são usados os valores empenhados.

Limite Constitucional - Saúde



De acordo com o gráfico anterior, é possível verificar que o percentual dos gastos com a saúde está significativamente acima da meta, repetindo praticamente o mesmo comportamento do exercício anterior.

3 ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO

3.1 ATOS DO LEGISLATIVO

O Poder Legislativo Municipal no desempenho de suas funções de legislar, fiscalizar e julgar até o 2º bimestre de 2020 realizou:

Atos do Legislativo	Acumulado
----------------------------	------------------

Sessões	
Sessões Ordinárias	11
Sessões Extraordinárias	4
Sessões Solenes	0
Audiências Públicas	1
Total	16

Legislativo	
Projeto de Lei Ordinária	8
Projeto de Lei Complementar	0
Decreto Legislativo	3
Resolução	4
Emenda a LOM	0
Total	15

Executivo	
Projeto de Lei Ordinária	12
Projeto de Lei Complementar	3
Projeto de Emenda a LOM	0
Total	15

Proposições	
Indicação	159
Portaria	11
Recurso	0
Requerimento	38
Total	208

3.2 CÂMARA DE VEREADORES VERSUS LIMITES IMPOSTOS PELA LC Nº 101/2000 (LRF)

DADOS RELACIONADOS A CÂMARA DE VEREADORES (Acumulado):	2º Bim
Valor da Receita Corrente Líquida (12 meses)	R\$ 324.866.862,63

Total Gastos Pessoal Ativo (últimos 12 meses)	R\$ 4.155.397,29
Total Gastos Inativos e Pensionistas (últimos 12 meses)	R\$ 0,00
Contratos de Terceirização (artigo 18 da LRF)	R\$ 39.588,30
Total das despesas com pessoal	R\$ 4.194.985,59
Limite Legal Permitido (art. 20 da LRF - 6% da RCL)	R\$ 19.492.011,76
Limite Prudencial (art. 20 da LRF - 5,7% da RCL)	R\$ 18.517.411,17
Diferença em valor do Limite Legal	-R\$ 15.297.026,17
Percentual Aplicado	1,29%
Diferença em Percentual	-4,71%

Valor da Receita Tributária e das Transferências de Impostos (exercício anterior)	R\$ 174.328.050,78
Valor Suprimento Permitido até o período (7%)	R\$ 12.202.963,55
Valor dos Suprimentos Repassados até o período	R\$ 1.851.666,68

Limite da Folha em Relação aos Suprimentos (70%)	R\$ 8.542.074,49
Valor Gastos de Pessoal da Câmara até o período	R\$ 1.040.918,27

Percentual de Gastos em relação so Suprimentos Permitidos	8,53%
Percentual de Gastos em relação so Suprimentos Recebidos	56,22%

Repasse efetuado no Prazo?	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Datas do Repasse	13/03 e 17/04

Fonte: Câmara de Vereadores

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, a Câmara de Vereadores, até a presente data está cumprindo os limites de pessoal estabelecidos no Artigo 169, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Artigo 20, inciso III, alínea (a), da Lei Complementar 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Com referência ao artigo 29-a, inciso I, da Constituição Federal, conclui-se que o Município está cumprindo os limites nele estabelecidos, ou seja, os suprimentos até então repassados não superam a cifra de 7% da Receita Tributária e das transferências previstas no §5, do Artigo 153 e nos Artigos 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior. Com referência ao total dispendido pela Câmara de Vereadores com folha de pagamento, conclui-se que está sendo cumprido o limite de 70% do valor de sua receita (suprimentos permitidos), na forma de que dispõe o artigo 29-A, §1 da Constituição Federal. A

transferência dos suprimentos para a Câmara de Vereadores foi efetuada no prazo, ou seja, foi obedecido o estabelecido no artigo 29-a, §2º, inciso II, da Constituição Federal.

3.3 DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Ativo Financeiro

Valor do Saldo Disponível	R\$ 190.983,89
Valor do Saldo Realizável	R\$ 0,00
Total Ativo Financeiro	R\$ 190.983,89

Passivo Financeiro

Valor dos Restos a Pagar	R\$ 0,00
Valor das DDO	R\$ 0,00
Valor das Despesas Liquidadas a Pagar	R\$ 0,00
Total Passivo Financeiro	R\$ 0,00

Quociente	R\$ 0,00
-----------	----------

Fonte: Câmara Municipal de Navegantes

O quadro acima aponta uma situação favorável, evidenciando que o Poder Legislativo possui saldo financeiro disponível para arcar com as obrigações do exercício até este bimestre.

3.4 DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Transferência Corrente Prevista até o Período	R\$ 1.851.666,68
Valor dos Suprimentos Repassados até o período	R\$ 1.851.666,68

Percentual da Transferência Recebida em relação a Prevista	100%
---	-------------

Despesa Corrente Prevista até o período	R\$ 1.651.666,64
Despesa Capital Prevista até o período	R\$ 199.999,96
Total da Despesa Prevista até o Período	R\$ 1.851.666,60

Despesa Corrente Realizada até o período	R\$ 1.793.234,47
Despesa Capital Realizada até o período	R\$ 35.356,96
Total da Despesa Realizada até o Período	R\$ 1.828.591,43

Percentual da despesa Realizada em relação a prevista	98,75%
Saldo Orçamentário	R\$ 23.075,17

Fonte: Câmara Municipal de Navegantes

Pelos dados aqui apresentados, podemos concluir que as Transferências recebidas pela Câmara de Vereadores correspondem a 100% do valor previsto para o período. Em se tratando da Despesa da Câmara de Vereadores, conclui-se que do Orçamento previsto no valor de R\$ 1.851 milhões, foi executada a importância de R\$ 1.828 milhões, o que corresponde a 98,75%. Comparando a Transferência recebida com as Despesas realizadas, tem-se um **SUPERÁVIT** Orçamentário Corrente no valor de R\$ 23,1 mil.

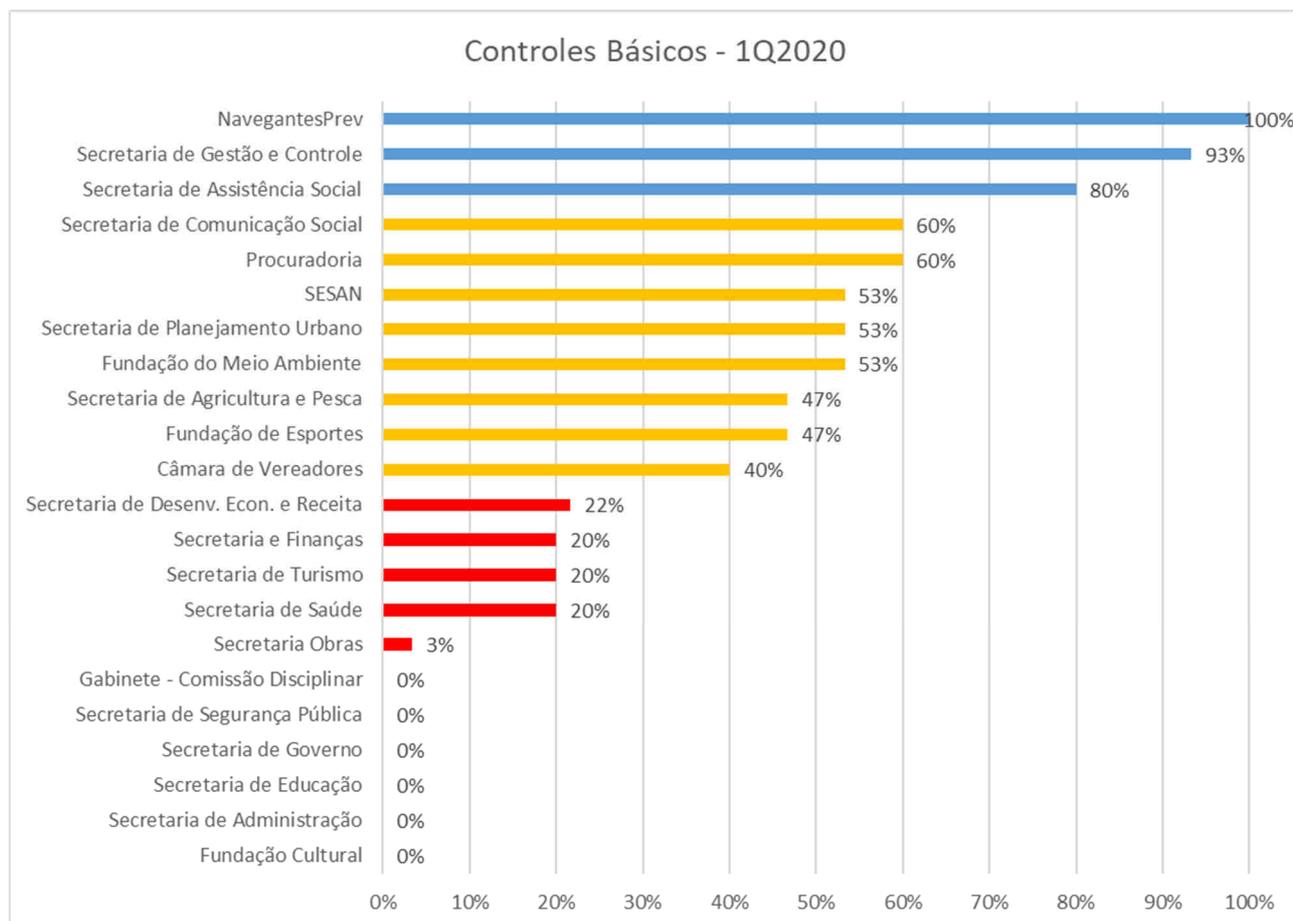
4 RESULTADO DA PESQUISA ELETRÔNICA (AÇÕES DE MONITORAMENTO)

Neste capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa realizada com todas as entidades e órgãos da Prefeitura Municipal de Navegantes, através de sistema informatizado de formulário eletrônico (google forms) e posteriormente analisadas e tabuladas as respostas pelo Controle Interno do Município. Neste exercício de 2020 o sistema utilizado no momento é um paliativo, uma vez que está em processo licitatório a aquisição de um novo sistema de controle interno, inclusive com um módulo voltado apenas para as pesquisas periódicas.

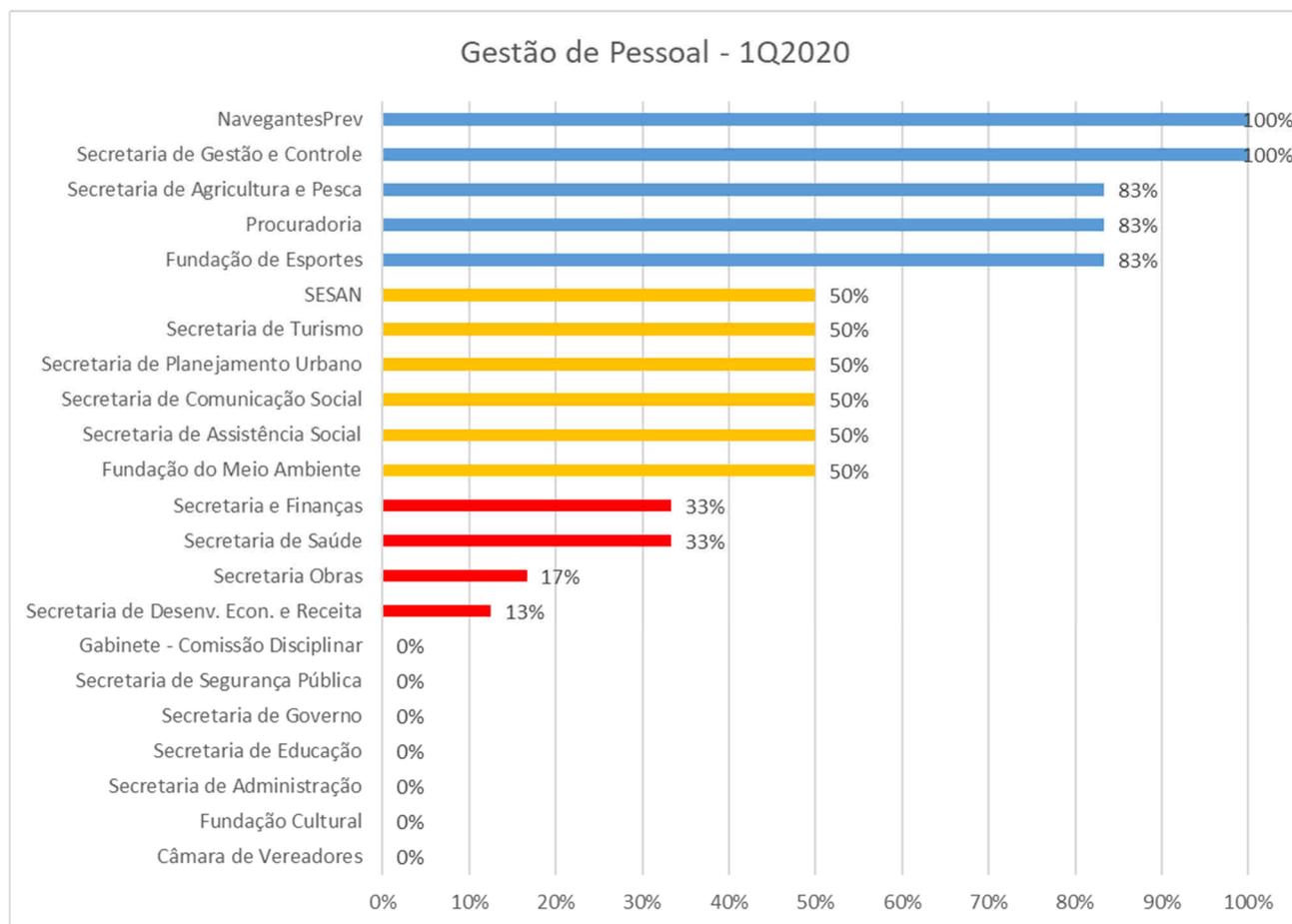
Na pesquisa/questionário relativo ao 1º quadrimestre de 2020, o sistema foi alimentado com 5 formulários, sendo quatro formulários de temas específicos, um para cada uma das áreas da Saúde, Educação, Câmara de Vereadores e Comissão Disciplinar, e um formulário direcionado para temas de ambiente de controle que poderiam atingir no máximo 31 áreas/secretarias. Ao todo, caso houvesse participação integral na pesquisa, seriam analisados 744 quesitos.

Segue, no decorrer desse capítulo, uma apresentação geral do resultado da tabulação dos dados dos quesitos de ambiente de controle, que trata de perguntas padronizadas enviadas a todas as áreas, e também apontamentos do que achamos mais relevante e que possam contribuir de alguma forma para elucidar a situação dos respectivos órgãos que foram obtidas das áreas específicas.

Com a tabulação das respostas recebidas relativas à temática “ambiente de controle” foi possível gerar dois índices: Controles Básicos e Gestão de Pessoal. O primeiro, chamado de Índice de Controles Básicos, tem o intuito de acompanhar a evolução de temas básicos de controles administrativos em cada uma das áreas, onde são abordados via questionamentos os seguintes assuntos: comunicação interna adequada, controles internos formais, documentos padronizados revisados, estudos recorrentes das IN, fiscais de contrato, indicadores de gestão, mecanismos de controle das informações, princípio da legalidade e reuniões periódicas formalizadas.



O segundo é o Índice de Gestão de Pessoal, que tem como objetivo acompanhar a aplicabilidade das boas práticas com foco nos colaboradores, através dos temas: escalonamento de férias, mão de obra suficiente, plano de capacitação e segregação de funções.

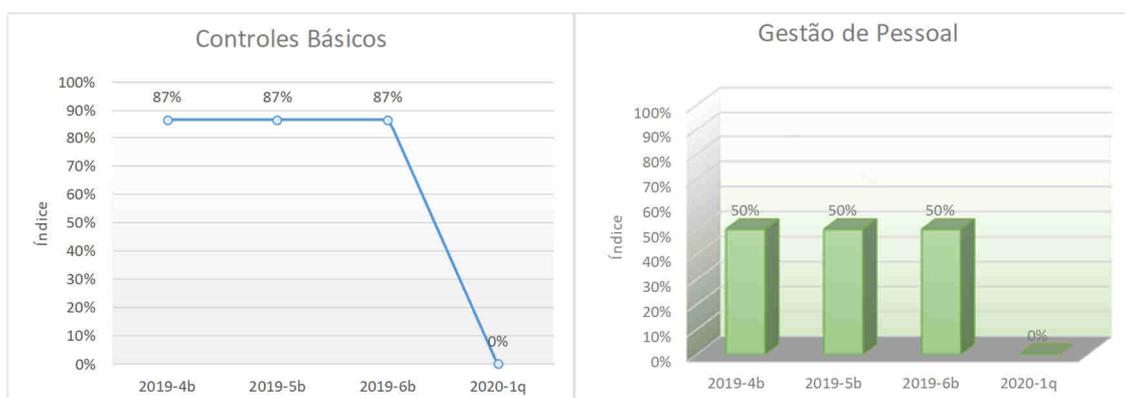


Existem resultados apresentados com o valor do índice igual a zero, isto significa que a área não atendeu a nenhum dos temas do respectivo índice ou não participou da pesquisa no respectivo quadrimestre, o que influencia significativamente de maneira negativa o índice de análise de risco, que é utilizado para a definição do plano de auditoria anual.

4.1 PODER EXECUTIVO

4.1.1 FUNDAÇÃO CULTURAL

Tema do Quesito		Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Controles internos formais	2	Sim	Sim	Sim	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Fiscais de contrato	2	Não	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Sim	Sim	Sim	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Sim	Sim	Não	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Não



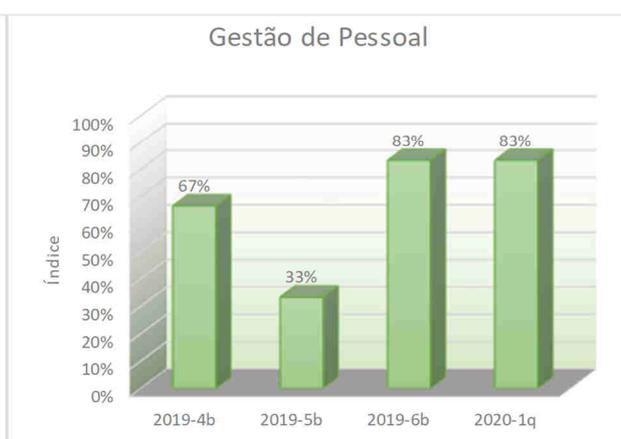
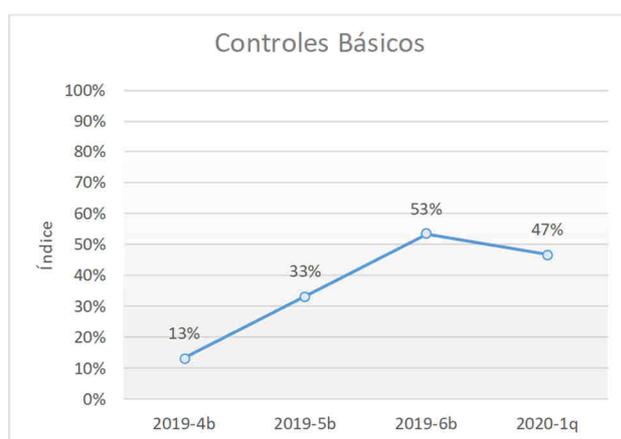
A referida área não participou da pesquisa neste quadrimestre, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

Status das recomendações do Órgão Central do Sistema de Controle Interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
302	27/08/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - Lei de Incentivo à Cultura	Fundação Cultural	Prejetos Financiados por Fundo Municipal	1	Abertura de Processo Administrativo pela falta de contrapartida social do Projeto Revivendo Antigos Carnavais	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: A Fundação Cultural, após a decisão da CONAC, notificou o proponente dentro do prazo estabelecido. Em relação a esta recomendação a Fundação Cultural demandará novo parecer da CONAC.
303	27/08/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - Lei de Incentivo à Cultura	Fundação Cultural	Prejetos Financiados por Fundo Municipal	2	Abertura de Processo Administrativo pela subcontratação de servidor público (participante do Projeto Revivendo Antigos Carnavais)	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: A Fundação Cultural aguarda a abertura de processo administrativo solicitado em outubro de 2019. 5B/19: A Fundação Cultural, após decisão da CONAC, notificou o proponente, que se manifestou dentro do prazo estabelecido. Em seguida a Fundação Cultural juntou os
451	22/08/2019	Auditoria Ordinária	005/2017 - Lei de Incentivo à Cultura	Fundação Cultural	Prejetos Financiados por Fundo Municipal	1	Follow Up Auditoria Ordinária - Abertura de Processo Administrativo para apuração de responsabilidades quanto à falta de contrapartida social ao Projeto Revivendo Antigos Carnavais	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
452	22/08/2019	Auditoria Ordinária	005/2017 - Lei de Incentivo à Cultura	Fundação Cultural	Prejetos Financiados por Fundo Municipal	2	Follow Up Auditoria Ordinária - Abertura de Processo Administrativo para apuração de responsabilidades, quanto à participação de servidor público no Projeto Revivendo Antigos Carnavais, bem como sugere-se que a Fundação mantenha a restrição nos próximos editais e proceda à análise dos currículos de forma mais criteriosa;	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
453	22/08/2019	Auditoria Ordinária	005/2017 - Lei de Incentivo à Cultura	Fundação Cultural	Prejetos Financiados por Fundo Municipal	3	Follow Up Auditoria Ordinária - Que se faça uma análise mais criteriosa dos currículos em relação a experiência de trabalho em eventos culturais, em respeito ao edital, pois assim os projetos serão desenvolvidos com mais qualidade;	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
454	22/08/2019	Auditoria Ordinária	005/2017 - Lei de Incentivo à Cultura	Fundação Cultural	Prejetos Financiados por Fundo Municipal	4	Follow Up Auditoria Ordinária - Abertura de Procedimento Administrativo para ressarcimento dos valores a quem deu causa ao pagamento de servidor público no Projeto Revivendo Antigos Carnavais, de forma irregular, visto que sua participação era vedada pelo edital.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.

4.1.2 FUNDAÇÃO DE ESPORTES

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Não	Não	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Sim	Sim	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Não	Sim	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Não	Não	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Não	Não	Sim	Sim
Gest. Pessoal	Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Sim	Sim
	Escalonamento de férias	1	Não	Não	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Sim	Não	Sim	Sim
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador. Enviou planilha de controle de número de documentos oficiais que não condiz com o solicitado no quesito.

A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Respondido o quesito com algo que não condiz com o solicitado, uma vez que mandou o checklist de compras que é proveniente de uma IN e não um documento confeccionado pela área, além do que o checklist enviado é uma versão desatualizada (ref. IN 005/2017 que não esta mais em vigor).

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar 40 horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada. Respondido sim, mas não foi enviado nenhum cronograma de treinamento e nem histórico de realização.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado. Documento enviado não são indicadores de gestão, e sim a descrição das atribuições de cada colaborador.

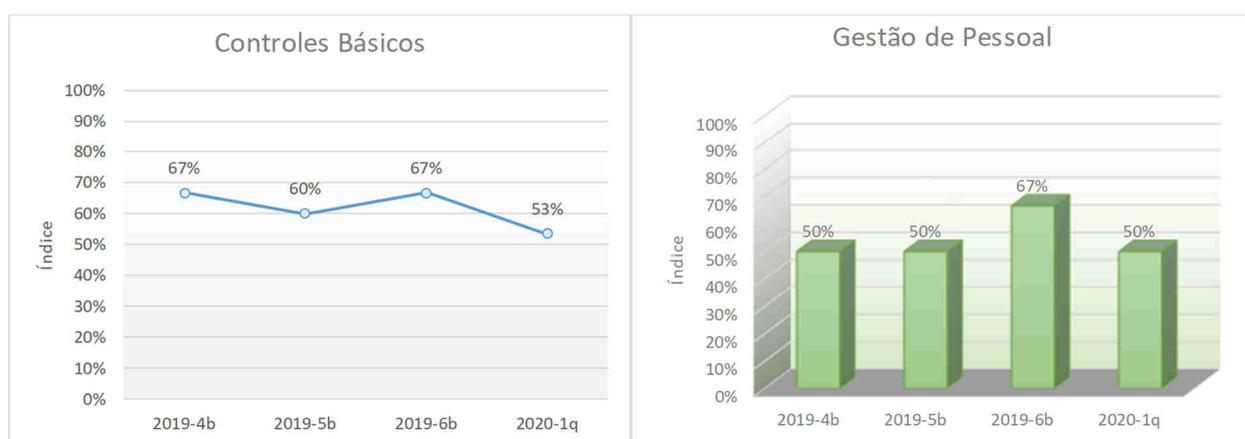
Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento. Enviou a relação dos contratos e colaboradores vinculados, mas não enviou nenhum relatório emitido no período conforme solicitado.

Status das recomendações do Órgão Central do Sistema de Controle Interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
312	27/04/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - 06/2017 - FUNDEL e Bolsa Atleta	Fundação de Esportes	2. Bolsa Atleta (relatório final reanálise)	2	Que a FME observe com mais rigor a escolaridade do atleta e exija o comprovante de matrícula em instituição de ensino público ou privado	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Sem informações adicionais 6B/19: Professores solicitam aos atletas a obrigação de frequentar a escola. 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Continua no momento como bolsa Atleta 3B/19: Professores solicitam aos atletas a obrigação de
313	27/04/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - 06/2017 - FUNDEL e Bolsa Atleta	Fundação de Esportes	2. Bolsa Atleta (relatório final reanálise)	3	Protocolo das inscrições via sistema online, ou a alteração do edital para que permita a inscrição por meio de procuração	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Estamos utilizando inscrição on-line 6B/19: Estamos verificando para este ano a inscrição on line 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Estamos verificando para este ano a inscrição on line 3B/19: Estamos verificando para este ano a inscrição on line 2B/19: Sem novas informações adicionais neste período da
314	27/04/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - 06/2017 - FUNDEL e Bolsa Atleta	Fundação de Esportes	2. Bolsa Atleta (relatório final reanálise)	4	A alteração do edital para conter apenas a expressão "bolsa estudiantil" e excluir o termo "bolsa-atleta estudiantil"	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Mantemos como Bolsa Atleta 6B/19: Continua no momento como bolsa Atleta 5B/19: Continua no momento como bolsa Atleta 4B/19: Continua no momento como bolsa Atleta 3B/19: Continua no momento como bolsa Atleta 2B/19: Sem novas informações adicionais neste período da
319	27/04/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - 06/2017 - FUNDEL e Bolsa Atleta	Fundação de Esportes	2. Bolsa Atleta (relatório final reanálise)	9	Seja elaborada uma Instrução Normativa para adequação dos trabalhos da FME com a legislação vigente, em especial, no que se refere à bolsa atleta	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Foram solicitadas alterações..Devem ser atendidas ainda este ano. 6B/19: Foram solicitadas alterações.. 5B/19: Foram solicitadas alterações.. 4B/19: Foram solicitadas alterações.. 3B/19: Foram solicitadas alterações..Devem ser atendidas
322	27/04/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - 06/2017 - FUNDEL e Bolsa Atleta	Fundação de Esportes	3. Bolsa Atleta (relatório final reanálise)	12	Instauração de Processo Disciplinar para apurar a responsabilidade pelo ressarcimento do montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) que foi pago aos atletas do jiu-jitsu que não estão matriculados em instituição de ensino, conforme exige a Lei Municipal n. 9.2612/2012 e o Decreto Municipal n. 9.260/2013	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: arquivada. 6B/19: Questão já foi colocada em pauta e arquivada. 5B/19: Não aconteceu reembolso. 4B/19: Não aconteceu reembolso. 3B/19: SGC - Favor esclarecer a ação tomada, foi aberta PAD ou não? E caso positivo teve reembolso aos cofres públicos ou
324	27/04/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - 06/2017 - FUNDEL e Bolsa Atleta	Fundação de Esportes	2.1 Bolsa Atleta (relatório final reanálise)	14	Apresentação à esta Secretaria um Plano de Ação (figura 1 no relatório), com o planejamento das ações pretendidas para a concretização dos objetivos	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não foi realizado o fundel em 2020 6B/19: Não foi realizado o fundel em 2019 5B/19: Não foi realizado o fundel em 2019 4B/19: Não foi realizado o fundel em 2019 3B/19: Sem novas informações adicionais neste período da pesquisa.
455	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	1.Abertura de PAD – Verificar valores pagos pela Sol Sul Eventos à Servidora Gabriela Boff	1	Recomendação também solicitada pela Sindicância 001/2019, conforme Termo de Julgamento publicado no DOM em 16/05/2019, que irá verificar tanto o valor quanto a orientação ou não do gestor, assim como a responsabilidade deste, visto ser responsável pela fiscalização do contrato.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
456	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	2.Abertura de PAD - Pagamento Antecipado	2	Recomenda-se abertura de PAD para verificar responsáveis pelo pagamento antecipado da Categoria de Tênis de Mesa.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
457	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	3.Inclusão de exigência da qualificação dos profissionais nos próximos editais	3	Recomenda-se inclusão de cláusula que exija qualificação dos profissionais, independentemente do tipo de contratação (Exemplo: Registro válido junto à Federação ou Entidade esportiva da modalidade e/ou Certificado de Curso específico aferido por Federação ou Entidade Esportiva da Modalidade).	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
458	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	4.Recomendamos a retirada dos itens que geram restrição de competitividade nos editais futuros para contratação de árbitros/mesários	4	Recomenda-se a revisão do item do lote, com 12 árbitros por dia. A cotação de preço deve ser por diária, e no caso de exigência de determinado número de pessoas por dia, que seja feita de forma coerente e que se comprove a necessidade.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
459	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	5.Recomendação Abertura de Processo Administrativo Disciplinar pela contratação de servidor público servidor de Navegantes através do Edital 10/2016	5	Recomenda-se abertura de Processo Administrativo Disciplinar afim de verificar responsabilidade pela contratação do Servidor Sebastião Delamar de Souza Torres, professor municipal, que prestou serviços de arbitragem, recebendo valores financeiros através do edital 10/2016, assim como o ressarcimento aos cofres públicos.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
460	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	6.Recomendação Abertura de Procedimento Administrativo para verificar se houve contratação de servidor público servidor de Navegantes através do	6	O Servidor Jonathan Cesar Maia, professor municipal que estava em licença sem vencimentos, mas, conforme e-mail da FME, foi indicado a prestar serviços de arbitragem pelo edital 10/2016. Se for constatada a sua participação deve-se abrir PAD para verificação da responsabilidade e ressarcimento dos cofres públicos.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
461	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	7.Abertura de PAD – Contratação de Servidores	7	Recomenda-se abertura de PAD para verificar todos os nomes dos prestadores de serviços contratados e verificar se há vínculo com a administração pública direta e indireta de Navegantes. Conforme itens anteriores, foi possível identificar pelo menos dois servidores públicos de Navegantes que prestaram	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
462	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	8.Inclusão do BDI como regra em Editais	8	Que a Administração Pública Municipal implemente o BDI como regra nos Editais	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
463	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	9.Inclusão do BDI como regra em Editais	9	Que a Administração Pública Municipal implemente o BDI como regra nos Editais, com a obrigatoriedade de se exigir no certame demonstrativo que comprove se os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, evidenciando os custos dos serviços, encargos e a margem de lucro.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
464	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	Sugere-se para os próximos certames para contratação de árbitros/mesários a utilização de Edital de Credenciamento	10	Sugere-se a utilização de Edital de Credenciamento para contratação de árbitros/mesários de forma direta, sem intermediários, visando a economicidade nos gastos públicos.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
465	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	Sugere-se para os próximos certames para contratação de árbitros/mesários a inclusão de cláusula de vedação da subcontratação de servidores	11	Tanto a Lei 8666 quanto pré-julgado vedam a participação de servidores públicos de participar direta ou indiretamente da prestação de serviços terceirizados. A inclusão dessa cláusula no Edital vem a reforçar a vedação.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.
466	30/10/2019	Parecer de Verificação	004/2018 - JEN 2017	Fundação de Esportes	Sugere-se a ampla divulgação dos nomes dos prestadores de serviços	12	Sugere-se inclusão de cláusula que exija relação dos profissionais que irão prestar os serviços, que essa relação seja pública.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Sem informações adicionais nesta pesquisa.

4.1.3 FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Não	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Sim
Gest. Pessoal	Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Não	Sim	Não
	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Sim	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Não enviou nenhuma evidencia de documento atualizado.

De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, sendo informado que o ideal seria a contratação de analistas para suprir a demanda de serviços no Departamento Técnico, poderia ter sido enviado também um organograma desejável para a área.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar xx horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada. Enviou planilha com as informações de cursos realizados em 2019.

Informado que são feitas reuniões periódicas, mas não existe registros em atas e nem foi informado o resultado de uma delas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações. Enviou como evidência uma ata de reunião de 2019.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

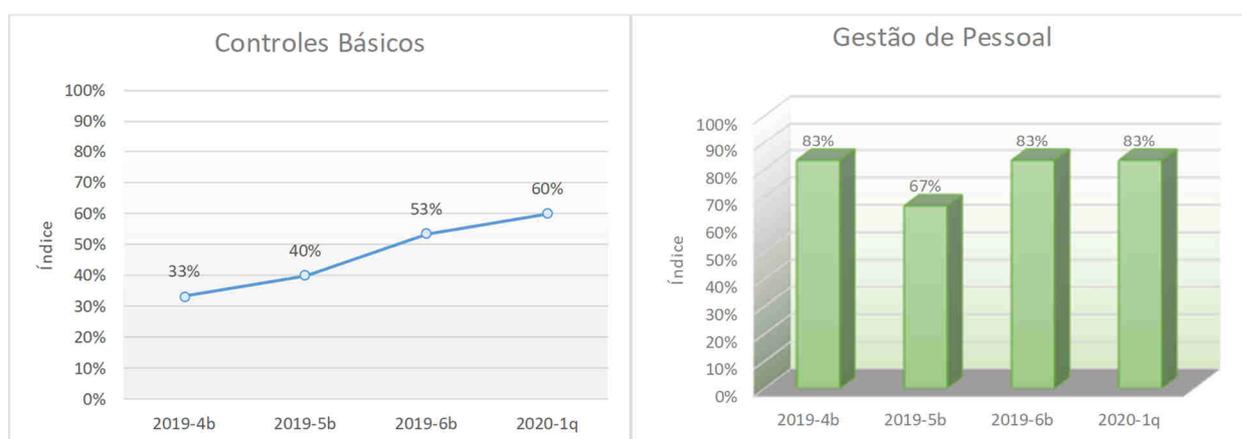
Durante o envio da informação dos fiscais de contrato foi relacionado apenas o nome dos colaboradores, mas não a qual contrato ele está vinculado, sendo esta uma exigência incluída na pesquisa, além também do envio de um dos relatórios de fiscalização emitidos no período, mas que também não foi disponibilizado.

Status das recomendações do Órgão Central do Sistema de Controle Interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
241	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não financeiros	Fundação do Meio Ambiente	3.9.Movimentação Financeira	18	Verificar com setor jurídico da Fundação e da Prefeitura sobre as funções e cargos dos servidores lotados na FUMAN, para corrigir possíveis não conformidades	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Foi encaminhado o ofício 113/2019/FUMAN reterando o ofício 118/2018 para Sec. de Administração 5B/19: Foi encaminhado o ofício 113/2019/FUMAN reterando o ofício 118/2018 para Sec. de Administração 4B/19: Foi encaminhado o ofício 113/2019/FUMAN reterando
260	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não financeiros	Fundação do Meio Ambiente	4.7.2.Divergência na interpretação da fórmula	36	Promover a regulamentação adequada na legislação que estabelece as taxas (Exemplo Não está discriminado ao que se refere a metragem (m ²))	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Fase final 5B/19: Alteração ainda não concluída. Aguarda encaminhamento de projeto de lei para aprovação do prefeito e encaminhamento ao poder legislativo 4B/19: Alteração ainda não concluída. Aguarda
283	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não financeiros	Fundação do Meio Ambiente	7.4.Laudo de Vistoria (CELESC) - nº 034/2017	58	Apresentar cópia da LAO (Corretiva) e do ofício mencionado no Laudo de Vistoria (CELESC) - nº 034/2017 (Proprietário: Patricia dos Santos/Requerente: EV Aluguel de Máquinas Ltda ME) que permite o uso de área de preservação permanente para fins particulares;	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Em análise nesta Fundação 5B/19: Em análise nesta Fundação 4B/19: Em análise nesta Fundação. 3B/19: Em análise nesta Fundação. 2B/19: Aguarda alteração da Lei para cumprimento dos itens
295	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não financeiros	Fundação do Meio Ambiente	7.4.Laudo de Vistoria (CELESC) - nº 034/2017	73	Apresentar cópia da LAO (Corretiva) e do ofício mencionado que permite o uso de área de preservação permanente para fins particulares; Laudo de Vistoria (CELESC) - nº 034/2017 - Proprietário: Patricia dos Santos. Requerente: EV Aluguel de Máquinas Ltda ME.	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Em análise nesta Fundação 5B/19: Em análise nesta Fundação 4B/19: Em análise nesta Fundação. 3B/19: Em análise nesta Fundação. 2B/19: Aguarda alteração da Lei para cumprimento dos itens
490	05/03/2020	Parecer de Verificação	Parecer Nº 002/2020	Fundação do Meio Ambiente	Denúncia Depósito de Lixo Irregular - Secretaria de Gestão e Controle recebeu denuncia de deposito de lixo irregular, em terreno publico.	1	FUMAN: encaminhe à SGC cópia dos documentos com as devidas providências adotadas referente ao possível dano ambiental e licenças concedidas (Depósito de lixo em terreno público onde está o centro de Treinamento dos Bombeiros Voluntários).	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.

4.1.4 PROCURADORIA

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Não	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Não	Não	Sim	Sim
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Não	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Fiscais de contrato	2	Não	Não	Não	Sim
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Sim
Gest. Pessoal	Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Não	Não
	Escalonamento de férias	1	Sim	Não	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Não enviou evidência nesta pesquisa.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar 40 horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

Informado que não são feitas reuniões periódicas e consequentemente não existe registros em atas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

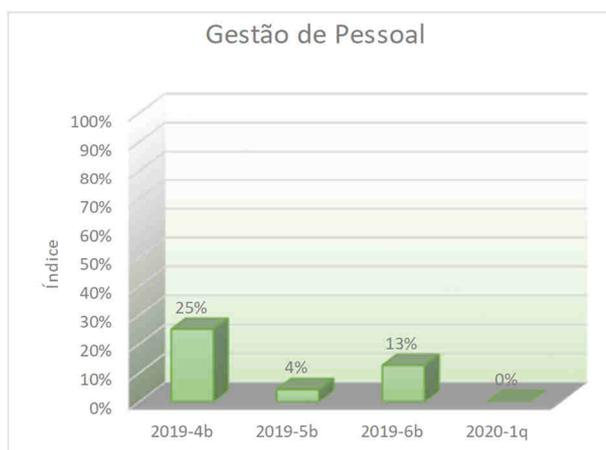
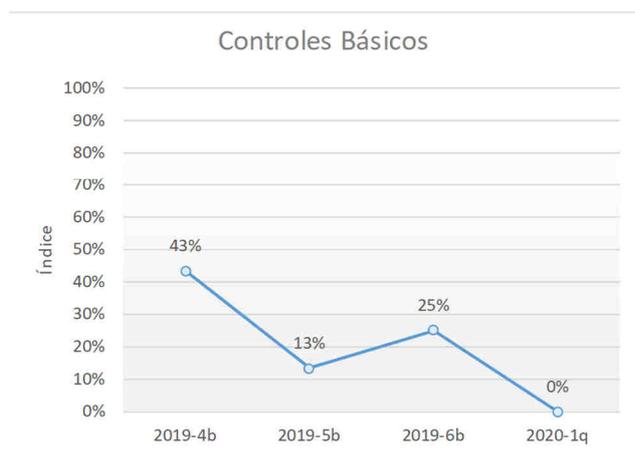
Não existe o estudo recorrente das instruções normativas vigentes, o que leva a conclusão de que há grande possibilidade de retrabalho pelo exercício de atividades que foram modificadas.

4.1.5 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

a	Compras
b	Patrimônio
c	Recursos Humanos
d	Tecnologia da Informação

	Tema do Quesito	Subárea	Peso	2019-4b				2019-5b				2019-6b				2020-1q			
				a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d
Controles Básicos	Comunicação interna adequada		1	S	S	N	S	N	S	N	S	S	N	N	N	N	N	N	N
	Controles internos formais		2	S	S	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N
	Documentos padronizados revisados		1	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Estudos recorrentes das IN		1	S	S	N	N	N	S	N	S	S	N	N	N	N	N	N	N
	Fiscais de contrato		2	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Indicadores de gestão		3	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Mecanismos de controle das informações		1	S	S	N	S	N	S	N	S	S	N	N	N	N	N	N	N
	Princípio da legalidade		3	S	S	N	N	N	S	N	N	S	S	N	N	N	N	N	N
	Reuniões periódicas formalizadas		1	S	N	N	S	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	S	S	N	N	N	S	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N
	Mão de obra suficiente	2	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Plano de capacitação	1	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Segregação de funções	2	S	N	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N



COMPRAS:

A referida área **NÃO** participou da pesquisa neste quadrimestre, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

PATRIMÔNIO:

A referida área **NÃO** participou da pesquisa neste quadrimestre, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

RECURSOS HUMANOS:

A referida área **NÃO** participou da pesquisa pela **QUARTA** vez consecutiva, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de

informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

A referida área **NÃO** participou da pesquisa pela **SEGUNDA** vez consecutiva, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas de todas as áreas da administração:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
191	05/05/2017	Auditoria Ordinária	001/2017 - Patrimônio	Sec. Administração (Patrimônio)	Registro dos bens patrimoniais	1	Abstenção de opinião por falta de documentação (não entregue pelo Setor de Patrimônio), de acordo com o ofício 21/2017 de 02/03/17 encaminhado ao Gabinete do Prefeito, recomenda-se a abertura de Sindicância para apuração dos fatos.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Os relatórios não foram finalizados devido o inventário patrimonial que está em andamento até a presente data. 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
202	15/02/2018	Auditoria Ordinária	003/2017 - Manutenção e controle de frota das Secretarias, Fundações, Fundos e	Sec. Administração (Patrimônio)	12.a - Localização dos bens	1	Recomendamos para as máquinas/equipamentos não localizados na data da auditoria, que o Setor de Patrimônio proceda à localização e informe a Secretaria/Setor em que o mesmo se encontra ou, no caso de não localização, que tome as providências cabíveis com relação à registro da ocorrência, da baixa, e da apuração de responsabilidade	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: o Departamento está solicitando aos secretários o relatório das frota de cada secretaria, devido ao leilão e aos não localizados, será realizado o B.O. para tomar as devidas
203	15/02/2018	Auditoria Ordinária	003/2017 - Manutenção e controle de frota das Secretarias, Fundações, Fundos e	Sec. Administração (Patrimônio)	12.b - Procedimento para bens inservíveis	2	Recomendamos informar os procedimentos que são adotados pelo setor de patrimônio sobre os veículos/máquinas e equipamentos quando são considerados como inservíveis, anexando os documentos comprobatórios sobre a baixa no patrimônio dos mesmos	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: o Departamento de patrimônio assumiu a frota em Abril/2019 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
433	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parcer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Relação de veículos fornecida pelo Setor de Patrimônio foi elaborada em planilha de Excel, constando erros de digitação (RENAVAMS)	1	Atualização dos cadastros de todos os veículos de propriedade do município, com reformulação do site da transparência, cadastro dos veículos em sistema on line, de fácil acesso e com informações atualizadas (local do veículo, multas de trânsito, documentação, etc.), com opções de busca individualizada (exemplo: por placa de veículo, por modelo,	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
434	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parcer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Não há um controle efetivo dos veículos (localização, documentação, infração de trânsito, etc.)	2	Revisão da estruturação do setor de Patrimônio / Gestão de Frota, com a elaboração de procedimentos de controle, sistema informatizado, cadastro de bens com comunicação com outros setores (onde o veículo está lotado);	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
435	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parcer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	No cadastro do patrimônio constam veículos de terceiros, que não estão sob responsabilidade/propriedade do município, como o EMBERRUM, Fundação	3	Revisão de procedimentos de controle do setor de Patrimônio (elaboração de instrução normativa). O resultado da revisão deve ser remetido para Coordenação de Controle Interno (Sec. de Gestão e Controle).	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
436	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parcer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Cadastro de veículos com informações incorretas. Não identificação do local exato dos veículos.	4	Revisão de todos veículos cadastrados, com envio de CI para todas as secretarias / fundações / autarquias, solicitando dados atualizados de todos os veículos	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
437	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parcer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	No cadastro do patrimônio constam veículos de terceiros, que não estão sob responsabilidade/propriedade do município, como o EMBERRUM, Fundação	5	Um setor ou pessoa responsável pela frota de veículos da Prefeitura de Navegantes, lotado na Administração Central, com responsabilidade sobre manutenção, cadastro e fiscalização dos veículos (incluindo taxas/infrações), de forma conjunta com o gestor da Secretaria/Fundações/Autarquia onde se encontra o bem	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
438	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parcer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Não há um controle efetivo dos veículos (localização, documentação, infração de trânsito, etc.)	6	Instalação de Sistema de Rastreamento/GPS/Localizador nos veículos em uso pelo município.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
439	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parcer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Apreensão por órgão de trânsito do veículo placas MI21907, RENAVAN 353655856, em maio/2018, de propriedade da PMN, sob responsabilidade da SEC. DIAM. URBANO.	7	Processo Administrativo Disciplinar para ressarcimento dos valores ao município	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
440	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parcer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Apreensão por órgão de trânsito do veículo placas MI21907, RENAVAN 353655856, em maio/2018, de propriedade da PMN, sob responsabilidade da SEC. DIAM. URBANO.	8	Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos que originaram a retenção do veículo e não comunicação ao chefe imediato	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
441	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parcer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Infrações de trânsito, multas e taxas, já vencidas (site do DETRAN)	9	Instauração de PAD - Processo Administrativo Disciplinar para apuração, identificação dos responsáveis e efetivação dos pagamentos	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
442	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parcer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Infração de trânsito sem identificação do condutor (geração de multa, com valor pecuniário). Total de 35 multas: 23 pagas, 7 vencidas (R\$1.229,63), 3 a vencer (R\$ 486,16) e 2 não foram identificadas 30 (trinta) veículos de propriedade do município, fundações ou autarquias (site do DETRAN), mas não constam na Relação do Patrimônio.	10	instauração de PAD - Processo Administrativo Disciplinar para apuração das infrações de trânsito onde não houve identificação de condutor	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa
443	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parcer Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Infração de trânsito sem identificação do condutor (geração de multa, com valor pecuniário). Total de 35 multas: 23 pagas, 7 vencidas (R\$1.229,63), 3 a vencer (R\$ 486,16) e 2 não foram identificadas 30 (trinta) veículos de propriedade do município, fundações ou autarquias (site do DETRAN), mas não constam na Relação do Patrimônio.	11	Instauração de PAD - para verificação dos veículos cadastrados em nome do Município (total de 30) que não constam no patrimônio. (Item 5.2)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem respostas nesta pesquisa

444	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parere Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Utilização de veículos que já foram baixados no DETRAN	12	Instauração de PAD - para verificação de quem utilizou o veículo e o motivo, já que tinha o registro de baixa no DETRAN. (Item 5.14)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período
467	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parere Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Melhoramentos do site da transparência, com opções de busca individualizada (exemplo: por placa de veículo, por modelo, por secretaria...) e com relatórios gerenciais.	13	Melhoramentos do site da transparência, com opções de busca individualizada (exemplo: por placa de veículo, por modelo, por secretaria...) e com relatórios gerenciais.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
468	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parere Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Inclusão das informações tarjadas: inclusão de todos os dados do veículo Placas QJ1193 constar com informações tarjadas (censurada) e a inclusão dos dados. Solicita-se ainda, justificativa do motivo dos dados terem sido tarjados.	14	Inclusão de todos os dados do veículo Placas QJ1193 no relatório da frota (Setor Patrimônio) constar com informações tarjadas (censurada) e a inclusão dos dados. Solicita-se ainda, justificativa do motivo dos dados terem sido tarjados.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
469	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parere Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Providências referentes ao veículo Furtado: baixa para o veículo Placas LYQ9450, que consta com informação de furto desde 2013. Solicita-se ainda, justificativa do veículo ainda não ter sido baixado no DETRAN/SC.	15	Providências referentes ao veículo Furtado: baixa para o veículo Placas LYQ9450, que consta com informação de furto desde 2013. Solicita-se ainda, justificativa do veículo ainda não ter sido baixado no DETRAN/SC.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
470	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parere Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Envio dos veículos com registro de RECALL à concessionária: fazer a manutenção exigida pelo fabricante e que se tome a devida providência. Solicita-se ainda, justificativa dos veículos não terem sido enviados para RECALL	16	Envio dos veículos com registro de RECALL à concessionária: fazer a manutenção exigida pelo fabricante e que se tome a devida providência. Solicita-se ainda, justificativa dos veículos não terem sido enviados para RECALL	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
471	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parere Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Veículo deve ser utilizado pela SAÚDE, pois foi pelo FMS para este fim: veículo placas MHU6357. Solicita-se ainda, justificativa da utilização do veículo placas MHU6357 para fim diverso ao da saúde	17	Veículo deve ser utilizado pela SAÚDE, pois foi pelo FMS para este fim: veículo placas MHU6357. Solicita-se ainda, justificativa da utilização do veículo placas MHU6357 para fim diverso ao da saúde	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
472	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parere Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Regularização dos veículos com restrição à venda: buscar informação da causa dos dois veículos em nome do Município constarem restrições à venda e providências para baixa dessas restrições. Solicita-se ainda, justificativa para as baixas (quem deu causa, motivo...)	18	Regularização dos veículos com restrição à venda: buscar informação da causa dos dois veículos em nome do Município constarem restrições à venda e providências para baixa dessas restrições. Solicita-se ainda, justificativa para as baixas (quem deu causa, motivo...)	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
473	26/03/2019	Auditoria Extraordinária	Parere Nº 004/2019	Sec. Administração (Patrimônio)	Baixa de todos os veículos classificados como Leilão no DETRAN. Solicita-se ainda, justificativa para as baixas ainda não terem sido providenciadas.	19	Baixa de todos os veículos classificados como Leilão no DETRAN. Solicita-se ainda, justificativa para as baixas ainda não terem sido providenciadas.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
54	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	1	Capítulo - Crisérios de Amostragem Implementação de arquivo organizado e efetivo de todos os documentos funcionais dos servidores	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
55	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	2	Capítulo - Crisérios de Amostragem Que a implementação de arquivo seja acompanhada pela Sec. de Administração	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
62	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	9	Capítulo - Horas Extras 100% - Evento 24 Implementação e aprimoramento de controles específicos para pagamento de HE (100% e 80%)	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
63	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	10	Capítulo - Horas Extras 100% - Evento 24 Revisão dos benefícios concedidos (HE 100%), com conferência dos documentos que comprovem a execução de HE e verificação se há direito de recebimento	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
65	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	12	Capítulo - Horas Extras 80% - Evento 271 Revisão dos benefícios concedidos (HE 80%), com conferência dos documentos que comprovem a execução de HE e verificação se há direito de recebimento	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
66	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	13	Capítulo - Promoção Lei 1027/93 - Evento 280 Abertura de PAD para ressarcimento valores recebidos indevidamente (gratificação) pela servidora Adriana Fernandes Rosa	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
67	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	14	Revisão dos benefícios concedidos (insalubridade), com conferência dos (atestados médicos) e verificação se há direito de recebimento	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
68	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	15	Alteração ou Revogação da Lei 1259 [incorporação HE no vencimento de trabalhos de natureza especial], devido sua inconstitucionalidade	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
69	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	16	Capítulo - Gratificação Lei 1259/98 - Evento 290 Abertura de PAD para ressarcimento valores recebidos indevidamente (RS 61.067,15)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
70	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	17	Capítulo - Gratificação Lei 1259/98 - Evento 290 Abertura de PAD para responsabilização para quem deu causa ao pagamento indevido	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
71	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	18	Gratificação Lei 1259/98 - Evento 290 Revisão dos benefícios concedidos	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações

72	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	19	Revisão dos benefícios concedidos (Abono 312)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
73	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	20	Revisão dos benefícios concedidos (Abono 313)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
74	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	21	Revisão dos benefícios concedidos (Abono 314)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
75	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	22	Revisão dos benefícios concedidos (Abono 315)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
78	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	25	Capítulo - Gratificação Especial - Evento 317 Abertura de PAD para responsabilização para quem deu causa ao pagamento indevido	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
79	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	26	Revisão das concessões dos benefícios condicionados a inclusão da avaliação pela comissão competente	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
80	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	27	Implementação de controles específicos para pagamento do benefício Assiduidade, com exigência do ponto eletrônico	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
83	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	30	Revisão geral NO SISTEMA INFORMATIZADO DE FOLHA DE PAGAMENTO (dados e fórmulas para pagamento de percentuais)	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
84	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	31	Setor de RH revise o benefício e verifique a base legal	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
85	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	32	Capítulo - Gratificação - Evento 400 Abertura de PAD para responsabilização para quem deu causa ao pagamento indevido (se não identificada base legal) - Helena dos Santos Soares	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 1B/19: ok
91	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	38	Revisão, pelo setor competente, da base de cálculo para valor do VPNI	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
92	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	39	Capítulo - VPNI - Evento 561 Abertura de PAD para responsabilização indevido da VPNI recebida pela servidora Ivanir Zeferino dos Santos (valores pagos a mais nas 2 VPNI's)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
93	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	40	Capítulo - VPNI - Evento 561 Abertura de PAD para responsabilização do Trínio recebido pela servidora Nereozilda Pinheiro Ferreira em 2011, ocupante de cargo político (Subsídio sem direito ao benefício)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
103	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	50	Implantação de Comissão para rever os procedimentos de concessão de vale transporte	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
106	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	53	Implementação de controles específicos para Cobrança (RESTITUIÇÃO) do valor pago de benefício Auxílio Educação, para servidores que não permanecerem 3 anos no serviço público, após conclusão do curso.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
107	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	54	A Progressão Funcional por tempo de serviço de todos os servidores deve ser acompanhada por Comissão de Avaliação	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
108	15/12/2015	Auditoria Ordinária	002/2015 - Pagamento de Vantagens Concedidos à Servidores Públicos Municipais	Sec. Administração (RH)	Concessão de vantagens em folha de pagamento	55	Que todos os casos apontados na páginas 84 a 96 do Relatório Final RH sejam revistos pelo setor	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
123	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	2	RH tome medidas para que o registro ponto eletrônico seja implantado em definitivo em os setores, fundos, fundações e autarquias	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
125	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	4	Identificação dos locais com maior incidência de problemas no pontos eletrônicos e abertura de processo administrativo para apurar os fatos	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: não enviou novas informações
130	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	9	Abertura de PAD: Servidor(a) CHRISTIAN E SORAIA DE LIMA: 2 cargos, total 66h	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período SGC - Alterando para não atendida em virtude do Ofício
133	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	12	Abertura de PAD: Servidor(a) CARIN DAIANA SALOMÃO: 3 cargos	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período SGC - Alterando para não atendida em virtude do Ofício

134	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	13	Abertura de PAD: Servidor(a) CINTIA CARDOSO: 4 cargos	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período SGC - Alterando para não atendida em virtude do Ofício
135	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	15	Abertura de PAD: Servidor(a) RODRIGO DALTON FRUTUOSO: 3 cargos	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período SGC - Alterando para não atendida em virtude do Ofício
139	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	19	Abertura de PAD: Servidor(a) EVANIR DA SILVA: 2 cargos INACUMULÁVEIS	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período SGC - Alterando para não atendida em virtude do Ofício
142	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	22	Abertura de PAD: Servidor(a) CLEUMA SILVA NUNES WESTPHAL: 2 cargos, total 60h	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período SGC - Alterando para não atendida em virtude do Ofício
146	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	26	Abertura de PAD: Servidor(a) HARRY KREITSFEL JUNIOR: 3 cargos	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período SGC - Alterando para não atendida em virtude do Ofício
148	15/09/2016	Auditoria Extraordinária	004/2016 - Relatório TCE 7470	Sec. Administração (RH)	Possível acumulação indevida de cargos públicos	28	Abertura de PAD: Servidor(a) KARLA ROSANA DA SILVA: 3 cargos	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Sem resposta nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período SGC - Alterando para não atendida em virtude do Ofício
446	08/01/2020	Auditoria Extraordinária	Parecer nº 064/2019	Sec. Administração (RH)	Des cumprimento do Decreto nº 535/2017 e do Decreto nº 229/2018.	1	Pagamento efetuado a servidor com registro ponto manual em descumprimento a legislação vigente.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
447	08/01/2020	Auditoria Extraordinária	Parecer nº 064/2019	Sec. Administração (RH)	Des cumprimento do Decreto nº 535/2017 e do Decreto nº 229/2018.	2	Pagamento de salário sobre folha ponto, sem a anuência do chefe imediato.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.

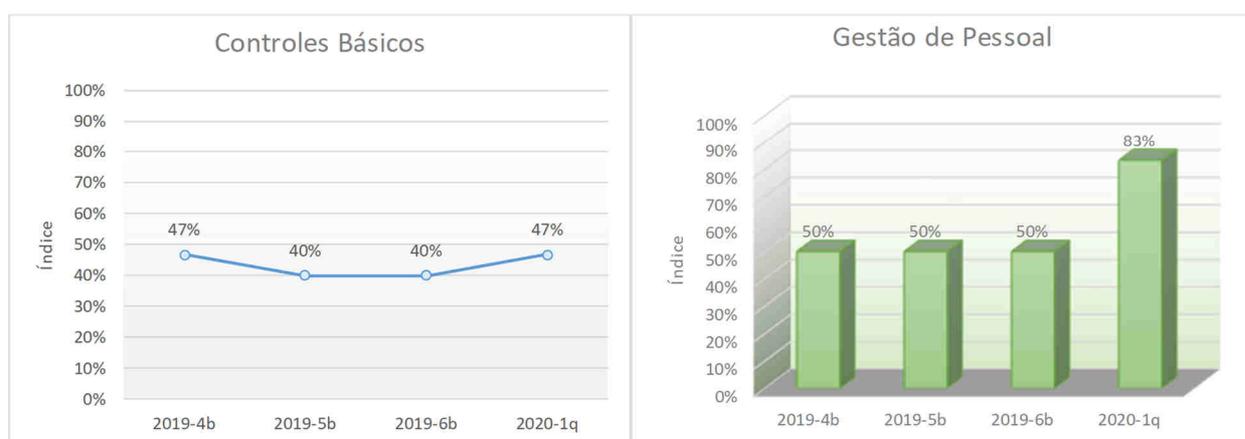
Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
503	04/12/2019	Tribunal de Contas	Processo n.: @REP 19/00531604 Acórdão n.: 628/2019	Sec. Administração (Compras)	Irregularidades no edital de Pregão Presencial n. 03/2019, para elaboração de estudo técnico de viabilidade de implantação de estacionamento rotativo	2	Determinar para que a Prefeitura Municipal de Navegantes se abstenha de prorrogar a execução do contrato firmado a partir do Pregão Presencial n. 3/2019 FMV – Contrato FMV n. 158/2019 –, bem como para que não repita as irregularidades ora debatidas quando do lançamento de futuros certames;	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
504	04/12/2019	Tribunal de Contas	Processo n.: @REP 19/00531604 Acórdão n.: 628/2019	Sec. Administração (Compras)	Irregularidades no edital de Pregão Presencial n. 03/2019, para elaboração de estudo técnico de viabilidade de implantação de estacionamento rotativo	3	Recomendar que a Prefeitura Municipal de Navegantes evite, em futuros certames, a reprodução da exigência de que a licitante possua, na data prevista para a entrega da proposta, profissionais técnicos com vínculo trabalhista em seu quadro permanente de funcionários, em observância ao disposto no art. 30, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
149	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	1	Justifique o não cumprimento do item II, do §2º do Art. 7º da Lei 8666 (planiha com composição de custos)	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
157	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	9	Que a Secretaria notifique a Empresa Lima Entulhos quanto à Declaração de Aptidão com local do aterro divergente para regularização	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
158	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	10	Que a Secretaria notifique abra processo administrativo contra a Empresa Lima Entulhos quanto à Declaração de Aptidão com local do aterro divergente caso de não regularização	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
165	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	17	Que a Comissão de Licitação se atente ao cumprimento legal, a Ata do Contrato e do Edital divergem quanto a possibilidade de prorrogação dos serviços do Fornecedor Osvaldo Dias da Silva	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
166	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	18	Abertura de Processo Administrativo contra Osvaldo Dias da Silva, para verificação de possível dano ao erário em R\$3.520 (itens cobrados antes da vigência do contrato)	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
167	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	19	Abertura de Processo Administrativo contra Osvaldo Dias da Silva, para verificação de possível dano ao erário em R\$15.220 (divergência entre horas pagas e licitadas)	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
168	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	20	Abertura de Auditoria Tributária (Setor de Fiscalização) sobre o contrato da Osvaldo Dias da Silva (que estava pando 2% ISS, sendo o correto 5%). Foram identificados por esta Auditoria Interna, R\$37.377 pagos a menor em ISS.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
169	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	21	Que a Comissão de Licitação se atente ao cumprimento legal, a Ata do Contrato e do Edital divergem quanto a possibilidade de prorrogação dos serviços do Fornecedor Osvaldo Dias da Silva II	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
173	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	25	Abertura de Processo Administrativo contra Osvaldo Dias da Silva, para verificação de possível dano ao erário em R\$164.268 (divergência entre itens pagos x comprovados)	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da

176	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	28	Designar servidor para atuar como Fiscal de Contrato, conforme determina Lei Federal 8666/93 e IN 001/2015 de Navegantes	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
177	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Administração (Geral)	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	29	Incluir nos Editais o valor dos impostos (em %) municipais que serão devidos na prestação dos serviços	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
204	15/02/2018	Auditoria Ordinária	003/2017 - Manutenção e controle de frota das Secretarias, Fundações,	Sec. Administração (Geral)	12.c - Controle de utilização da frota	3	Recomendamos ao controle de frota das secretarias que exerçam, de forma mais efetiva, o controle da utilização dos veículos oficiais pertencentes à frota, cumprindo e fazendo cumprir todas as normas estabelecidas no Art. 2º e seus incisos na Instrução Normativa nº 03/2016 e Lei nº 2472/2011, principalmente no tocante a identificação dos	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
205	15/02/2018	Auditoria Ordinária	003/2017 - Manutenção e controle de frota das Secretarias, Fundações,	Sec. Administração (Geral)	12.d - Regularização da identificação visual dos bens	4	Recomendamos ao responsável pelo controle de frota das secretarias que possuem veículos, máquinas e equipamentos para efetuar a regularização dos veículos da frota municipal, relativos aos Art. 1º, Art. 2º e Art. 3º de acordo com a Lei nº 2472/2011	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
206	15/02/2018	Auditoria Ordinária	003/2017 - Manutenção e controle de frota das Secretarias, Fundações,	Sec. Administração (Geral)	12.e - Transferência, empréstimo ou cedência do bem	5	Recomendamos às Secretarias de Agricultura, Secretaria de Obras, Saúde e SESAN, que quando da necessidade de empréstimo de veículo a outra unidade, a mesma deve ser formalizada através de documento de transferência, empréstimo ou cedência de bem público, descrevendo os motivos para que não ocorra nenhum desvio de finalidade da	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
207	15/02/2018	Auditoria Ordinária	003/2017 - Manutenção e controle de frota das Secretarias, Fundações,	Sec. Administração (Geral)	12.f - Limpeza e conservação	6	Recomendamos aos responsáveis pelos veículos, caminhões, máquinas e equipamentos para efetuarem a limpeza no mesmo, pois é de responsabilidade do motorista o zelo pelo bem que está sob sua responsabilidade	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
491	05/03/2020	Parecer de Verificação	Parecer Nº 002/2020	Sec. Administração (Geral)	Denúncia Depósito de Lixo Irregular - Secretaria de Gestão e Controle recebeu denuncia de depósito de lixo irregular, em terreno público.	2	SEC. ADM. E LOGÍSTICA: encaminhe à SGC cópia do imóvel e termo de doação expedido pelo setor de Patrimônio, autorização da câmara de vereadores para doação do terreno (Terreno público onde está o centro de Treinamento dos Bombeiros Voluntários).	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.

4.1.6 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Não	Não	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Não	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Não	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Sim
Gest. Pessoal	Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Não	Não	Sim
	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Sim
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador. Respondido sim, mas não condiz com o solicitado "A secretaria utiliza os controles internos gerais."

A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Respondeu positivamente, mas não enviou evidências

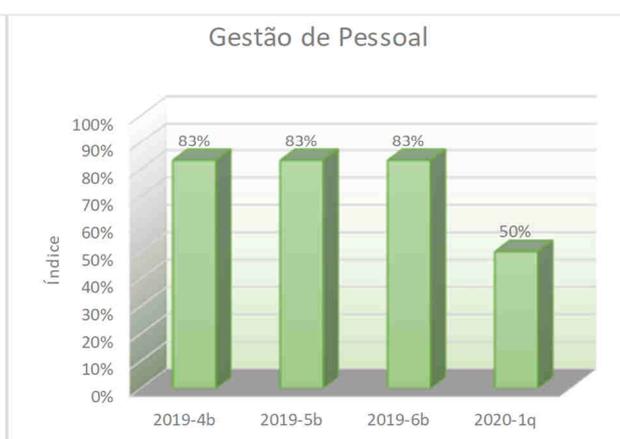
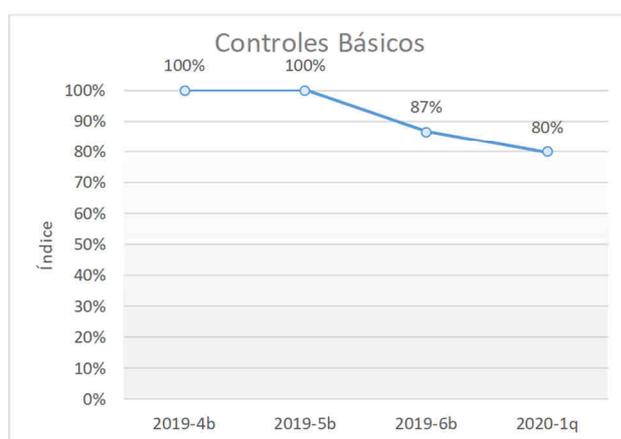
Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar xx horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada. Respondeu positivamente, mas não enviou calendário e nem a relação dos treinamentos realizados conforme sugestão da SGC.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, mas foi informado que não possuem nenhum, mas não ficou claro se não existem fiscais ou se, apenas não foi informado.

4.1.7 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Sim	Sim	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Sim
Gest. Pessoal	Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Sim	Sim	Sim	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades.

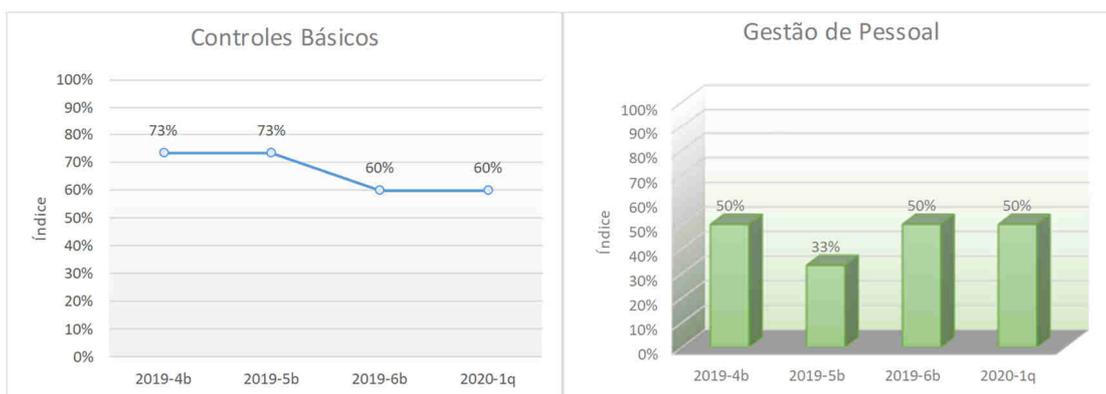
De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, no entanto poderia ser explicitado qual poderia ser a quantidade ideal e quem sabe enviar um organograma desejável para a área. Respondido que existem algumas atividades que ainda precisam de mais profissionais, como recepcionista para o CRAS 1, orientadores sociais para CRAS.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar 40 horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada. Informado que está em criação um plano de capacitação permanente em conjunto com as equipes das diversas unidades.

Durante o envio da informação dos fiscais de contrato foi relacionado apenas o nome dos colaboradores, mas não a qual contrato ele está vinculado, sendo esta uma exigência incluída na pesquisa, além também do envio de um dos relatórios de fiscalização emitidos no período, mas que também não foi disponibilizado. Respondeu positivamente com a relação dos contratos assinados em 2020, mas não enviou nenhum relatório de acompanhamento emitido no 1º quadrimestre.

4.1.8 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Não	Não	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Não	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Sim	Sim	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Sim
Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Não	Não	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Não	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador. Enviado como evidencia a planilha de férias, modelo para solicitação de material, uma C.I. sobre prazos para entrega dos produtos gráficos, no entanto o quesito faz menção a controle internos formais, sendo tal formalidade comprovada por publicações como manuais, instruções normativas internas, entre outros.

A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Foi enviado um arquivo em que consta os indicadores de produtividade da secretaria, mas não é o que foi solicitado no quesito.

De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, no entanto poderia ser explicitado qual poderia ser a quantidade ideal e quem sabe enviar um organograma desejável para a área.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar 40 horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

Informado que são feitas reuniões periódicas, mas não existe registros em atas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

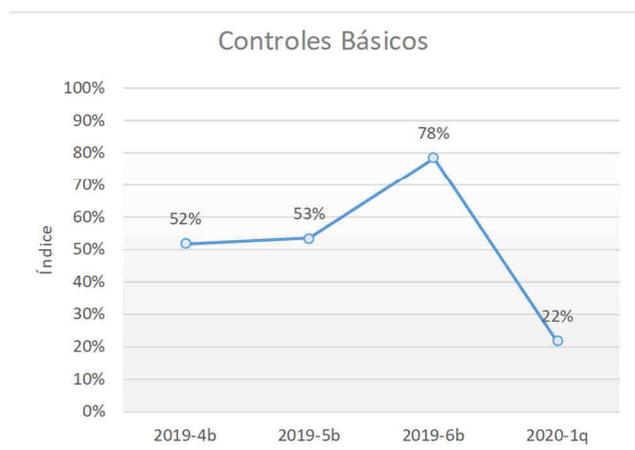
Durante o envio da informação dos fiscais de contrato foi relacionado apenas o nome dos colaboradores e a qual contrato ele está vinculado, mas não foi enviado nenhum relatório de fiscalização emitidos no período, sendo esta uma exigência incluída na pesquisa.

4.1.9 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

a	Alvará
b	Fiscalização
c	Imobiliário
d	Sine

Tema do Quesito	Subárea	Peso	2019-4b				2019-5b				2019-6b				2020-1q			
			a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	S	N
	Controles internos formais	2	N	S	S	N	N	N	S	N	N	S	S	N	N	N	S	N
	Documentos padronizados revisados	1	N	S	N	N	N	N	S	N	S	S	S	S	N	N	S	N
	Estudos recorrentes das IN	1	N	S	S	N	N	S	S	N	S	S	S	N	N	N	S	N
	Fiscais de contrato	2	N	N	S	N	N	N	S	N	S	S	S	N	N	N	S	N
	Indicadores de gestão	3	N	N	S	N	N	N	S	N	S	S	S	N	N	N	S	N
	Mecanismos de controle das informações	1	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	N
	Princípio da legalidade	3	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	S	N
	Reuniões periódicas formalizadas	1	N	S	S	N	N	S	S	N	N	S	S	N	N	N	S	N

Tema do Quesito	Subárea	Peso	2019-4b				2019-5b				2019-6b				2020-1q			
			a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	N	N	S	N
	Mão de obra suficiente	2	N	N	N	N	S	N	N	S	S	S	N	S	N	N	N	N
	Plano de capacitação	1	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Segregação de funções	2	N	S	S	N	N	S	S	N	S	S	S	S	N	N	S	N



EQUIPE DE ALVARÁ (Básicos: 0% / Pessoal: 0%)

A referida área **NÃO** participou da pesquisa, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO (Básicos: 0% / Pessoal: 0%)

A referida área **NÃO** participou da pesquisa, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

EQUIPE DE IMOBILIÁRIO (Básicos: 87% / Pessoal: 50%)

De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, no entanto poderia ser explicitado qual poderia ser a quantidade ideal e quem sabe enviar um organograma

desejável para a área. Informado que o ideal seria a contratação de mais um servidor para o atendimento ao público e outro para a parte administrativa interna.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar xx horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada. Foram indicados alguns cursos on-line para os servidores, porém não foram concluídos.

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, mas foi informado que não possuem nenhum, mas não ficou claro se não existem fiscais ou se, apenas não foi informado.

EQUIPE DO SINE (Básicos: 0% / Pessoal: 0%)

A referida área **NÃO** participou da pesquisa, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

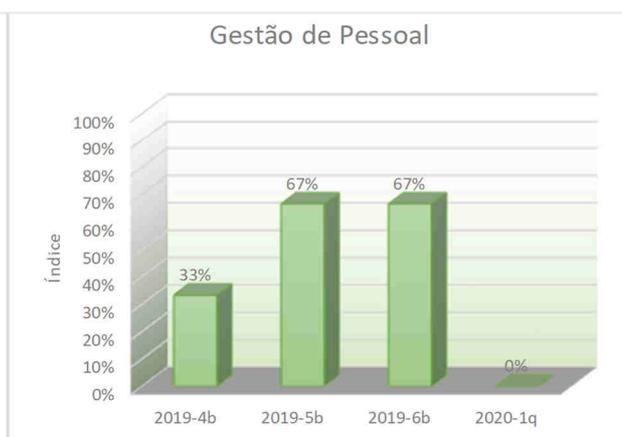
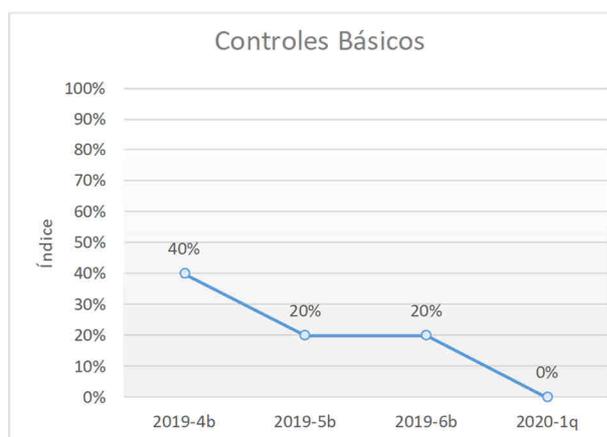
Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
14	30/10/2014	Auditoria Ordinária	001/2014 - Auditoria IPTU e ITBI	Sec. Desenv. Econômico	IPTU e ITBI	14	Realização de conferência na integração das informações do Sistema Betha com Sistema Geomais	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Foi determinado ao Departamento de Cadastro Imobiliário a finalização da integração entre os dois sistemas. 6B/19: Integração em andamento. A fiscalização está sendo feita pelo responsável pelo Cadastro Imobiliário. 5B/19: Integração em andamento. A fiscalização está sendo
517	13/08/2018	Tribunal de Contas	Processo n.: RLA 14/00592299 Acórdão n.: 0300/2018	Sec. Desenv. Econômico	Auditoria ordinária sobre a concessão de incentivos econômicos e benefícios fiscais previstos pela Lei n. 1.185, de 11/03/97 e Lei Complementar n. 124, de 02/12/2011	2	O Município promova o acompanhamento, formal e registrado em ata, dos propósitos manifestados na solicitação e contidos nos projetos das empresas que foram beneficiadas com incentivos econômicos e benefícios fiscais, obedecendo aos §§ 1º e 3º do art. 5º, e arts. 10, 11 e 12 da Lei (municipal) n. 1.185/1997, ou arts. 10, 11 e 12 da Lei Complementar	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Estamos realizando o levantamento dos benefícios fiscais vigentes para realizar esta análise oficial.
518	13/08/2018	Tribunal de Contas	Processo n.: RLA 14/00592299 Acórdão n.: 0300/2018	Sec. Desenv. Econômico	Auditoria ordinária sobre a concessão de incentivos econômicos e benefícios fiscais previstos pela Lei n. 1.185, de 11/03/97 e Lei Complementar n. 124, de 02/12/2011	3	Que seja imediatamente criada conta especial e individual na contabilidade do Município, na qual deverão ser contabilizados os valores concedidos a título de isenção fiscal e econômica.	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Em atendimento. Em relação ao único benefício aprovado em 2019/2020, estamos encaminhando para a criação da conta contábil junto ao Departamento de Contabilidade. As isenções serão concedidas apenas a partir de 2021.

4.1.10 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Controles internos formais	2	Não	Não	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Não	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Fiscais de contrato	2	Não	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Princípio da legalidade	3	Sim	Não	Não	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Não	Não	

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Não	Não	Não	Não
	Mão de obra suficiente	2	Sim	Sim	Sim	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Não	Sim	Sim	Não



A referida área **NÃO** participou da pesquisa relacionada ao Ambiente de Controle, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
23	22/03/2016	Auditoria Ordinária	003/2015 - Programa de Alimentação Escolar PNAE	Sec. Educação	Controles de Estoque da Merenda Escolar	9	Contratação de 10 nutricionistas, afim de atender recomendação do PNAE (14.424 alunos = 18 nutricionistas - atualmente tem 8 nutricionistas)	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: 05 nutricionistas 5B/19: Contamos com 05 nutricionistas, que atendem às necessidades da rede de ensino. 4B/19: Contamos com 05 nutricionistas, que atendem às necessidades da rede de ensino.
26	22/03/2016	Auditoria Ordinária	003/2015 - Programa de Alimentação Escolar PNAE	Sec. Educação	Controles de Estoque da Merenda Escolar	12	Substituir todas as prateleiras de madeira por prateleiras com superfícies que devem ser lisas, impermeáveis, laváveis e estar isentas de rugosidades, frestas e outras imperfeições que possam comprometer a higienização dos mesmos e serem fontes de contaminação dos alimentos	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Algumas unidades mantêm as prateleiras de madeira; 5B/19: Algumas unidades (poucas) ainda tem prateleiras de madeira. 4B/19: Algumas unidades (poucas) ainda tem prateleiras de madeira.
35	22/03/2016	Auditoria Ordinária	003/2015 - Programa de Alimentação Escolar PNAE	Sec. Educação	Controles de Estoque da Merenda Escolar	21	Sanitários exclusivos para os Manipuladores de Alimentos	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Ainda não foi possível em algumas unidades. 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Em algumas unidades ainda não foi possível. 3B/19: Em algumas unidades ainda não foi possível. 2B/19: Em algumas unidades ainda não foi possível.
44	22/03/2016	Auditoria Ordinária	003/2015 - Programa de Alimentação Escolar PNAE	Sec. Educação	Controles de Estoque da Merenda Escolar	30	Providenciar alvará da Vigilância Sanitária	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: em construção 5B/19: em construção 4B/19: em construção 3B/19: Processo em construção 2B/19: ainda não foram concluídas
45	22/03/2016	Auditoria Ordinária	003/2015 - Programa de Alimentação Escolar PNAE	Sec. Educação	Controles de Estoque da Merenda Escolar	31	Providenciar alvará do Corpo de Bombeiros	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: em construção 5B/19: em construção 4B/19: em construção 3B/19: Parcialmente Atendido 2B/19: ainda não foram concluídas
47	22/03/2016	Auditoria Ordinária	003/2015 - Programa de Alimentação Escolar PNAE	Sec. Educação	Controles de Estoque da Merenda Escolar	33	Adequação das instalações físicas (como piso, parede e teto devem possuir revestimento liso, impermeável e lavável.As portas da área de preparação e armazenamento de alimentos devem ser dotadas de fechamento automático e com tela. Entre outros)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: em construção 5B/19: Em construção 4B/19: Em construção 3B/19: Parcialmente atendido 2B/19: Processo ainda não concluído

49	22/03/2016	Auditoria Ordinária	003/2015 - Programa de Alimentação Escolar PNAE	Sec. Educação	Controles de Estoque da Merenda Escolar	34	A regularização da função de merendeira, podendo evitar possíveis processos devido ao desvio de função.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Planejamento para terceirização dos serviços 5B/19: A intenção não é regulamentar a função e sim terceirizar os serviços. 4B/19: A intenção não é regulamentar a função e sim terceirizar os serviços.
335	10/08/2018	Auditoria Extraordinária	004/2018 - 01/2018 - Contrato Nº 85/2017	Sec. Educação	Legalidade e legitimidade na aplicação dos recursos empenhados e a execução do contrato de prestação de serviços n.º 85/2017	1	Uma forma de controle sugerida, é a inclusão do(a)s diretores(a)s das escolas no processo, fazendo com que os serviços necessariamente sejam acompanhados por estes e dependam de seu "acelto" para prosseguir o fluxo de pagamento.	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem informações adicionadas
338	16/02/2018	Prestação de Conta	Ofício/SGC Nº 054/2018	Sec. Educação	Devolução de valor	2	Recomendação da devolução do valor de R\$ 420,00	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem informações adicionadas
346	09/10/2018	Prestação de Conta	Parcer Nº 028/2018	Sec. Educação	Devolução de valor	1	Recomendação da devolução do valor de R\$ 1.650,00	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem informações adicionadas
391	10/08/2018	Auditoria Extraordinária	004/2018 - 01/2018 - Contrato Nº 85/2017	Sec. Educação	Legalidade e legitimidade na aplicação dos recursos empenhados e a execução do contrato de prestação de serviços n.º 85/2017	3	Abertura de procedimento administrativo disciplinar para apurar os fatos apontados e os responsáveis e a instauração de Processo de Tomada de Contas Especial, com vistas a ressarcir os cofres públicos	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem informações adicionadas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES EXTRAÍDAS DA ÁREA SETORIAL ESPECÍFICA:

Não houve tempo hábil para aplicação do teste de aceitabilidade pelo conselho de alimentação escolar da merenda nas unidades escolares.

Confirmado que os locais, o estado de conservação, o armazenamento, a validade, a preparação e a distribuição dos alimentos estão em condições de higiene adequadas, no entanto foi solicitado o envio de um relatório da última vistoria realizada que não foi disponibilizado, mas foi informado que os produtos em estoque estão sendo distribuídos entre as famílias.

Confirmado que o recebimento de bens e serviços nas unidades escolares é atestado por servidor especialmente designado pelo responsável do órgão municipal da Educação (Secretário, Diretor ou Coordenador).

Confirmado que a prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no entanto foi solicitado a informação de quais indicadores, mas não foram informados.

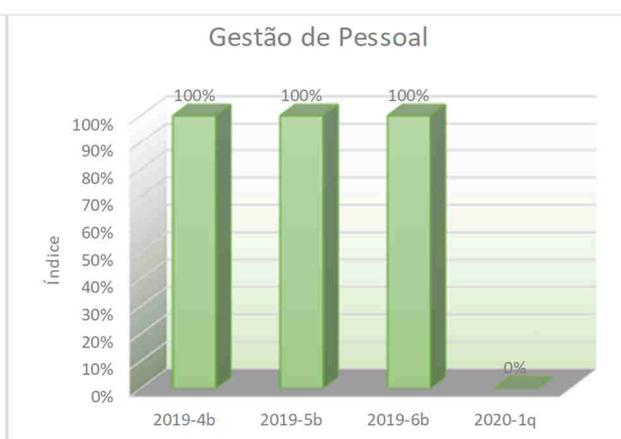
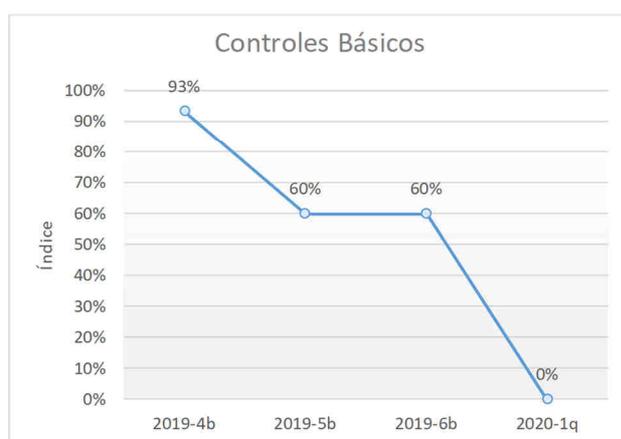
Informado que nenhuma escola da rede municipal possui biblioteca.

Informado que todas as unidades de ensino fundamental possuem sala de leitura.

Não existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais).

4.1.11 SECRETARIA DE GOVERNO

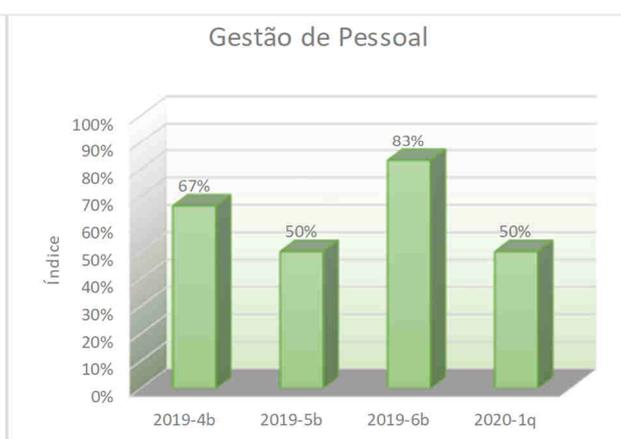
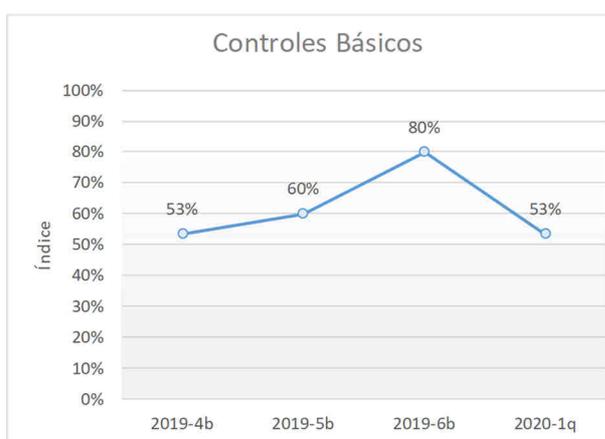
	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Controles internos formais	2	Sim	Não	Sim	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Fiscais de contrato	2	Sim	Sim	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Sim	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Não	Não	Sim	Não
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Sim	Sim	Não	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Mão de obra suficiente	2	Sim	Sim	Sim	Não
	Plano de capacitação	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Não



A referida área **NÃO** participou da pesquisa, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

4.1.12 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Não	Não	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Não	Sim	Sim	Sim
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Não	Sim	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Sim	Sim	Sim	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Sim
Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Sim	Sim	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Não	Sim	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Sim	Não	Sim	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, no entanto poderia ser explicitado qual poderia ser a quantidade ideal e quem sabe enviar um organograma desejável para a área.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria contínua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar 40 horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada. Enviou uma evidência de solicitação de realização de cursos, mas não um plano de capacitação para a secretaria.

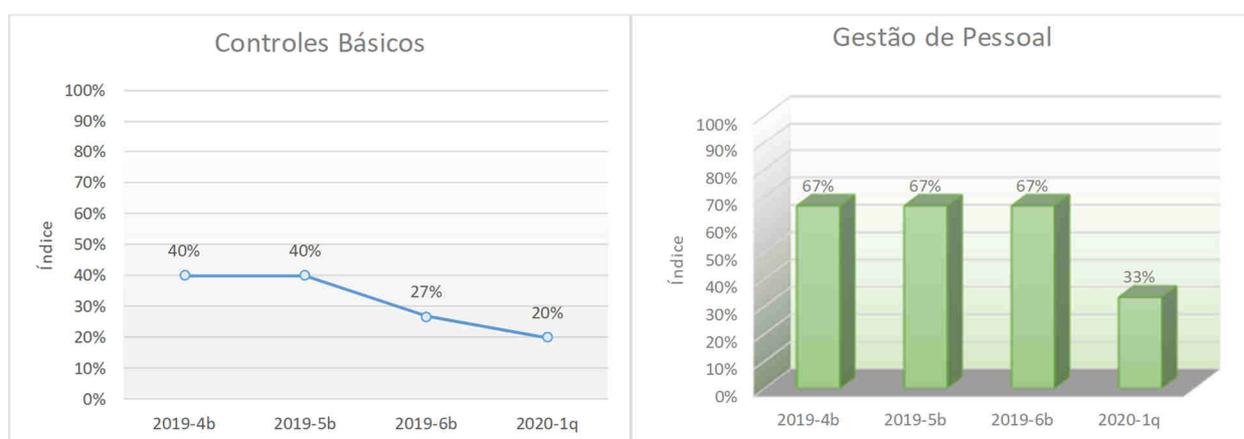
O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

Não foi apresentado nenhuma evidência de controle de acesso a bens, documentos, a informação e a registros, sejam eles informatizados ou não, ou seja, existe uma grande vulnerabilidade para a perda de bens de consumo, patrimoniais e, até mesmo, dados. Respondido como não se aplica com a seguinte observação "Os documentos físicos ficam arquivados no arquivo morto da prefeitura".

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, mas foi informado que não possuem nenhum. Respondido que não possuem nenhum fiscal de contrato, apenas de obras, mas localizei a portaria 2302/2020 que designa o Sr. WALDIR APARECIDO RAMOS -- (titular) e MARCIO BUTZKE -- (suplente) com a referida atribuição.

4.1.13 SECRETARIA DE SAÚDE

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Não	Não	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Não	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Sim	Sim	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Não	Não	Não	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Sim	Sim	Não	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador.

A previsibilidade de atuação das atividades do setor por meio de leis, decretos, etc. a fim de cumprir com o princípio da legalidade não foi evidenciada conforme solicitado, uma vez que não enviaram as informações de referência de quais documentos legais são utilizados. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência e informou como exemplo "checklist setor de compras" que não é um documento próprio da secretaria de saúde.

De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, no entanto poderia ser explicitado qual poderia ser a quantidade ideal e quem sabe enviar um organograma desejável para a área.

Não foi evidenciada a escala de férias dos colaboradores em atividade, evidenciando com isto que não existe planejamento de ausência de colaboradores a fim de não parar as atividades do setor.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar xx horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

Informado que não são feitas reuniões periódicas e consequentemente não existe registros em atas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma ata ou resultado de uma das reuniões.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, foi informado que possuem, mas não foi enviado a relação de pessoas e nem a qual contrato ele está vinculado, sendo uma melhoria sugerida para as próximas pesquisas.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES EXTRAÍDAS DA ÁREA SETORIAL ESPECÍFICA:

Não foi comprovado a realização da audiência pública quadrimestral da saúde, que tem por base legal o art. 36, §5 da LC 141/2012, que deve ocorrer até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro de cada ano.

Confirmado que o Município divulga nas UBS, em local acessível ao público, a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores.

Confirmado que não há o cumprimento integral da jornada de trabalho pelos médicos.

Confirmado que os médicos da UBS possuem sistema de controle de ponto, no entanto a maioria das UBS possuem ponto manual.

Atualmente o município dispõe de 14 equipes de saúde da família (ESF).

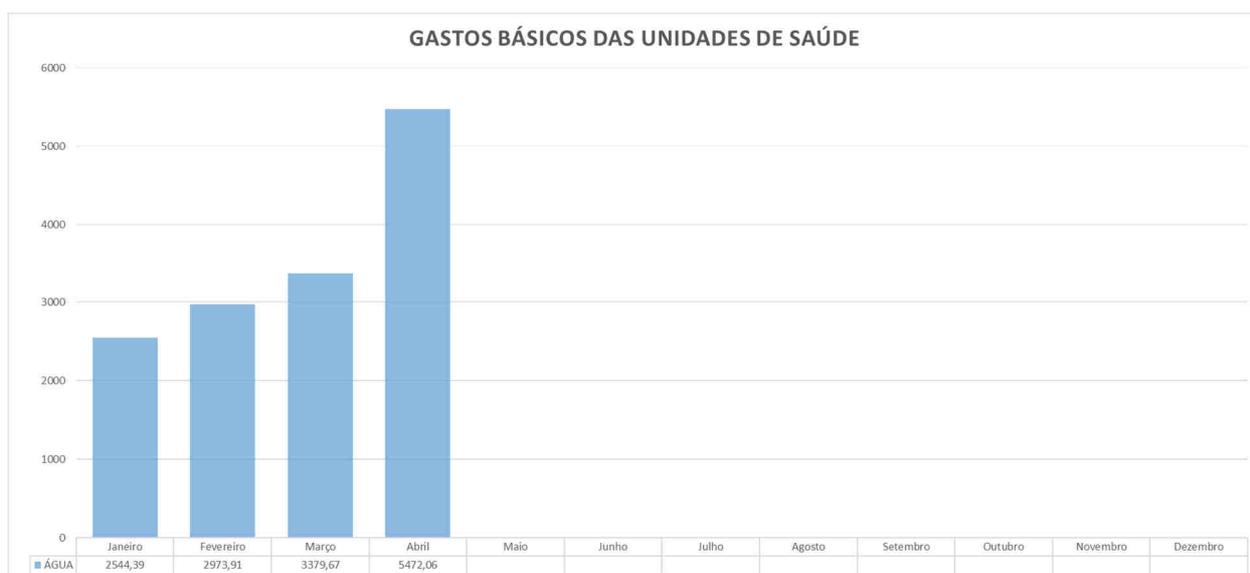
Atualmente o município dispõe de 60 agentes comunitários de saúde.

Atualmente o município dispõe de 24 unidades públicas municipais de saúde (estabelecimentos físicos).

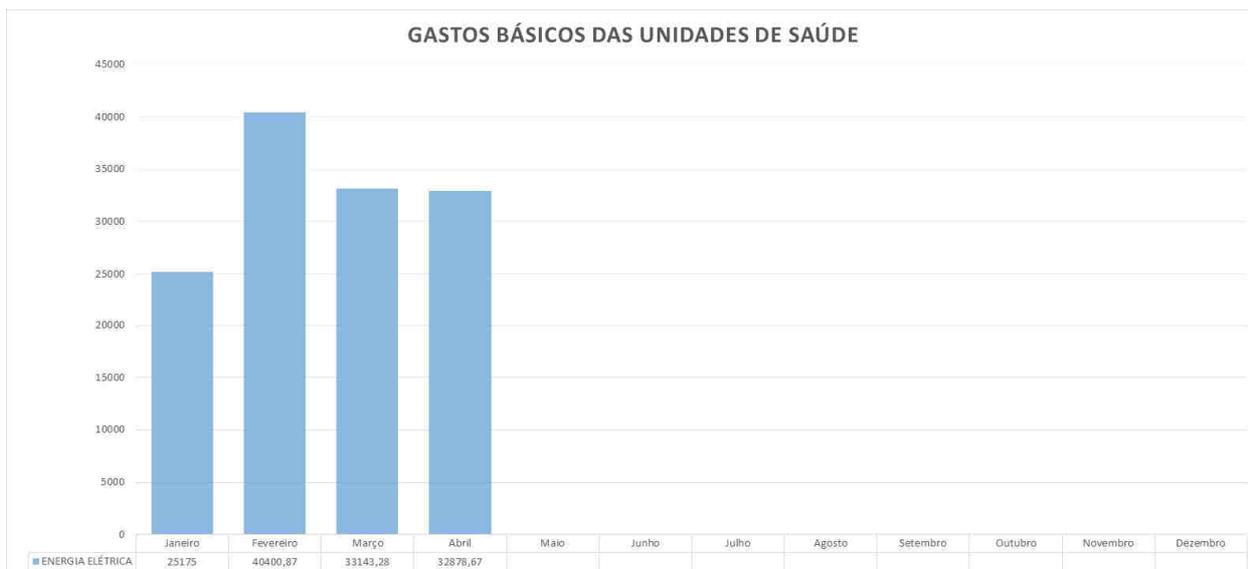
O Conselho Municipal de Saúde é estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação, conforme publicado na portaria 1835/2020.

Realizado o acompanhamento dos gastos básicos nas unidades de saúde, conforme quadros abaixo:

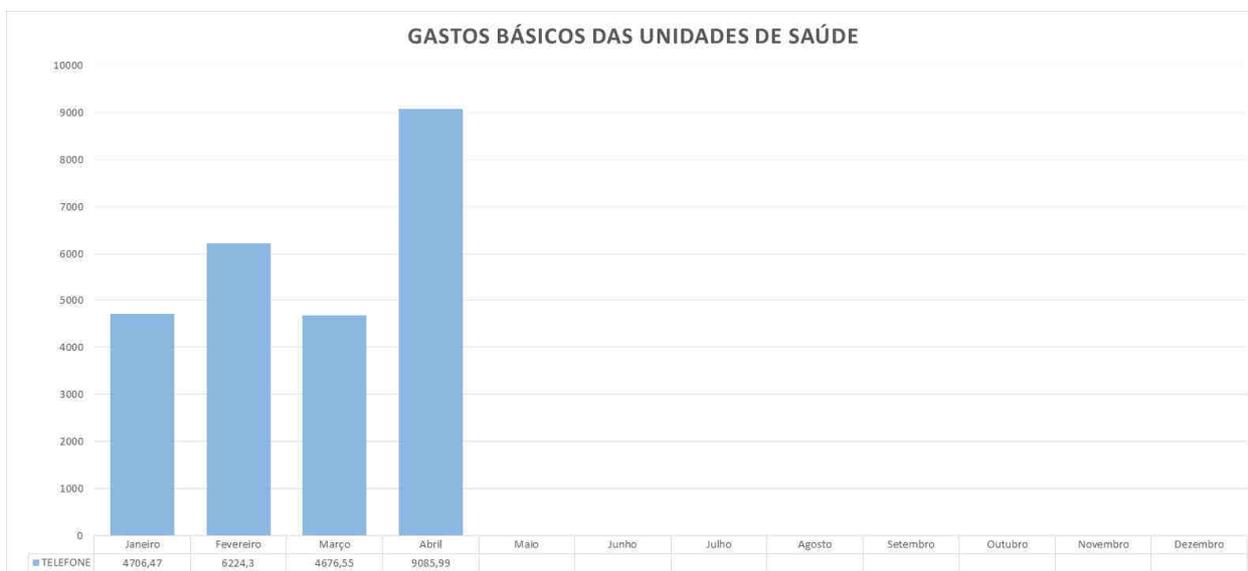
Gastos com Água:



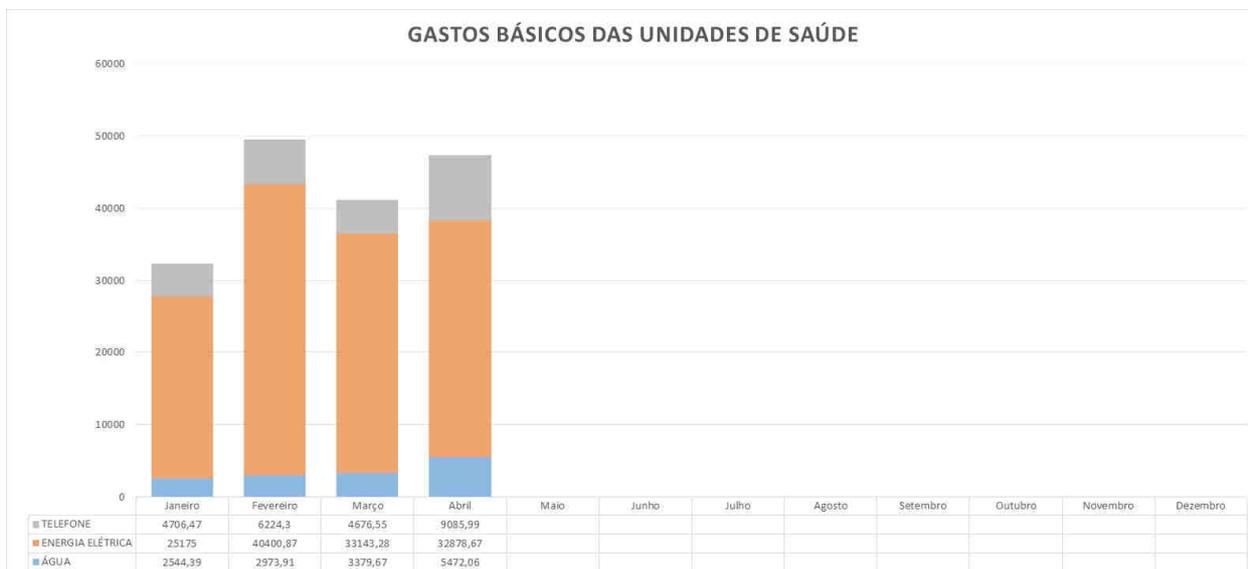
Gastos com Energia Elétrica:



Gastos com telefonia:



Gastos consolidados:



Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
196	09/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2017 - Medicamentos	Sec. Saúde	Controle de Estoque em Medicamentos	5	Inclusão de Responsável Técnico em cada farmácia	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Enfermeira coordenadores responsáveis pelas farmácias das UBS e Farmácia Municipal possui dois farmacêuticos 5B/19: Enfermeira coordenadores responsáveis pelas farmácias das UBS e Farmácia Municipal possui dois
200	09/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2017 - Controle de Estoque em Medicamentos.	Sec. Saúde	Estoque das Unidades Básicas de Saúde	9	Abertura de PAD, para apurar a forma que os materiais provenientes de outro município foram estocados no almoxarifado central, verificar a legalidade com a responsabilização a quem deu causa	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: gestor à época não requereu instauração 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
345	28/02/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 17/00265587	Sec. Saúde	Audiências públicas quadrimestrais de prestação de contas	1	Recomenda ao Poder Executivo Municipal de Navegantes que observe o art. 36, § 5º, da Lei Complementar n. 141/2012, acerca da realização de audiências públicas quadrimestrais de prestação de contas das despesas com saúde.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não atendida 5B/19: Não atendida 4B/19: Não atendida 3B/19: Não atendida 2B/19: Não atendida
347	18/10/2018	Tribunal de Contas	Ofício/TCE/DMU Nº 16.911/2018	Sec. Saúde	Habilitação no Conselho Regional de Medicina	1	Adoção de providências de forma a prevenir eventual impacto financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional decorrente da ausência de habilitação das unidades de saúde do município junto ao CRM-SC	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Continua com a diretora de atenção básica 5B/19: Continua com a diretora de atenção básica 4B/19: Continua com a diretora de atenção básica 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Continua com a diretora de atenção básica
348	18/10/2018	Tribunal de Contas	Ofício/TCE/DMU Nº 16.911/2018	Sec. Saúde	Habilitação no Conselho Regional de Medicina	2	Informar as providências adotadas e os resultados obtidos no relatório de controle interno que acompanha a prestação de contas de gestão do FMS (exercício 2018)	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Continua com a diretora de atenção básica 5B/19: Continua com a diretora de atenção básica 4B/19: Continua com a diretora de atenção básica 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Continua com a diretora de atenção básica
386	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Sec. Saúde	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	3	IV.2. RECOMENDAR à Prefeitura Municipal de Navegantes a adoção de providências no sentido de que efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos da saúde avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, conforme sugerido pelo Ministério Público de Contas.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
399	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.2. Que a Comissão de Acompanhamento do Contrato solicite comprovantes mensais ao ISEV	2	Recomenda-se que a Comissão de Acompanhamento Contratual solicite mensalmente ao ISEV os comprovantes de pagamento dos parcelamentos das dívidas tributárias junto à Receita Federal de todas as parcelas até a quitação e documentos suficientes para a comprovação de regularidade do empregador perante o FGTS, para se evitar que futuramente	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
400	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.3. Descontar do Contrato do ISEV os valores devidos ao Município	3	Recomenda-se que o valor devido pela ISEV seja descontado tal débito de eventuais créditos da Contratada. (Item 4.3.1)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
401	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.4. Regularização de Alvarás Vencidos	4	Urgência na regularização dos alvarás vencidos (Hospital: Alvará Sanitário e FUMAN, Farmácia do Hospital Alvará Sanitário-Farmácia e Alvará Sanitário -Dispensa Medicamentos). (Item 4.4.1)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
402	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.5. Que as comissões internas obrigatórias estejam ativas e de acordo com os estatutos	5	Foram identificadas que nenhuma comissão interna obrigatória atende adequadamente as normas vigentes, tais como, número mínimo de integrantes, reuniões mensais, atas publicadas, entre outros. (Item 4.5.2)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
403	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.6. Que a Secretaria de Saúde preste esclarecimentos sobre coleta de lixo hospitalar	6	Solicita-se à Secretaria de Saúde esclarecimentos de quais são os serviços de fato prestados pela empresa Catarinense e pela empresa Recicle. (Item 4.6.6)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
404	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.7. Que o ISEV faça aquisição de uniforme para os funcionários	7	Recomenda-se que o ISEV faça a adequação de suas rotinas e nos encaminhe a posteriori a comprovação do uso do uniforme. (Item 4.8.1) REINSTRUÇÃO: o ISEV informou que realizou a aquisição de uniformes para os profissionais da cozinha e de higienização, foram anexadas fotos das servidoras uniformizadas.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
405	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.8. Que o ISEV adote procedimentos para regular entrada e saída de pessoas ao ambiente hospitalar	8	Sugerimos ao ISEV que adote os seguintes procedimentos: A. As transferências sejam cadastradas no sistema pelo médico que a autorizou; B. Identificação do Visitante: solicitação RG/Identificação com foto; C. Registro do Visitante, com data e hora da entrada e saída, e	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
406	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.9. Que a Comissão de Acompanhamento Contratual elabore com mais transparência as suas Atas	9	Os assuntos discutidos e sanados pela Comissão rotineiramente são descritos nas atas, de forma bastante resumida ou generalizadas, por exemplo: "fez alguns apontamentos"; "foram discutidos e aprovados". (Item 4.10.1)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período

407	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.10. Que a Comissão de Acompanhamento do Contrato retorne às reuniões pelo menos uma vez ao mês, por se tratar de um contrato de grande valia. Caso não seja possível, que os atuais integrantes requisitem por escrito ao Gestor o imediato afastamento da Comissão para que se possa designar outros. (Item 4.11.1)	10	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
408	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.11. Que a Secretaria de Saúde preste informações sobre aprovação dos pagamentos ao ISEV, sem aprovação da Comissão de Acompanhamento	11	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
409	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.12. Que a Secretaria de Saúde verifique a aquisição de Monitor Fetal Cardiotocógrafa	12	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
410	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.13. Revisão do Contrato (retirada de serviços que não são prestados pela Fundação Hospitalar)	13	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
411	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.14. Que o ISEV providencie a instalação de uma Brinquedoteca do Hospital	14	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
412	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.15. Que a comissão fiscalize e notifique o ISEV a cumprir a quantidade de leitos do Hospital	15	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
413	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.16. Providências da Sec. Saúde sobre Desabastecimento recorrente de Água no Hospital	16	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
414	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.17. Providências ao ISEV que revise nos registros de solicitações de transporte para transferência de pacientes	17	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
415	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.18. Que a Sec. de Saúde normatize os procedimentos para transferência inter-hospitalar	18	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
417	15/03/2019	Auditoria Ordinária	001/2018 - Fundação Hospitalar Contrato n.º 202/2015	Sec. Saúde	6.20. Que a Sec. de Saúde verifique a informação do ISEV sobre demora no atendimento	20	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
421	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.4. Instituição do Ponto Biométrico como regra:	4	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Aguardando instalação e manutenção dos pontos biométricos em algumas unidades de saúde. Em alguns locais (DABA, setor de transporte e SAMU) foram solucionados 5B/19: Aguardando instalação e manutenção dos pontos biométricos em algumas unidades de saúde. Em alguns locais
422	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.5. Reformulação do Formulário de Autorização de Transporte de Pacientes da Secretaria de Saúde de Navegantes:	5	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
423	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.6. Utilização do Sistema Informatizado (CELK):	6	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
424	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.7. Gerenciamento do Sistema Informatizado (CELK):	7	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
425	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.8. Instalação de Sistema GPS nos veículos	8	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
426	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.9. Controle da Jornada de Trabalho (Sec. Saúde):	9	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
427	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.10. Controle da Jornada de Trabalho (Sec. Adm.):	10	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
428	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.11. Que se justifique o Deslocamento de mais de um veículo para mesmo local:	11	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
429	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.12. Que se justifique o Deslocamento em horário de almoço:	12	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
431	12/06/2019	Auditoria Extraordinária	001/2017 - Controle de Frotas	Sec. Saúde	1.14. Comprovação da efetivação do deslocamento por documento emitido pelo hospital/clínica:	14	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações nesta pesquisa
474	10/10/2019	Parcer de Verificação	Parcer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	1	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 1.1. RECOMENDA-SE que a Secretaria de Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 22/09/19; I. AUSÊNCIA DE SERVIDOR NENHUM PLANTONISTA DO SAMU COMPARCELU AO PLANTÃO;

475	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	2	1.1.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 22/09/19; II. PRESTAÇÃO FALSA EM DOCUMENTO MARCELO DE CARVALHO ARANTES REGISTROU NO PONTO	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
476	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	3	1.1.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 22/09/19; III. AUSÊNCIA DE ATESTADO COORD. SAMU INFORMOU QUE NO DIA 22/09/19 OCORREU	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
477	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	4	1.1.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 22/09/19; IV. TROCA DE PLANTÃO NESSE DIA, OUVI A TROCA DE PLANTÃO ENTRE MARCELO DE	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
478	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	5	1.1.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 22/09/19; V. SRA. EIJANE FRANCO TAMBÉM CONSTAVA NA ESCALA E NÃO COMPARECEU AO	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
479	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	6	1.1.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 22/09/19; VI. IRREGULARIDADES CONSIDERA SUSPEITA DE IRREGULARIDADES NA ESCALA DO	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
480	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	7	1.1.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 22/09/19; VII. SOLICITA AFASTAMENTO SOLICITA AFASTAMENTO DO COORDENADOR DO SAMU E	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
481	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	8	1.2.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 08/10/19; I. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NO DIA 08/10/19 O COORD. DO SAMU MOSTROU UMA ESCALA	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
482	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	9	1.2.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 08/10/19; II. REINCIDÊNCIA CORPO DE BOMBEIROS REITERA QUE É A SEGUNDA VEZ QUE	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
483	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	10	1.2.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 08/10/19; III. . . NÃO FOI PREENCHIDO O ITEM III.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
484	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	11	1.2.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 08/10/19; IV. IRREGULARIDADES CONSIDERA SUSPEITA DE IRREGULARIDADES NA ESCALA DO	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
485	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	12	1.2.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde solicite a Abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para verificar todos os fatos mencionados pelos bombeiros, no dia 08/10/19; V. SOLICITA AFASTAMENTO SOLICITA ABERTURA DE AUDITORIA.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
486	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	13	1.3.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde implemente URGENTEMENTE o controle do ponto biométrico;	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
487	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	14	1.4.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde tome providências sobre a escala de plantão dos servidores do SAMU, afim de tornar a escala de conhecimento público, transparente e eficaz;	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
488	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	15	1.5.RECOMENDA-SE que a Secretaria da Saúde envie previamente ao Corpo de Bombeiros Militar, cópia das escalas de plantão do SAMU, para que possam fazer acompanhamento efetivo da equipe de trabalho;	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
489	10/10/2019	Parecer de Verificação	Parecer Nº 047/2019	Sec. Saúde	Solicitação de Auditoria na escala de Plantões do SAMU	16	1.6.RECOMENDA-SE que a Secretaria de Saúde apresente à Secretaria de Gestão e Controle um PLANO DE AÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento deste, para a implementação e implantação na totalidade do registro do ponto biométrico em todos os setores de sua competência.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.

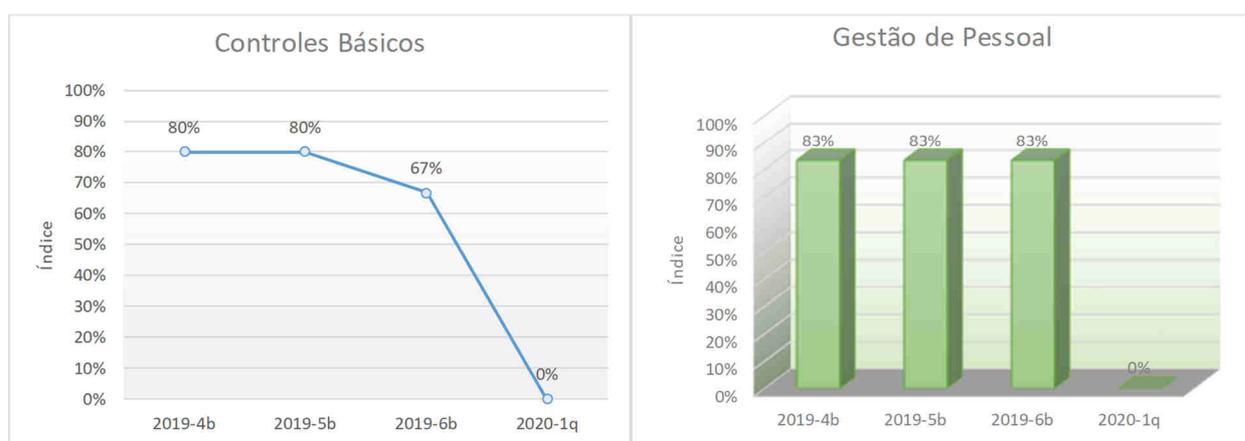
Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
333	07/08/2018	Prestação de Conta	Parecer Nº 021/2018	Sec. Saúde (Bombeiro)	6ª parcela da parceria 002/2017 - Documentos Fiscais	1	que deve Entidade juntar mensalmente todos os cupons fiscais relativos aos abastecimentos dos veículos, os quais devem conter todos os dados de identificação do número da placa, marca e modelo do veículo e a quilometragem registrada no hodometro, sob pena de ter rejeitada a prestação de contas.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Bombeiros não apresentaram cupom fiscal na prestação de contas nº11. 5B/19: Bombeiros estão apresentando cupons fiscais que não condizem com a nota fiscal 4B/19: Bombeiros continuam não apresentando alguns dados
334	07/08/2018	Prestação de Conta	Parecer Nº 021/2018	Sec. Saúde (Bombeiro)	6ª parcela da parceria 002/2017 - Devolução de Valor	2	RECOMENDA-SE a devolução no valor de R\$ 653,98 (seiscentos e cinquenta e três reais e noventa e oito centavos) relativos ao abastecimento nos dias 11, 13 e 27/06/2018 do veículo de placas MJF 4779	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve devolução por parte da Entidade 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionais neste período da
392	01/04/2019	Prestação de Conta	Parecer Nº 019/2019	Sec. Saúde (Bombeiro)	2ª parcela da parceria do TC 004/2018 - Devolução de Valor	1	RECOMENDA-SE a devolução no valor de R\$ 864,50 (oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) relativos ao uso indevido do recurso em desacordo com o plano de aplicação pelo consumo de energia elétrica.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve devolução por parte da Entidade 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período
393	01/04/2019	Prestação de Conta	Parecer Nº 019/2019	Sec. Saúde (Bombeiro)	2ª parcela da parceria do TC 004/2018 - Ajuste do procedimento de contratação	2	RECOMENDA-SE quanto a contratação de Bolsistas, a fim de prevenir demanda trabalhista, deve a Secretaria corresponder juntamente com a entidade, promover a regularização na contratação dos funcionários.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Houve apontamentos em todos os pareceres da Comissão Monitoramento e Avaliação e Secretaria de Gestão e Controle, mas a Entidade não regularizou e está pagando com nota fiscal avulsa. Inclusive contratando novos colaboradores.
395	17/05/2019	Prestação de Conta	Parecer Nº 027/2019	Sec. Saúde (Bombeiro)	3ª parcela da parceria do TC 004/2018 - Ajuste do procedimento de contratação	2	RECOMENDA-SE quanto a contratação de Bolsistas, a fim de prevenir demanda trabalhista, deve a Secretaria corresponder juntamente com a entidade, promover a regularização na contratação dos funcionários.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Houve apontamentos em todos os pareceres da Comissão Monitoramento e Avaliação e Secretaria de Gestão e Controle, mas a Entidade não regularizou e está pagando com nota fiscal avulsa. Inclusive contratando novos colaboradores.

397	10/06/2019	Prestação de Conta	Parecer Nº 028/2019	Sec. Saúde (Bombeiro)	4ª parcela da parceria do TC 004/2018 - Ajuste do procedimento de contratação	2	RECOMENDA-SE quanto a contratação de Bolsistas, a fim de prevenir demanda trabalhista, deve a Secretaria corresponder juntamente com a entidade, promover a regularização na contratação dos funcionários.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Houve apontamentos em todos os pareceres da Comissão Monitoramento e Avaliação e Secretaria de Gestão e Controle, mas a Entidade não regularizou e está pagando com nota fiscal avulsa. Inclusive contratando novos colaboradores.
432	05/08/2019	Prestação de Conta	Relatório 172/2019	Sec. Saúde (Bombeiro)	Contratação ilegal de motoristas e socorristas	1	Recomenda-se a regularização dos referidos profissionais de forma a não burlar a legislação trabalhista	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Houve apontamentos em todos os pareceres da Comissão Monitoramento e Avaliação e Secretaria de Gestão e Controle, mas a Entidade não regularizou e está pagando com nota fiscal avulsa. Inclusive contratando novos colaboradores.
501	22/04/2019	Tribunal de Contas	Nº de Processo: RLA 16/00076316 Decisão n.: 0232/2019	Sec. Saúde (Bombeiro)	Auditoria Operacional sobre avaliação o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) prestado pelo município	1	Determinar ao Município de Navegantes que encaminhe a este Tribunal o relatório de acompanhamento do compromisso assumido no plano de ação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta deliberação no Diário Oficial Eletrônico do TCE DOTC-e;	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.

4.1.14 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Controles internos formais	2	Sim	Sim	Sim	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Fiscais de contrato	2	Sim	Sim	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Sim	Sim	Não	

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Mão de obra suficiente	2	Sim	Sim	Sim	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Não



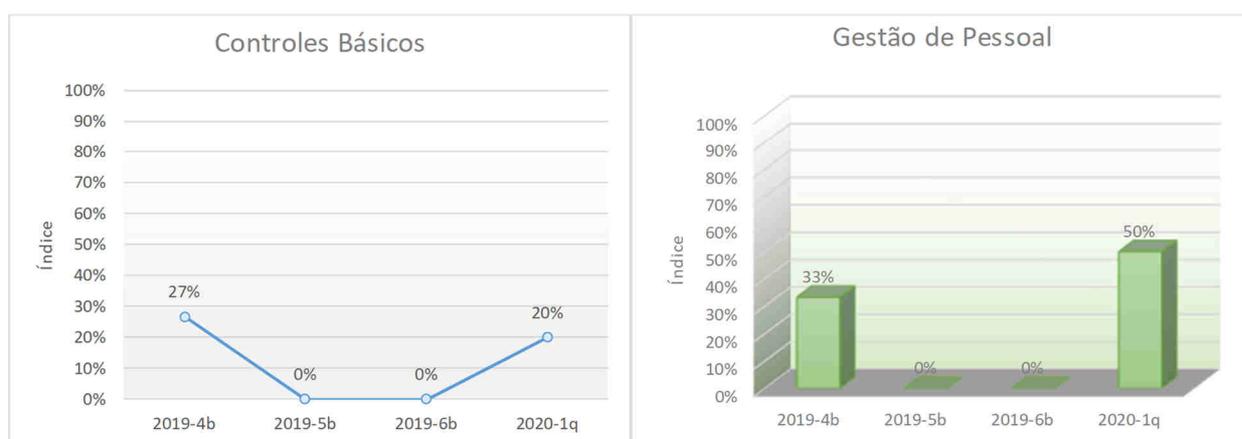
A referida área **NÃO** participou da pesquisa, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
50	10/03/2015	Auditoria Ordinária	001/2015 - Navetran - Área Azul	Fundação Municipal de Vigilância	Estacionamento Rotativo	1	Instaurar controle para coibir ISENÇÃO para veículos não constantes do Decreto 309/91 (ambulâncias, Celesc/Sesan, Polícias, Bombeiros, veículos oficiais em serviço e deficientes físicos)	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
51	10/03/2015	Auditoria Ordinária	001/2015 - Navetran - Área Azul	Fundação Municipal de Vigilância	Estacionamento Rotativo	2	Que a NAVETRAN tome medidas cabíveis e legais para pôr em prática a regulamentação, fiscalização, monitoramento e controle do estacionamento rotativo	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
52	10/03/2015	Auditoria Ordinária	001/2015 - Navetran - Área Azul	Fundação Municipal de Vigilância	Estacionamento Rotativo	3	Implementação de sistema de controle para cobrança e monitoramento da Área Azul	Recomendação Parcialmente Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
502	04/12/2019	Tribunal de Contas	Processo n.: @REP 19/00531604 Acórdão n.: 628/2019	Fundação Municipal de Vigilância	Irregularidades no edital de Pregão Presencial n. 03/2019, para elaboração de estudo técnico de viabilidade de implantação de estacionamento rotativo	1	3. Aplicar ao Sr. Johnny Eurico Coelho, Superintendente da Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito de Navegantes e subscritor do edital, prevista no art. 70, II, da Lei Complementar n. 202/2000 c/c o 109, II, do RJ, a multa no valor de R\$1.136,52 (mil, cento e trinta e seis reais e cinquenta e dois centavos), fixando-lhe o prazo de 30 (trinta)	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.

4.1.15 SECRETARIA DE TURISMO

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Não	Não	Sim
	Controles internos formais	2	Não	Não	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Não	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Não	Não	Sim
	Fiscais de contrato	2	Não	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Não	Não	Sim
	Princípio da legalidade	3	Não	Não	Não	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Não	Não	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Não	Não	Não	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Não	Não	Sim



O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

A previsibilidade de atuação das atividades do setor por meio de leis, decretos, etc. a fim de cumprir com o princípio da legalidade não foi evidenciada conforme solicitado, uma vez que não enviaram as informações de referência de quais documentos legais são utilizados. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, no entanto poderia ser explicitado qual poderia ser a quantidade ideal e quem sabe enviar um organograma desejável para a área.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar xx horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

Informado que não são feitas reuniões periódicas e conseqüentemente não existe registros em atas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor,

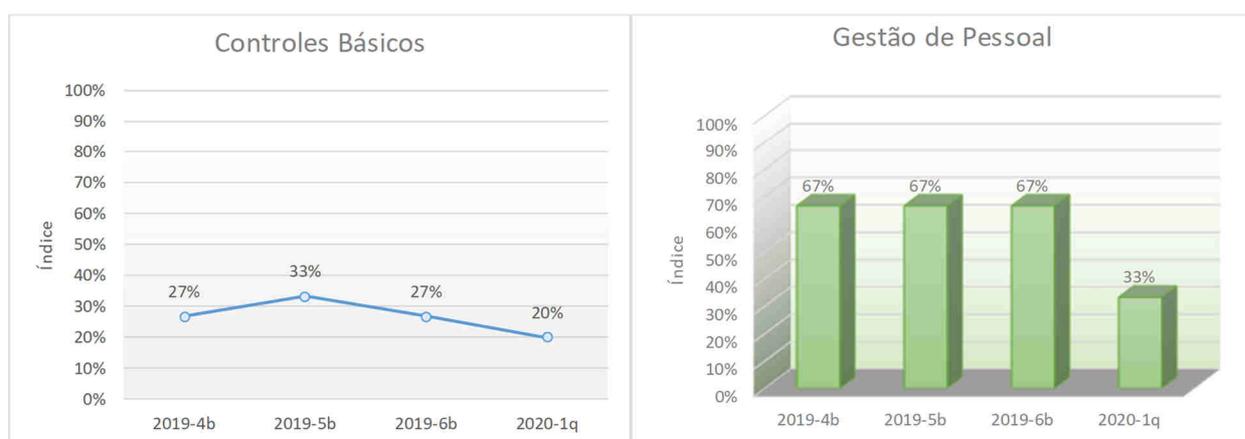
reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, mas foi informado que não possuem nenhum, mas não ficou claro se não existem fiscais ou se, apenas não foi informado. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhum relatório de acompanhamento emitido no período.

4.1.16 SECRETARIA DE FINANÇAS

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Não	Não	Não	Não
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Não	Sim	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Não	Sim	Não
	Princípio da legalidade	3	Não	Não	Não	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Não	Não	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim



O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador.

A previsibilidade de atuação das atividades do setor por meio de leis, decretos, etc. a fim de cumprir com o princípio da legalidade não foi evidenciada conforme solicitado, uma vez que não enviaram as informações de referência de quais documentos legais são utilizados.

De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, no entanto poderia ser explicitado qual poderia ser a quantidade ideal e quem sabe enviar um organograma desejável para a área.

Não foi evidenciada a escala de férias dos colaboradores em atividade, evidenciando com isto que não existe planejamento de ausência de colaboradores a fim de não parar as atividades do setor. Enviou um plano de capacitação sem nenhuma informação.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar xx horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada. Enviou o cronograma de férias como evidencia.

Informado que não são feitas reuniões periódicas e consequentemente não existe registros em atas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

Não foi apresentado nenhuma evidencia de controle de acesso a bens, documentos, a informação e a registros, sejam eles informatizados ou não, ou seja, existe uma grande vulnerabilidade para a perda de bens de consumo, patrimoniais e, até mesmo, dados. Enviado a relação de bens patrimoniais do setor, mas não é este o intuito do quesito.

Durante o envio da informação dos fiscais de contrato foi relacionado apenas o nome dos colaboradores e os contratos que eles estão vinculados, mas não foi enviado nenhum relatório de fiscalização, sendo esta uma nova exigência do quesito.

Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

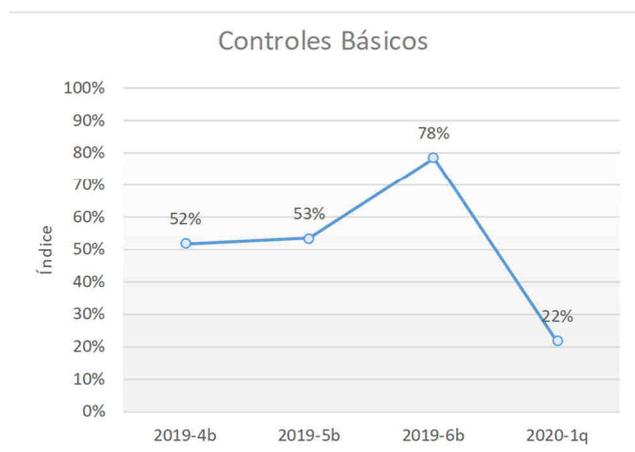
Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
384	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Sec. Finanças	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	1	IV.1.1.1. Realização de despesas, no montante de R\$ 984.039,99, de competência do exercício de 2017 não empenhadas na época própria, em desacordo com os artigos 35, II, 60 e 85 da Lei nº 4.320/64 (Quadro 02-A do Relatório Técnico).	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: aguardando finalização do processo junto ao TCE para saneamento da restituição 5B/19: aguardando finalização do processo junto ao TCE para saneamento 4B/19: aguardando finalização do processo junto ao TCE para saneamento

4.1.17 SECRETARIA DE OBRAS

a	Administração
b	Almoxarifado
c	Equipe de Rua
d	Mecânica

	Tema do Quesito	Subárea	Peso	2019-4b				2019-5b				2019-6b				2020-1q				
				a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d	
Controles Básicos	Comunicação interna adequada		1	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	
	Controles internos formais		2	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Documentos padronizados revisados		1	N	N	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N
	Estudos recorrentes das IN		1	S	N	N	S	S	N	N	N	S	S	N	S	N	N	N	N	N
	Fiscais de contrato		2	S	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Indicadores de gestão		3	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Mecanismos de controle das informações		1	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N	N	S	S	N	N	N	N
	Princípio da legalidade		3	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Reuniões periódicas formalizadas		1	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N

	Tema do Quesito	Subárea	Peso	2019-4b				2019-5b				2019-6b				2020-1q				
				a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d	
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias		1	S	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Mão de obra suficiente		2	S	N	N	S	N	N	N	N	S	N	S	S	N	N	N	N	N
	Plano de capacitação		1	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Segregação de funções		2	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N



EQUIPE ADMINISTRATIVA

O setor não adota mecanismos de controle interno formalmente instituídos (normas internas, uso de manuais de procedimentos, etc.), com isto chegamos à conclusão que as atividades são realizadas de maneira empírica, nos usos e costumes, o que não é aconselhável por esta secretaria de controle interno, uma vez que com a saída/troca de qualquer colaborador o conhecimento se perde juntamente que o ex-colaborador. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

A previsibilidade de atuação das atividades do setor por meio de leis, decretos, etc. a fim de cumprir com o princípio da legalidade não foi evidenciada conforme solicitado, uma vez que não enviaram as informações de referência de quais documentos legais são utilizados. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Não foi evidenciada a escala de férias dos colaboradores em atividade, evidenciando com isto que não existe planejamento de ausência de colaboradores a fim de não parar as atividades do setor. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar 40 horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

Informado que são feitas reuniões periódicas, mas não existe registros em atas e nem foi informado o resultado de uma delas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações. Respondeu positivamente, mas, não enviou nenhuma evidência.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

Não existe o estudo recorrente das instruções normativas vigentes, o que leva a conclusão de que há grande possibilidade de retrabalho pelo exercício de atividades que foram modificadas.

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, foi informado que possuem, mas não foi enviado a relação de pessoas e nem a qual contrato ele está vinculado, sendo uma melhoria sugerida para as próximas pesquisas. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

EQUIPE ALMOXARIFADO

A referida área **NÃO** participou da pesquisa, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

EQUIPE DE RUA

A referida área **NÃO** participou da pesquisa, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

EQUIPE DE MECÂNICA

A referida área **NÃO** participou da pesquisa, evidenciando o descumprimento ao Decreto nº 233/2018, IN 003/2018 e da Lei nº 1417/2001. Caso ocorra a reincidência da não prestação de informações, iremos recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização de quem deu causa. Esta prática inviabiliza/limita as atividades de controle interno

Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

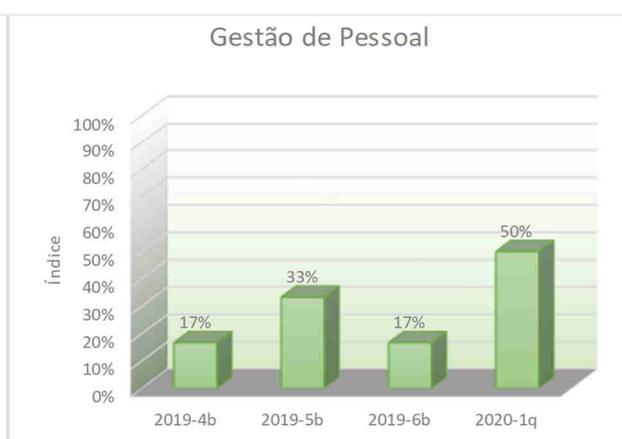
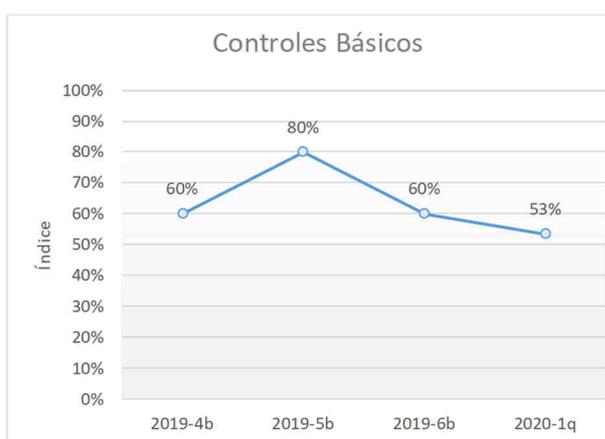
Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
159	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Obras	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	11	Abertura de PAD para verificação de possível negligência por partes dos servidores da Secretaria (pareceres concedidos / declarações) na execução do contrato com a Lima Entulhos	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período SGC - 28/06/19 - Item refere-se a execução do contrato e não
172	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Obras	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	24	Abertura de Processo Administrativo pelo serviço de transporte dos funcionários da Osvaldo Dias da Silva, com o veículo locado pela Administração municipal, solicitando ressarcimento do valor da prestação de serviço (aluguel veículo, combustível e motorista) e responsabilização de quem deu causa	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período SGC - 28/06/19 - Os valores foram ressarcidos conforme

175	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Obras	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	27	Abertura de PAD contra a Sec. de Obras, afim de apurar responsabilidade pela falta de informações prestadas à equipe de auditoria (Lei 1417/2001 - Art 14)	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
332	10/12/2018	Parecer de Verificação	Ofício/SGC Nº 141/2018	Sec. Obras	Máquinas (abastecimento)	1	Abertura de PAD para apuração referente aos apontamentos elucidados no relatório	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: Não houve resposta deste item neste período 3B/19: Não houve resposta deste item neste período 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
449	08/01/2020	Auditoria Extraordinária	Parecer nº 064/2019	Sec. Obras	Possível desvio de função	4	Negligência do chefe imediato, por permitir que o servidor permanecesse sem desempenhar suas atividades para a que foi contratado. Sendo que não foi possível identificar no local qualquer estrutura pública.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
450	08/01/2020	Auditoria Extraordinária	Parecer nº 064/2019	Sec. Obras	Pagamento de salário a servidor em função distinta a contratada	5	Pagamento a servidor com função de diretor que supostamente desempenha função de vigia ou porteiro. Cálculo efetuado desde sua contratação 09/05/2017 até 31/12/2019.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
492	05/03/2020	Parecer de Verificação	Parecer Nº 002/2020	Sec. Obras	Denúncia Depósito de Lixo Irregular - Secretaria de Gestão e Controle recebeu denuncia de depósito de lixo irregular, em terreno público.	3	SEC. DE OBRAS: justificativa para depositar lixo/entulho da coleta de ruas em terreno pertencente ao município (Depósito de lixo em terreno público onde está o centro de Treinamento dos Bombeiros Voluntários).	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
493	01/06/2019	Auditoria Ordinária	003/2019 - Contratos horas máquinas	Sec. Obras	Contratos horas máquinas	1	Notificação nº 052/2019 de 10/07/2019. - Recálculo de todas as notas fiscais emitidas pela empresa Osvaldo Dias da Silva - Eireli, vencedora das licitações de mão de obra, estava emitindo as notas fiscais com o índice de 2% de ISS e de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita o correto é de 5%.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
494	01/06/2019	Auditoria Ordinária	003/2019 - Contratos horas máquinas	Sec. Obras	Contratos horas máquinas	2	(05/11/2019): Notificação Nº 038/19 Sec. Administr. Nº 037/19 Sec. Adj. Obras SUSPENSÃO das atividades do Contrato nº 060/2019, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de horas máquinas	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
495	01/06/2019	Auditoria Ordinária	003/2019 - Contratos horas máquinas	Sec. Obras	Contratos horas máquinas	3	OFÍCIO/SGC Nº 106/2019 (07/10/2019) Não sejam mais aprovados orçamentos de manutenção de veículos e máquinas que ultrapassem os 50% do valor venal;	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
496	01/06/2019	Auditoria Ordinária	003/2019 - Contratos horas máquinas	Sec. Obras	Contratos horas máquinas	4	OFÍCIO/SGC Nº 106/2019 (07/10/2019) Por exceção, até que Comissão de Avaliação de Bens Móveis Geral esteja operante, que a Secretaria de Obras apresente junto com o Orçamento: Valor venal do Veículo / Máquina (Utilizando Tabela FIPE par veículos, Tabela de Empresa especializada ou pelo menos 03 (três) ofertas de vendas de	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
497	01/06/2019	Auditoria Ordinária	003/2019 - Contratos horas máquinas	Sec. Obras	Contratos horas máquinas	5	OFÍCIO/SGC Nº 106/2019 (07/10/2019) Por exceção, até que Comissão de Avaliação de Bens Móveis Geral esteja operante, que a Secretaria de Obras apresente junto com o Orçamento: Avaliação do Estado Físico do Veículo / Máquina (Assinado pelo Mecânico Responsável e pelo Secretário de Obras);	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
498	01/06/2019	Auditoria Ordinária	003/2019 - Contratos horas máquinas	Sec. Obras	Contratos horas máquinas	6	OFÍCIO/SGC Nº 106/2019 (07/10/2019) O Chefe do Executivo efetue com máxima urgência, a nomeação da Comissão de Avaliação de Bens Móveis Geral;	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
499	01/06/2019	Auditoria Ordinária	003/2019 - Contratos horas máquinas	Sec. Obras	Contratos horas máquinas	7	OFÍCIO/SGC Nº 106/2019 (07/10/2019) Que se providencie levantamento de todas os veículos e máquinas da Secretaria de Obras, estado de conservação e últimas manutenções, afim de se verificar a necessidade de compra de novos equipamentos.	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.

4.1.18 SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO - SESAN

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Não	Sim	Sim	Sim
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Sim	Sim	Não	Sim
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Não
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Não
Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Sim	Não	Sim	

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Sim	Não	Não
	Segregação de funções	2	Não	Não	Não	Sim



A previsibilidade de atuação das atividades do setor por meio de leis, decretos, etc. a fim de cumprir com o princípio da legalidade não foi evidenciada conforme solicitado, uma vez que não enviaram as informações de referência de quais documentos legais são utilizados. Respondeu positivamente, mas não enviou nenhuma evidência.

De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, informado que precisam de uma telefonista e mais um engenheiro.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria contínua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar xx horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada. Enviou uma planilha de controle de treinamentos realizados, mas não está devidamente preenchida com as informações de quais colaboradores já fizeram os cursos relacionados.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
164	26/06/2017	Auditoria Ordinária	002/2016 - Legalidade e conformidade nos contratos de serviços e obras.	Sec. Saneamento Básico	Analisar procedimentos de controle em contratos de obras e serviços	16	Abertura de PAD para verificação de possível negligência por partes dos servidores da Secretaria sobre pagamentos e aditivo do contrato da SIM Com. E Serviços	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da
208	15/02/2018	Auditoria Ordinária	003/2017 - Manutenção e controle de frota das Secretarias, Fundações, Fundos e	Sec. Saneamento Básico	12.c - Controle de utilização da frota	3	Recomendamos ao controle de frota das secretarias que exerçam, de forma mais efetiva, o controle da utilização dos veículos oficiais pertencentes à frota, cumprindo e fazendo cumprir todas as normas estabelecidas no Art. 2º e seus incisos na Instrução Normativa nº 03/2016 e Lei nº 2472/2011, principalmente no tocante a identificação dos	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Sem novas informações adicionadas neste período da

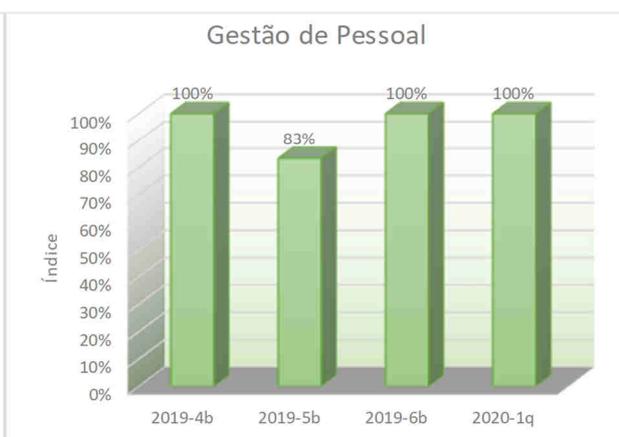
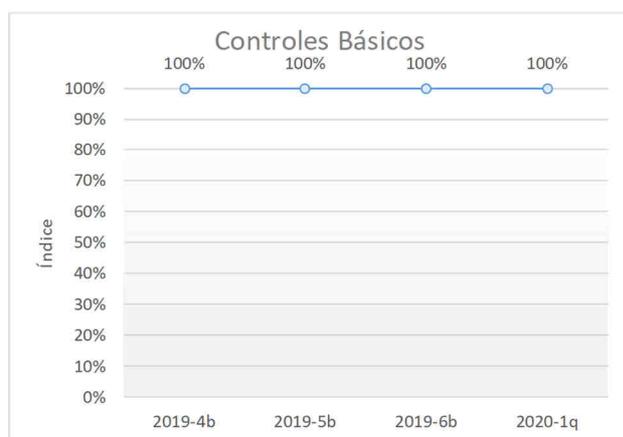
349	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Sistema De Controle De Estoque Informatizado	1	Recomendamos, implantar o sistema de controle de estoque informatizado de acordo com a IN SGC Nº 001/2018 no sentido de gerenciamento de entrada e saída de materiais; (Item 4.1.2)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
350	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Instaurar Pad: Cobrança Indevida De R\$1.416,25	2	Recomendamos, efetuar o recálculo de acordo com a metragem executada na Rua Manoel Santos Gaya - Centro, pelo serviço executado pela EMPRESA AZ CONSTRUÇÕES e não pelo total da metragem da rua, solicitar da empresa o ressarcimento do pagamento a maior e abrir procedimento disciplinar para apuração dos responsáveis. (Item 4.2.4.)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
351	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Instaurar Pad: Vistor Sem Comprovação R\$8.446,00	3	Recomendamos, abertura de PAD, visto que na solicitação do Relatório Parcial de Auditoria, além do local exato do serviço (RADIAL LESTE), solicitamos cópia da Nota Fiscal, relatórios e empenhos, da empresa EMPRESA AZ CONSTRUÇÕES que executou a colocação dos tubos (abertura da rua), pois o serviço que auditamos foi a RECOLOCAÇÃO DE LAJOTAS, não	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
352	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Instaurar Pad: Perda De Banco De Dados	4	Recomendamos instaurar procedimento disciplinar para a empresa ACQUASERVICE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO apuração dos responsáveis e, comprovado o dano, a instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial. Referente a perda do banco de dados / ausência de backup up. (Item 4.3.2 letra "d")	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
353	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Instaurar Pad: Verificação Dos Procedimentos Solicitados Pela Sesan Para Pgm	5	Recomendamos, abertura de processo disciplinar para verificação item 02 da CI nº 073/2018 (SESAN), onde a mesma informa que foram encaminhados à Procuradoria Geral do Município para providências cabíveis, no que se refere a empresa ACQUASERVICE, porém, não ficou demonstrado que a procuradoria adotou as providências solicitadas pela SESAN.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
354	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Instaurar Pad: Gastos Sem Licitação (R\$340Mil) E Sem Autorização (R\$1.8 Mi)	6	Recomendamos, instaurar procedimento disciplinar para apuração dos gastos sem licitação e da ausência da autorização dos serviços prestados, pela empresa SIM COMÉRCIO E SERV. Assim como os responsáveis, e, se comprovado o dano, a restituição ao erário com a instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
355	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Revisão Dos Itens Do Antigo Edital	7	A equipe de Auditoria identificou que, nos dois contratos analisados (2017 e jan-jun/2018), 07 (sete) dos 39 (trinta e nove) itens não foram utilizados/autorizados pela SESAN, nem cobrados pela SIM. Recomenda-se a revisão dos itens e retirada do próximo edital, caso verifique-se a não necessidade dos itens. Total de R\$41.621,50 licitados e não	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
356	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Melhorar Condições Dos Locais De Instalação Das Moto-Bombas	8	Recomendamos, manter os locais limpos para evitar proliferação de ratos, mosquitos e animais peçonhentos. Melhorar a segurança no local, construindo muros no entorno de todos os terrenos que ainda não possuem, instalação ou reforma dos portões e instalação de outros com proteção, como concertina e/ou sistema de câmeras de segurança, para	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
357	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Identificar Responsabilidade Da Não Cobrança Da Taxa D'Água	9	Recomendamos, apurar a responsabilidade sobre a ausência de controle e fazer o levantamento financeiro de quantas residências são abastecidas sem a devida cobrança do fornecimento de água (interior). Bem como pela ausência de tratamento adequado da mesma. (Item 5.5.2)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
358	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Identificar Responsabilidade De Furto Registro/Medidor	10	Recomendamos, adotar medidas administrativas para o ressarcimento ao Erário e apuração dos responsáveis pelo dano causado ao patrimônio público, referente ao furto do registro/medidor de água. (Item 5.6.3)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
359	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Instaurar Pad (Identificar Responsáveis Pela Não Prestação De Serviços)	11	Recomendamos, adotar medidas administrativas para o ressarcimento ao Erário e apuração dos responsáveis pelo pagamento de serviços manutenção dos hidrantes, que não foram executados. (Item 6.2.1)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
360	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Instaurar Pad: Serviços Sem Comprovação	12	Recomendamos, adotar medidas administrativas para o ressarcimento ao erário e apuração dos responsáveis pelo pagamento de serviços - SIM COMÉRCIO E SERV- de instalação de hidrante novo, sendo que não foi comprovada a execução do serviço. (Item 6.3.1)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
361	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Atualizar Cadastro De Unidade Consumidora (Celesc) Em Nome De Terceiro	13	Recomendamos, providenciar a alteração da titularidade da unidade consumidora (CELESC) para o Município de Navegantes (imóvel alugado), inclusão da identificação da unidade consumidora (Almoxarifado SESAN) e alteração para Classificação "Poder Publ". (Item 7.4.2)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
362	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Solicitar Instalação De Unidade Consumidora Celesc No Bairro Escalvados:	14	Recomendamos uma nova unidade consumidora (CELESC), exclusiva para a Bomba d'água, separando da unidade que abastece o Posto de Saúde no Bairro Escalvados e do poste de luz, agregando os valores a cada centro de custo (SESAN / Saúde). (Item 7.5.1)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
363	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Solicitar Alteração De Cadastro Junto À Celesc	15	Recomendamos que a SESAN solicite à unidade de Itajai da CELESC, Setor de Clientes de Alta Tensão, a sua classificação como Serviços Públicos de Água, Esgoto, Saneamento. (Item Erro! Fonte de referência não encontrada.)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
364	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Revisão Dos Contratos Da Celesc	16	Recomendamos a contratação de um profissional ou empresa especializada em energia para rever os contratos da SESAN com a CELESC. (Item 7.7.1)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
365	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Revisão Da Lei Sobre Isenção De Cosip	17	Sugerimos que a SESAN verifique com a Procuradoria Geral do Município a revisão da Lei Complementar Nº 06/2002, incluindo isenção para imóveis em posse da Prefeitura (ou pela titularidade de conta de energia elétrica) ou a inclusão do tarifário para imóveis com classificação "Poder Público". Lembrando que a Lei tem reflexos em imóveis alugados pela	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
366	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Caixa D'Água Desativada No Bairro Gravata	18	Recomendamos, que a SESAN promova a limpeza e segurança do imóvel no Gravata, onde está instalada uma caixa d'água antiga e/ou cotique a disposição da Administração para dar nova utilização ao bem. (Item 8.1)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
367	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Controle De Estoque	19	Recomendamos, que a SESAN utilize o sistema informatizado e que adeque ao que dispõe na IN-SGC 001/2018, sobre controle de estoque. (Item 9.1.1)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
368	01/03/2019	Auditoria Ordinária	002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Controle De Estoque De Hidrometros	20	Recomendamos a inclusão dos hidrômetros no sistema de controle de estoque, visto que o controle em (excel) apresentado pelo almoxarifado da SESAN, não identifica a quantidade, tampouco qualquer informação de como será efetuada a destinação dos hidrômetros que estão obsoletos devido problemas mecânicos apresentados. (Item 9.1.29.1.2)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de

002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Entrega E Retirada De Materiais	21	Recomendamos, que as solicitações de materiais constem o local de entrega de forma bem clara, como também o local onde esse material será retirado. (Item 9.1.2)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Fiscais De Contrato	22	Recomendamos, fazer a nomeação dos fiscais de contrato, visto que a SESAN está descumprindo legislação federal e municipal, evidenciando possível ato de improbidade administrativa. (Item 10.1)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
002/2018 - Água bem de todos para todos	Sec. Saneamento Básico	Plano De Ação	23	Recomendamos, que a SESAN apresente o PLANO DE AÇÃO, com metas, e resultados definidos que serão implantados no município, visto que programas de governo propostas em PPA, devem ter resultados que impactem no desenvolvimento do Município. (Item 11)	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 6B/19: Não houve resposta deste item neste período 5B/19: Não houve resposta deste item neste período 4B/19: sem informações adicionais no período desta pesquisa 3B/19: sem informações, vamos apurar. 2B/19: Não respondeu a pesquisa usando a planilha de
Parecer nº 064/2019	Sec. Saneamento Básico	Descumprimento do Art. 14 da Lei nº 1417/2001.	3	Omissão de informações necessárias para a emissão do parecer	Não Respondeu a Pesquisa	1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.

4.1.19 NAVEGANTESPREV

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Documentos padronizados revisados	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Estudos recorrentes das IN	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Fiscais de contrato	2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Indicadores de gestão	3	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mecanismos de controle das informações	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Sim
Reuniões periódicas formalizadas	1	Sim	Sim	Sim	Sim	

Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Mão de obra suficiente	2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Plano de capacitação	1	Sim	Não	Sim	Sim
	Segregação de funções	2	Sim	Sim	Sim	Sim

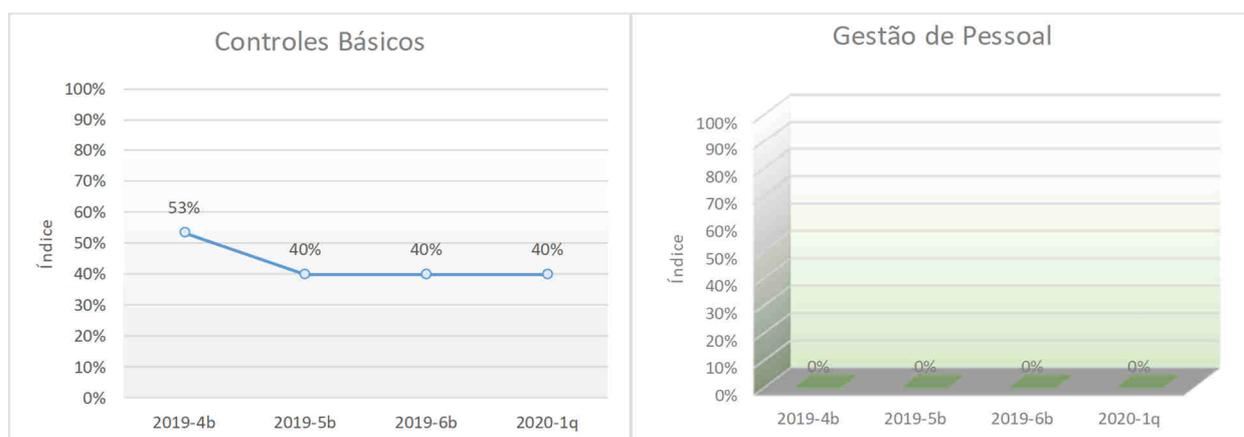


Nenhum comentário a ser realizado, uma vez que demonstrou atender todos os temas analisados via quesitos da pesquisa.

4.2 PODER LEGISLATIVO

4.2.1 CÂMARA DE VEREADORES

	Tema do Quesito	Peso	2019-4b	2019-5b	2019-6b	2020-1q
Controles Básicos	Comunicação interna adequada	1	Sim	Sim	Sim	Sim
	Controles internos formais	2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Documentos padronizados revisados	1	Não	Não	Não	Não
	Estudos recorrentes das IN	1	Não	Não	Não	Não
	Fiscais de contrato	2	Sim	Não	Não	Não
	Indicadores de gestão	3	Não	Não	Não	Não
	Mecanismos de controle das informações	1	Não	Não	Não	Não
	Princípio da legalidade	3	Sim	Sim	Sim	Sim
	Reuniões periódicas formalizadas	1	Não	Não	Não	Não
Gest. Pessoal	Escalonamento de férias	1	Não	Não	Não	Não
	Mão de obra suficiente	2	Não	Não	Não	Não
	Plano de capacitação	1	Não	Não	Não	Não
	Segregação de funções	2	Não	Não	Não	Não



A não existência de documentos padronizados é algo a ser melhorado, uma vez que protocolos, requisições, formulários, checklist, etc. são documentos que comumente são utilizados pelos setores e que podem sofrer atualizações frequentes a fim de melhorar a dinâmica das atividades.

Não existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência do setor, de forma a evitar funções conflitantes exercidas por um mesmo setor ou por uma mesma pessoa.

De acordo com o informado pela área, a quantidade de pessoal para o exercício das atividades do setor não é suficiente, no entanto poderia ser explicitado qual poderia ser a quantidade ideal e quem sabe enviar um organograma desejável para a área.

Não foi evidenciada a escala de férias dos colaboradores em atividade, evidenciando com isto que não existe planejamento de ausência de colaboradores a fim de não parar as atividades do setor.

Não existe previsibilidade para capacitação dos colaboradores, o que contraria a ideia de melhoria continua programada. Poderia ser informado uma meta estipulada para um determinado período, como por exemplo, efetuar 4 treinamentos por ano, ou realizar 40 horas de capacitação em treinamentos e evidenciar a quantidade executada versus a programada.

Informado que não são feitas reuniões periódicas e conseqüentemente não existe registros em atas. Sugerimos a adoção desta prática de realização de reuniões periódicas, visando a discussão das atividades do setor, reformulações, definição de metas etc., com os devidos registros, como forma de garantir a formalização das decisões tomadas, bem como o acompanhamento das ações.

O setor não possui nenhum indicador de gestão pré-estabelecido, o que dificulta monitorar se as atividades do setor estão sendo eficazes e atingindo sua efetividade, pois o que não é medido não é melhorado.

Não foi apresentado nenhuma evidencia de controle de acesso a bens, documentos, a informação e a registros, sejam eles informatizados ou não, ou seja, existe uma grande vulnerabilidade para a perda de bens de consumo, patrimoniais e, até mesmo, dados.

Não existe o estudo recorrente das instruções normativas vigentes, o que leva a conclusão de que há grande possibilidade de retrabalho pelo exercício de atividades que foram modificadas.

Solicitado a relação dos fiscais de contrato e seus últimos relatórios/parecer de acompanhamento, mas foi informado que não possuem nenhum, mas não ficou claro se não existem fiscais ou se, apenas não foi informado.

Status das recomendações do órgão central do sistema de controle interno não atendidas ou parcialmente atendidas:

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
387	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	4	IV.3. RECOMENDAR à Câmara de Vereadores a anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes no Relatório Técnico.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 6B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 5B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.
388	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	5	IV.4. RECOMENDAR ao Município de Navegantes que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento., 6B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 5B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.
389	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	6	IV.5. SOLICITAR à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 6B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 5B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.
390	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	7	IV.6. DAR CIÊNCIA do Parecer Prévio, bem como do Relatório e Voto do Relator e do Relatório DMU n. 456/2018 que o fundamentam, à Prefeitura e à Câmara Municipal de Navegantes.	Recomendação Não Atendida	1Q/20: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 6B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 5B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.

4.3 RESULTADO FINAL DA PESQUISA

Neste 1º quadrimestre de 2020 houve **participação de apenas 52%** do total de áreas referente ao questionário de “**Ambiente de Controle**”. Esta foi a pior participação desde que foi iniciada as pesquisas periódicas no município pela Secretaria de Gestão e Controle.

Participou da Pesquisa	Não Participou da Pesquisa
Sec. Agricultura e Pesca	Sec. Administração e Logística (Compras)
Sec. Assistência Social	Sec. Administração e Logística (Patrimônio)
Câmara Municipal de Vereadores de Navegantes	Sec. Administração e Logística (RH)
Sec. Comunicação Social	Sec. Administração e Logística (TI)
Sec. Desenvolvimento Econômico (Imobiliário)	Comissão Disciplinar
Sec. Finanças	Sec. Desenvolvimento Econômico (Alvará)
Fundação de Esportes	Sec. Desenvolvimento Econômico (Fiscalização)
Fundação do Meio Ambiente	Sec. Desenvolvimento Econômico (Sine)
Sec. Gestão e Controle	Sec. Educação
NavegantesPrev	Fundação Cultural
Sec. Obras (Administração)	Sec. Governo
Sec. Planejamento Urbano	Sec. Obras (Almoxarifado)
Procuradoria	Sec. Obras (Equipe de Rua)
Sec. Saúde	Sec. Obras (Mecânica)
SESAN	Sec. Segurança Pública
Sec. Turismo	
Total de 16 áreas	Total de 15 áreas

Vale elucidar que houve uma mudança na ferramenta para realização da pesquisa, uma vez que não ocorreu um aditivo para o antigo sistema da Apporti (E-ConfACI) e estava em andamento um processo licitatório para os novos sistemas da Secretaria de Gestão e Controle, mas que houve atraso devido a situação da pandemia proveniente do COVID-19. No entanto, apesar da dinâmica utilizada pelo novo sistema gratuito (Google Forms) ser um pouco diferente do habitual, não poderia ser considerado uma barreira uma vez que houve participação de mais da metade dos controladores setoriais na pesquisa. Além do que, alguma dificuldade encontrada poderia ser sanada por qualquer meio de comunicação (telefone, e-mail, whatsapp, presencial, etc.).

Apesar das dificuldades e desafios do dia a dia não pode haver a negativa de repasse das informações solicitadas por parte desta secretaria pois isto fere o art. 14 da Lei nº 1.417/2001: “Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos serviços de controle interno, no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão, sob pena de responsabilidade administrativa de quem lhe der causa ou motivo”.

5 IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (MCASP)

Apresenta-se um Quadro Resumo com todos os prazos apresentados no plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais ordenados segundo a ordem cronológica de verificação pelo SINCONFI para os Municípios com mais de 50 mil habitantes.

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de) ▼	Responsável	5º Bimestre/2019 (Resposta obtida do setor)	1º Quadrimestre/2020 (Resposta obtida do setor)
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)	Rodrigo Leonardo Vargas Silveira	O reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida estão todos sendo realizados. O ajuste contábil para perdas ainda não foi implementado e depende de estruturação junto ao Departamento de Contabilidade.	Já há o relatório da dívida ativa proveniente do sistema tributário.
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)	Gisele de Oliveira Fernandes	Implantado	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)	Marcio Capela	implantado	Implantado
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)	Rodrigo Leonardo Vargas Silveira	Os créditos não tributários não foram até hoje encaminhados a esta secretaria para cobrança. Será encaminhado para a Auditoria Fiscal providenciar a implementação junto ao Departamento de Contabilidade.	Os créditos não tributários a receber devem ser inseridos na dívida ativa conforme requerimento das secretarias. Há relatório no sistema.
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)	Márcio Rosa	Sem participação na pesquisa	Sem participação na pesquisa
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Márcio Rosa	Sem participação na pesquisa	Sem participação na pesquisa
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Marcio Capela	implantado	Implantado
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Márcio Rosa	Sem participação na pesquisa	Sem participação na pesquisa
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Marcio Capela	implantado	Implantado

17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Márcio Rosa	O departamento de património não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? O departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? Quem irá repassar os procedimentos?	Sem participação na pesquisa
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Rodrigo Leonardo Vargas Silveira	O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos estão todos sendo realizados internamente. Para fins contábeis, há a necessidade de integração dos sistemas Beta Sapo e Beta Tributos, o que não ocorreu até hoje. O ajuste contábil para perdas ainda não foi implementado e depende de estruturação junto ao Departamento de Contabilidade.	Há o relatório do recolhimento da dívida ativa tanto no Beta Tributos quanto no Beta Sapo.
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Gisele de Oliveira Fernandes	Implantado	Implantado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Márcio Rosa	O departamento de património não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? O departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? Quem irá repassar os procedimentos?	Sem participação na pesquisa
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Márcio Rosa	O departamento de património não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? O departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? Quem irá repassar os procedimentos?	Sem participação na pesquisa
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)	Márcio Rosa	O departamento de património não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? O departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? Quem irá repassar os procedimentos?	Sem participação na pesquisa
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do património cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)	Márcio Rosa	O departamento de património não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? O departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? Quem irá repassar os procedimentos?	Sem participação na pesquisa
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.			Marcio Capela	implantado	Implantado
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.			Márcio Rosa	O departamento de património não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? O departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? Quem irá repassar os procedimentos?	Sem participação na pesquisa
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.			Márcio Rosa	O departamento de património não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? O departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? Quem irá repassar os procedimentos?	Sem participação na pesquisa

No que concerne à avaliação acerca da implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais nos moldes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o que novamente nos chamou a atenção foi a alegação de falta de conhecimento de alguns responsáveis e a não participação de algumas áreas. **Sugere-se que estes busquem a leitura das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e da Portaria STN nº 548/2015.** A implantação dos procedimentos depende de um conjunto de fatores, pessoas, sistemas e setores, tendo cada setor, papel fundamental na adequada implementação das normas.

6 METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Informações referente ao acompanhamento do atingimento ou não das metas estipuladas no Plano Municipal de Educação, que tem vigência entre o período de 2015 a 2025.

Infelizmente para o relatório deste quadrimestre não foi enviado o arquivo com as informações atualizadas, sendo assim não temos nenhum dado para publicar sobre o atingimento ou não das metas do plano municipal de educação neste período.



7 METAS DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

Informações referente ao acompanhamento do atingimento ou não das metas estipuladas no Plano Municipal De Saúde De Navegantes, que tem vigência entre o período de 2018/2021.

Foi realizado a solicitação das informações referente a meta estipulada para o exercício 2020, mas não obtivemos respostas nesta pesquisa.

Segue abaixo informações de acompanhamento das atividades realizadas e se foram atendidas, não atendidas ou não oferecidas.

EIXO	Ações/objetivos	Metas	Indicadores	Meta Prevista para 2020	Meta Execut. no Período	Avaliação da Meta
EIXO 1 – INFRA ESTRUTURA	Qualificação dos profissionais de saúde;	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de concurso público; - Estudo para a revisão do valor do auxílio para qualificação profissional continuada, considerando proporcionalidade e percentual coerente ao ônus; - Elaboração de critérios de avaliação dos profissionais baseados em desempenho e qualificação; - 80% do quadro composto 	<ul style="list-style-type: none"> - Concurso público realizado; - Aumento do % de profissionais na condição de efetivos concursados e qualificados para a função; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Realizamos chamada pública para contratação de médicos e processo seletivo para contratação de profissionais de saúde	Não atendeu
EIXO 1 – INFRA ESTRUTURA	Estruturar departamento de educação permanente em Saúde;	<ul style="list-style-type: none"> - Determinar uma equipe para o setor de Educação Permanente em Saúde responsável por todas as ações que envolvam a capacitação e elaboração de projetos de educação em serviço; - Estruturar um espaço físico apropriado para o desempenho das atividades. - Elaborar e executar educação em serviço para todos os profissionais; - Apresentar a lógica de operacionalização dos serviços, encaminhamentos, exames, redes de apoio, referencias e contra referencias. - Fortalecer a parceria com o CIES 	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe multiprofissional para a organização da oferta dos cursos; - Cursos direcionados e multiprofissionais. - Local de educação permanente estruturado com equipamento, espaço físico e insumos. - Comissão da educação permanente em saúde será responsável por realizar a integração. - Números de projetos encaminhados ao CIES; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 1 – INFRA ESTRUTURA	Estruturar a secretaria de saúde mediante critérios do SUS;	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar todo o atendimento das unidades de saúde conforme os protocolos do MS e o acolhimento do Humaniza SUS; - Fortalecer a Rede Cegonha; - Fortalecer o NASF; - Fortalecer o CETA; - Reestruturar o CEO, visando a acessibilidade e aumento de serviços de média complexidade; - Formação de novas equipes de saúde bucal; - Definir hora plantão para odontologia. - Ofertar do serviço de urgência odontológica em horário estendido, em unidade de horário estendido do Machados e hospital. - Implantar a "Academia de Saúde"; - Estruturar a frota de carros com critérios de transporte e fluxo de atendimento; - Comissão para elaborar e aprovar os protocolos operacionais Padrão (POP) que serão adotados oficialmente pela SMS, após aprovação legal; - Reativar o Programa de curativos especiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentação do uso dos protocolos do MS pelos profissionais das unidades de saúde; - Aprovação do projeto pela Secretaria de Saúde e COMUSA; - Elaboração de todos os instrumentos e impressos a ser utilizados pelos programas; - Execução dos programas; - Avaliação dos programas com o acompanhamento dos indicadores; - Disponibilizar veículos mediante locação ou aquisição. - Números de Protocolos Operacionais Padrão aprovados e implantados. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 1 – INFRA ESTRUTURA	Implantação e implementação de programas atrelados a atividades de rotina para o trabalho em saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação do uso do SISVAN; - Armazenamento de dados e planejamento de ações; - registro sistemático de fluxo e contra fluxo de serviços; 	<ul style="list-style-type: none"> - Alimentação diária dos programas e sistemas desenvolvidos no município; - Avaliação sistemática das informações geradas e Telediagnóstico. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		
EIXO 1 – INFRA ESTRUTURA	Revitalização das atuais unidades de saúde com priorização da acessibilidade e conforto dos usuários; Adequação do mobiliário das unidades de saúde de acordo com os princípios de	<ul style="list-style-type: none"> - Readequar todas as unidades de saúde em condições estruturais e de acessibilidade inadequadas. - Mobiliar adequadamente as unidades básicas de saúde, Centros de Referência, Policlínicas e SAMU, que não possuem adequação de seu mobiliário conforme preconizado pela Medicina e Segurança do Trabalho; - Implantar a manutenção sistemática da estrutura física das 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de Unidades de Saúde reformadas. - Números de unidades de saúde com adequação de mobiliário; - Pesquisa de satisfação dos servidores; - Números de afastamento por DORT/LER e dor crônica. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Algumas UBS estão sendo readequadas no quesito acessibilidade (cumprindo o TAC)	Não atendeu

	ergonomia (posição correta) proporcionando melhoria das condições de trabalho e diminuição da incidência de DORT/LER (doença de repetição) e dor crônica.	unidades de saúde e de seus equipamentos.				
EIXO 1 – INFRA ESTRUTURA	Ampliar os canais de comunicação com a população e profissionais de saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Criar um blog da saúde; - Confeccionar o manual do usuário SUS/ESF; Ampliação dos números de telefone da SMS, com o objetivo de otimizar as ligações da população, profissionais e gestores; - Fortalecer vínculo com o COMUSA e planejar a construção de conselhos locais de saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> - Blog da saúde; - Direcionamento adequado da população; - Números de conselhos locais implantados; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Reestruturar o Departamento de Vigilância em Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar palestras em todas as escolas municipais; - Capacitação dos profissionais da rede de saúde; - Organizar os setores e criar cargos de coordenadores de cada setor: Ambiental, Sanitária e Epidemiológica, vinculado a Diretoria de Vigilância em Saúde, com conhecimento técnico e devidamente capacitados; - Elaboração de protocolos de cada setor com os fluxos de atendimento e de ações específicas de cada ação; - Compra de equipamentos de trabalho específicos para cada setor; - Definição do uniforme para cada setor; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de palestras realizadas em escolas; - Total de profissionais capacitados; - Equipe ampliada com profissionais de nível superior e médio concursados. - Números de profissionais contratados e qualificados por setor. - Números de Protocolos elaborados e implantados. - Quantidade de equipamentos de informática para os setores com programa específicos; - Números de equipamento de trabalho comprados (números de termômetro digital, números de trena a laser, números de tablets com programa específico para cada setor. - Distribuição de uniforme para cada setor. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Estruturar o Departamento de Vigilância Epidemiológica.	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar uma enfermeira para coordenar o departamento; - Estruturar o setor com equipamento de informática, estrutura física e móveis; - Contratar ou destinar profissionais efetivos para o setor para ser capacitado; 	<ul style="list-style-type: none"> - Números de profissionais capacitados para cada sistema de informação; - Estrutura física própria, equipado e com sistema de informação atualizado; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Instalada nova estrutura no centro de triagem.	Atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	CETA Reforma de espaço físico adequado para o desenvolvimento das ações do setor, visando a proteção e melhoria no atendimento da demanda do setor.	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma de espaço físico com equipamentos e fluxo adequado de atendimento; - Proteção dos profissionais no atendimento de doença infecciosa; - Ter um carro específico para a busca de faltosos, e cumprimento da logística laboratorial; - Compra de preservativo masculino de 52 e 55mm; - Compra de gel lubrificante; Compra de formula infantil (primeiro e segundo semestre para crianças exposta ao vírus AHIV); - Compra de medicamentos para tratamentos da DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis); - Compras de medicamentos para tratamento de IO – Infecções Oportunistas; - Compra de potes plásticos com boca larga e tampa de rosca para coleta de escarro; - Treinamento dos enfermeiros, médicos e técnicos de enfermagem para o teste rápido; - Informatizar todos os consultórios (médico, enfermagem, psicóloga, farmacêutico, com sistema de informação); - Equipar todos os consultório conforme norma técnica vigente. - Confeção de material educativos, faixas, banner, camiseta, para atender as campanhas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Espaço físico adequado com equipamentos e móveis; - Todos os consultórios informatizados; - Compra dos insumos solicitados; - Espaço para coordenação e educação em saúde; - Número de campanha realizada; - Número de capacitação realizada; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Programa de imunização	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar número de sala de vacina e informatizar a rede; - Qualificação de profissionais para a sala de vacina; 	<ul style="list-style-type: none"> - Compra de equipamentos refrigeradores para a rede de frio; - Aquisição de equipamentos de informática; - Número de funcionário capacitado; - Número de sala de vacina credenciado; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Imunização Reestruturação da rede de frio	<ul style="list-style-type: none"> - Compra de uma câmara fria para vacinação; - Compra de ar condicionado com controle de temperatura automático para as salas de vacina; - Compra de termômetro de máxima e mínimo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição da câmara fria; - Compra e instalação do ar condicionado; - Compra do termômetro; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Atendeu

		<ul style="list-style-type: none"> - Compra de armário para organização do setor; - Compra de refrigerador para substituir os refrigeradores inadequados para a sala de vacina; - Capacitação de profissionais técnicos de enfermagem e enfermeiras para a sala de vacina; - Fornecimento de alimentação adequada para as campanhas; - Compra de insumos para a campanha (camiseta); 				
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Modernizar as ações de Vigilância Sanitária	<ul style="list-style-type: none"> - Modernização das ações de vigilância. Informatizar todo o setor. - Elaborar fluxo de trabalho. - Divulgar as ações desenvolvidas. - Qualificar os profissionais. - Implantar a organização sistemática de trabalho dos fiscais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de profissionais de nível superior e médio com capacitação para o setor de vigilância Sanitária. - Compra de equipamento de informática. - Compra do sistema de informação específico para a vigilância sanitária. - Números de profissionais qualificados. - Números de profissionais contratados. - Números de atividades desenvolvidas. - Números de Alvará Sanitário liberado. - Números de cursos promovidos e efetuados. - Números de participação em curso de capacitação. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Revisão e Regulamentação do Código Sanitário Municipal	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração da revisão e regulamentação do Código Sanitário Municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação por lei do novo código sanitário e sua regulamentação. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Implantar serviço de plantão de Vigilância Sanitária de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do projeto de serviço de plantão da vigilância sanitária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da lei que cria hora plantão para vigilância sanitária; - Aprovação do cargo e salário de dedicação exclusiva dos fiscais sanitários; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Fiscais estão realizando plantões devido a pandemia	Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Intensificar as ações de controle da Dengue.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar ações envolvendo todos os setores, comunidade, comércio e escolas. - Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de endemias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pessoas sensibilizadas. - Total de ACS e agentes de endemias capacitados; - Números de famílias acompanhadas pelos ACS com registro de vistoria de focos de Dengue; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	As ações foram intensificadas, realizando seletivo para contratação de mais agentes de endemias.	Atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Consolidar o Programa de Saúde do Trabalhador (PST)	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar as ações de vigilância na construção civil; - Aprimorar as ações de notificações de doenças e acidentes do trabalho; - Implantação de ações de promoção e prevenção à saúde voltadas para o trabalhador de saúde, diminuindo faltas ao trabalho por doenças ocupacionais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Números de ações de fiscalização em construção civil; - Números de notificações de doenças e acidentes de trabalho; - Números de ações desenvolvidas junto aos profissionais de saúde do município; - Índice de absenteísmo no trabalho da SMS; - Pesquisa de satisfação dos profissionais da SMS; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Implementação do Programa de Controle do Tabagismo já desenvolvido na UBS Machados, com expansão para as unidades de saúde que estão de acordo com os critérios estabelecidos para a implantação do programa no município;	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o programa de controle do tabagismo para outras unidades de saúde, seguindo critérios de implantação; - Capacitação com foco multidisciplinar os profissionais de todas as UBS do município para o trabalho com o tabagismo, de acordo com o modelo preconizado pelo Ministério da Saúde/INCA; - Desenvolvimento de oficinas nas escolas sobre o tabagismo e suas consequências; - Realização de atividades de orientação em ações extramuros desenvolvidas por profissionais de atenção básica de forma multidisciplinar e com grade abrangência populacional; - Divulgação dos programas de tabagismo e locais onde ocorre os encontros 	<ul style="list-style-type: none"> - Números de pacientes atendidos no programa de controle do tabagismo; - Números de oficinas realizadas nas escolas sobre o tabagismo; - Indicadores de morbidade do município; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Devido a pandemia o programa está suspenso	Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Ampliar as ações de Promoção a Saúde;	<ul style="list-style-type: none"> - Instalar e manter as academias populares em locais que não existirem e que forem de interesse da comunidade; - Fortalecer os grupos de caminhadas no município; - Promover práticas alimentares saudáveis junto à comunidade e profissionais de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivos a população a atividade física e a alimentação saudável; - Número de ações realizadas. 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Devido a pandemia as ações não podem ser realizadas.	Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Ampliar as ações de vigilância epidemiológica	<ul style="list-style-type: none"> - Constituir o comitê de análise de óbitos maternos e de mortalidade infantil; - Investigar 100% dos óbitos maternos e infantis no município; - Elevar a taxa de cura da Tuberculose para 85%; 	<ul style="list-style-type: none"> - Comitê de análise de óbitos instituído e funcionando; - Taxa de cura de tuberculose; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Garantir e ampliar a oferta de serviços	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de Equipamentos p/Programa de Saúde Bucal e a 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar os índices de avaliação de Saúde Bucal; 	Gentileza informar qual foi a meta	Devido a pandemia os atendimentos	Não atendeu

	básicos em saúde bucal à população.	implantação de novas equipes. - Manutenção e Implementação das Ações da Estratégia Saúde da Família em saúde Bucal	- Aumentar o número de pacientes atendidos.	definida para este exercício	estão sendo realizados somente urgência e emergência.	
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Implementação do Departamento de Assistência Bem estar animal - DABA	- Construção de acordo com as necessidades do DABA; - Implementação da equipe de trabalho; - Promover ações de prevenção e recuperação de animais (cães e gatos) em sofrimento; - Promover ações de planejamento de recuperação de superpopulação animal (cães e gatos); - Posse responsáveis e maus tratos animais através de educação permanente; - Imunizações e microchipagem dos animais (cães e gatos) de rua; - Veículo adequado para transporte de animais;	- Número de médicos veterinários contratados; - Número de ambulatório para castrações; - Números de animais atendidos e cadastrados; - Números de animais chipados; - Destinação adequada dos animais; - Redução do número de animais abandonados e maus tratos;	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Monitorar a qualidade da Água do município	- Coleta de água de acordo com as normas do VIGIAGUA.	- Número de coletas de amostra no ano; - Número de coletas aceitável/nº de coleta reprovável	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não oferecemos
EIXO 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Monitoramento da água do SESAN	- Manter o monitoramento e fiscalização da qualidade da água fornecida pelo SESAN;	- Números de coletas; - Qualidade da água;	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não oferecemos
EIXO 3 – ATENÇÃO PRIMÁRIA	Ampliar a cobertura populacional das Equipes de Saúde da Família.	- Adequar o número máximo de 3.000 a 4.000 habitantes por equipe de ESF, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde; - Contratar os profissionais para suprir as necessidades das equipes;	- Cobertura das áreas.	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Contratação de profissionais via processo seletivo	Atendeu
EIXO 3 – ATENÇÃO PRIMÁRIA	Reestruturar e consolidação dos programas de atenção à saúde;	- Manter e aprimorar os programas já existentes, Programa Saúde na Escola, SISCAN e SISPRENATAL, entre outros. - Implantar o Programa de Diabetes; - Reimplantar o programa de curativos;	- Números de usuários cadastrados e acompanhados nos programas. - Números de gestantes em acompanhamento no pré-natal multidisciplinar; - Números de coletas de citologia oncológica em relação ao número de mulheres; - Números de mamografias realizadas de acordo com o número de mulheres no mínimo acima de 50 anos;	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Devido a pandemia as ações não podem ser realizadas.	Não atendeu
EIXO 3 – ATENÇÃO PRIMÁRIA	Fortalecimento da Rede Cegonha /MS como estratégia que visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gestação, parto e puerpério e planejamento familiar.	- Atendimento qualificado e em rede de gestantes, parturientes e puérperas no município; - Capacitação dos profissionais da rede básica de saúde e hospital para o trabalho dentro da Rede Cegonha; - Manter em dia as informações nos sistemas do Programa (SISPRENATAL/SISPA RT/SISVAN) - Incentivar a prática do aleitamento materno através da capacitação da mãe	Indicadores do MS: SISPRENATAL / SISPART / COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL / RELAÇÃO DE PARTOS CESÁREOS E NORMAIS.	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Devido a pandemia as ações não podem ser realizadas.	Não atendeu
EIXO 3 – ATENÇÃO PRIMÁRIA	Implantação das Práticas Integrativas Complementares PIC	- Contratação e capacitação dos profissionais; - Aquisição de materiais e equipamentos necessários;	- Diminuição de custos com medicações; - Promover a saúde através de uma visão holística do usuário.	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Devido a pandemia as ações não podem ser realizadas.	Não atendeu
EIXO 3 – ATENÇÃO PRIMÁRIA	Fortalecimento das ações na área de Alimentação e Nutrição com base na PNaN	- Implementação do SISVAN na rotina das UBSs. - Melhorias do acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família; - Capacitação dos profissionais; - Aquisição de equipamentos; - Fomentar ações na área de segurança alimentar realizando a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e instituindo o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e nutricional; - Fortalecimento do combate a doenças crônicas relacionadas a má nutrição; - Criar o protocolo municipal de dispensação de fórmulas e produtos nutricionais	- Melhoria dos indicadores do Bolsa Família e SISVAN.	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Devido a pandemia as ações não podem ser realizadas.	Não atendeu
EIXO 4 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA ESPECIALIZADA	Ampliar a cobertura de atendimentos especializados de suporte à atenção básica;	- Manter 70% das especialidades ofertadas pelo município reduzindo a fila de espera. - Manter a oftalmologia municipal, deixando de comprar serviço nesta especialidade; - Contratação de especialistas na área: gastroenterologista, urologista, pneumologista. - Aumentar o número de médicos infectologista, infectologista pediátrico, pediatra e ginecologista	Tempo de espera para atendimento especializado no município;	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu

EIXO 4 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA ESPECIALIZADA	Ampliar as ações da Política de Saúde Mental; Manutenção do CAPS I e implantação do CAPS ad	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar e padronizar o Programa Municipal de Saúde Mental de acordo com o preconizado pelas Redes de Atenção Psicossocial/ MS; - Divulgar oficialmente o programa municipal de saúde mental; - Descentralizar o atendimento de saúde mental nas unidades de saúde; - Readequação do NASF para apoio institucional e matricial às equipes de atenção básica, principalmente no que se refere à saúde mental; 	<ul style="list-style-type: none"> - Portaria de adoção do Programa de saúde mental publicada; - Números de profissionais contratados para atuação efetiva no NASF; - Números de atendimentos de apoio institucional realizados pelos profissionais do NASF na área de saúde mental; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Devido a pandemia os atendimentos estão sendo realizados somente urgência e emergência.	Não atendeu
EIXO 4 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA ESPECIALIZADA	Implantação de grupos de cuidadores nas unidades de saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento para as equipes de saúde; - Capacitação e suporte por parte da equipe de saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pacientes acamados; - Número de familiares envolvidos com os cuidados do paciente; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Devido a pandemia as ações não podem ser realizadas.	Não atendeu
EIXO 4 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA ESPECIALIZADA	Ampliar qualificar as ações de saúde voltada à terceira idade;	<ul style="list-style-type: none"> - Sistematizar a atenção a saúde dos idosos na atenção básica padronizando ações e condutas; - Estimular o desenvolvimento de atividades específicas para melhoria das condições de saúde do idoso pelas equipes de atenção básica; - Implementar os Grupos de Educação em Saúde que atuam junto à terceira idade, principalmente o da caminhada; 	<ul style="list-style-type: none"> - Números de idosos atendidos na rede básica de saúde; - Números de ações de saúde com ênfase na terceira idade realizadas pelas equipes; - Apoio institucional através do NASF/ educador físico, aos grupos de caminhada; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Devido a pandemia as ações não podem ser realizadas.	Não atendeu
EIXO 4 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA ESPECIALIZADA	Melhorar as ações de assistência farmacêutica;	<ul style="list-style-type: none"> - Revisar a Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) a cada 2 anos; - Implantação de um grupo técnico de apoio à assistência farmacêutica, com o objetivo de otimizar a compra de medicamentos adequados ao perfil epidemiológico da população (morbidades); 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do consumo dos medicamentos nos últimos 2 anos; - Grupo técnico formado por médicos, enfermeiros, odontólogos, farmacêutico e nutricionista; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 4 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA ESPECIALIZADA	Melhorias para unidade hospitalar.	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma e ampliação da unidade hospitalar; - Aquisição de equipamentos e mobiliário para a unidade hospitalar 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pessoas atendidas; - Qualidade no atendimento; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício	Ativação e reforma de uma ala, onde houve aquisição de equipamentos e instalações para atender pacientes com COVID 19	Atendeu
EIXO 4 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA ESPECIALIZADA	Construção e implementação das redes de atenção a saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Construção dos fluxos, referência e contra referência entre hospital e unidades de saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pessoas atendidas; - Qualidade no atendimento; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 5 – CONTROLE SOCIAL	Reformular o Conselho Municipal de Saúde;	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar processo de formação de novos conselheiros; - Estabelecer um espaço físico equipado com sistema de informação para o COMUSA com uma secretaria executiva exclusiva; - Representatividade dos conselhos locais no COMUSA quando formados; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de cursos para formação de conselheiros de saúde; - Números de conselhos locais estruturados e formados; - Compra de computadores e impressoras multimídia; - Espaço físico mobiliado disponibilizado; - Números de participantes na reunião do COMUSA; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu
EIXO 5 – CONTROLE SOCIAL	Realizar a Conferência Municipal de Saúde em 2019	<ul style="list-style-type: none"> - Realização da Conferência Municipal de Saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberações da Conferência de acordo com a deliberação do conselho Estadual e municipal; 	Gentileza informar qual foi a meta definida para este exercício		Não atendeu

Fonte: http://controlesocial.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=94&view=finish&cid=3538&catid=217

8 METAS DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

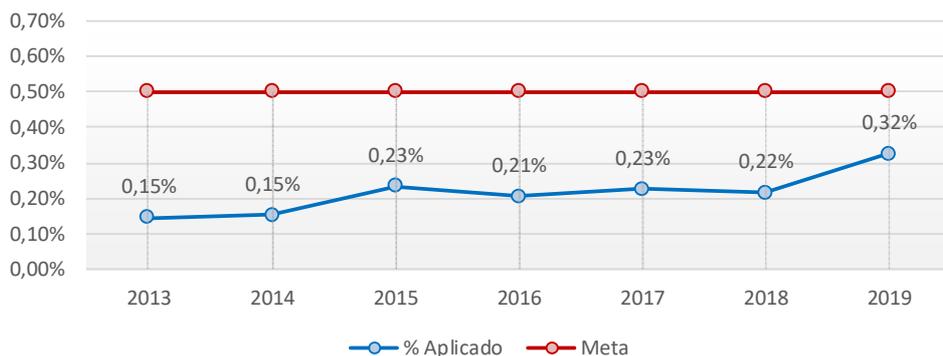
Segue abaixo status referente ao resultado no 2º semestre/2019. Informações referente ao acompanhamento do atingimento ou não das metas estipuladas no Plano Municipal de Cultura De Navegantes, que tem vigência entre o período de 2013/2023, arquivo atualizado semestralmente.

Código	Resumo Atividade	Data Limite	Indicador	Avaliação da Meta	Meta Quantitativa	Meta Realizada	% Realizado
Meta 1	Festa de Nossa Sra. dos Navegantes registrada como patrimônio imaterial, de forma a garantir a manutenção de todas as atividades tradicionais do evento, até 2014.	Até 2014	Registro da festa no livro tombo	Atendido	1	1	100%
Meta 2	Atividades tradicionais do carnaval de Navegantes registradas como patrimônio imaterial, até 2016.	Até 2016	Registro das atividades tradicionais	Não Atendido	1	0	0%
Meta 3	Pesquisa sobre a história da Festa do Trabalhador Rural e do Campeonato de Futebol de Areia realizada até 2015, como forma de preservar a memória desses eventos.	Até 2015	Pesquisas realizadas e publicadas	Não Atendido	2	1	50%
Meta 4	Mostra de Teatro de Rua de Navegantes realizada a anualmente, a partir de 2014.	Até 2014	Evento anual	Não Atendido	7	2	29%
Meta 5	Feira do Livro realizada anualmente, a partir de 2013.	Até 2023	Evento anual	Não Atendido	10	7	70%
Meta 6	Salão de Artes Visuais realizado bianualmente, a partir de 2015.	Até 2023	Evento bienal	Não Atendido	5	2	40%
Meta 7	Festival de Dança de Navegantes realizado bianualmente, a partir de 2015.	Até 2023	Evento bienal	Não Atendido	5	2	40%
Meta 8	Programa de pesquisa e preservação das manifestações da cultura popular de Navegantes implementado até 2015.	Até 2015	Implementação do Programa	Atendido	1	1	100%
Meta 9	Programa de incentivo à leitura, programa de preservação da restinga e programa de educação patrimonial implementados até 2015, garantindo a inclusão de minorias.	Até 2015	Quantidade de programas culturais implementados	Não Atendido	3	2	67%
Meta 10	06 centros de cultura popular construídos e em funcionamento, com programação cultural frequente, oferecida gratuitamente ou a preços populares, até 2020.	Até 2020	Quantidade de centros instalados e em funcionamento	Não Atendido	6	1	17%
Meta 11	Programas para integração com as políticas de educação, turismo, saúde, meio ambiente e assistência social criados até 2023.	Até 2023	Quantidade de programas instituídos e em funcionamento, sendo 01 em cada área citada.	Não Atendido	5	1	20%
Meta 12	13 monumentos produzidos por artistas locais em espaços de grande circulação na cidade instalados até 2023.	Até 2023	Quantidade de monumentos instalados em cada um dos locais estabelecidos.	Não Atendido	15	5	33%
Meta 13	0,5% da receita tributária de impostos do município aplicados no Fundo Municipal de Cultura, através de editais de fomento dos diversos segmentos culturais, até 2018.	Até 2018	Percentual da receita de impostos aplicada no Fundo Municipal de Cultura.	Não Atendido	0,50%	0,32%	64%
Meta 14	Mercado Público de Navegantes construído até 2017, que contemple também espaços exclusivamente destinados a comercialização de produtos culturais.	Até 2017	Mercado Público construído.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 15	Programa de reutilização de resíduos sólidos para a produção de artesanato implementado até 2018.	Até 2018	Programa implementado	Não Atendido	1	1	100%
Meta 16	01 Ponto de Cultura implementado no município até 2015.	Até 2015	Ponto de Cultura implementado	Não Atendido	1	0	0%
Meta 17	Gestão Cultural utilizando o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais como a principal plataforma de dados e indicadores da cultura de Navegantes até 2015.	Até 2015	Dados atualizados no SNIIC.	Atendido	1	1	100%
Meta 18	02 grupos e/ou cooperativas em atividade nos segmentos de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato, até 2023. (7 segmentos no total)	Até 2023	Quant. de grupos e ou cooperativas em funcionamento nos segmentos listados, mínimo de 2 por segmento.	Não Atendido	18	13	72%
Meta 19	Espaço nas rádios comunitárias viabilizado até 2014, para divulgar e promover a produção da cultura local em todos os seus segmentos.	Até 2014	Programa indo ao ar através de parceria com rádio comunitária. (52 semanas/ano x 10 anos = 520 semanas)	Não Atendido	520	0	0%
Meta 20	Portal cultural e turístico de Navegantes criado e em funcionamento até 2014.	Até 2014	Portal virtual no ar	Atendido	1	1	100%
Meta 21	Agenda Cultural de Navegantes editada e distribuída mensalmente até 2015, impressa e online (2 formatos).	Até 2015	Agenda cultural publicada todos os meses.	Não Atendido	2	2	100%
Meta 22	Dep. de patrimônio histórico implantado na Fundação Cultural de Navegantes até 2017, com quadro de funcionários técnicos habilitados na área.	Até 2017	Departamento implantado e em funcionamento.	Não Atendido	1	0	0%

Meta 23	Mecanismos de solo criado e isenção de IPTU incluídos no Plano Diretor do município, até 2015, para imóveis tombados através da Lei de Proteção do Patrimônio Histórico.	Até 2015	Mecanismos implantados e em funcionamento.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 24	Museu da Pesca e da Construção Naval construído até 2023, em local próximo ao Rio Itajaí ou ao mar.	Até 2023	Museu construído.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 25	04 espaços de memória criados até 2018 (população da praia, população da área rural, memória da Pedreira e manifestações religiosas).	Até 2018	Número de centros de memória instalados e em funcionamento.	Não Atendido	4	1	25%
Meta 26	Arquivo Histórico de Navegantes criado até 2018, com quadro de funcionários habilitados.	Até 2018	Arquivo instalado e em funcionamento.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 27	Programa permanente de formação cultural implantado até 2019, através de parcerias com outros municípios da região e com instituições de ensino.	Até 2019	Programa implantado.	Atendido	1	1	100%
Meta 28	Escola de Arte fortalecida e funcionando oficialmente até 2016, como um órgão vinculado a Fundação Cultural de Navegantes.	Até 2016	Legislação da escola de arte sancionada, com quadro fixo de funcionários.	Atendido	1	1	100%
Meta 29	Conservatório de Música instalado até 2022, estabelecendo parceria com instituição de ensino qualificada no segmento.	Até 2022	Conservatório instalado.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 30	Ao menos uma atividade cultural realizada em todas as escolas de educação básica do município a cada semestre até 2016 (atualmente 66 unidades de ensino)	Até 2016	Número de escolas atendidas a cada semestre. (resultado do último semestre)	Não Atendido	65	57	88%
Meta 31	Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura criado até 2015, articulado com a Secretaria de Educação.	Até 2015	Plano criado.	Atendido	1	1	100%
Meta 32	Participação contínua do município no Colegiado de Cultura da Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí-açu - AMFRI, promovendo intercâmbio com os municípios da região.	Até 2013	Grau de participação nas atividades do Colegiado.	Atendido	1	1	100%
Meta 33	Conferência Municipal de Cultura ou Fórum Municipal de Cultura de Navegantes realizados anualmente a partir de 2013.	Até 2013	Eventos realizados.	Não Atendido	11	5	45%
Meta 34	Conselho Municipal de Cultura consolidado, garantindo eleições democráticas dos representantes da sociedade civil e incentivando a criação de câmaras setoriais.	Até 2013	Conselho em pleno funcionamento com eleições democráticas dos representantes da sociedade civil.	Atendido	1	1	100%
Meta 35	Centro Integrado de Cultura de Navegantes construído até 2014.	Até 2014	Centro construído.	Atendido	1	1	100%
Meta 36	Sede da Biblioteca Pública Cruz e Sousa construída até 2018, respeitando aspectos técnicos do setor.	Até 2018	Prédio construído e em pleno funcionamento.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 37	Parceria com a diretoria da Sociedade Sul América firmada, para finalizar a construção do teatro até 2018.	Até 2018	Teatro construído e em funcionamento.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 38	Teatro Municipal de Navegantes construído até 2023, respeitando todas as necessidades técnicas do setor.	Até 2023	Teatro construído.	Não Atendido	1	0	0%
Meta 39	Plano de carreira dos funcionários com cargos que atendam a demanda da Fundação Cultural de Navegantes criados até 2020.	Até 2020	Concurso público realizado para provimento dos cargos criados. (realizado em 2013)	Atendido	8	5	63%
Meta 40	Percentual de 1% da receita de impostos, com despesas em cultura, atingido até 2017.	Até 2017	Percentual da receita de impostos com despesas em cultura.	Atendido	1,00%	0,93%	93%

Meta 13 – 0,5% da receita tributária de impostos do município aplicados no Fundo Municipal de Cultura, através de editais de fomento dos diversos segmentos culturais, até 2018.

Ano	Receita de impostos	Recursos do FMC	% Aplicado
2013	R\$ 89.098.282	R\$ 130.000	0,15%
2014	R\$ 98.467.025	R\$ 150.000	0,15%
2015	R\$ 107.443.282	R\$ 250.000	0,23%
2016	R\$ 121.942.362	R\$ 250.000	0,21%
2017	R\$ 131.087.777	R\$ 295.000	0,23%
2018	R\$ 142.917.275	R\$ 308.276	0,22%
2019	R\$ 164.257.757	R\$ 532.764	0,32%



Meta 18 – dois grupos e/ou cooperativas em atividade nos segmentos de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato, até 2023.

Segmento	Grupos Ativos	Meta	Atendimento da Meta
Teatro	2	2	Sim
Dança	4	2	Sim
Circo	0	2	Não
Música	4	2	Sim
Artes Visuais	1	2	Não
Literatura	1	2	Não
Artesanato	1	2	Não
Total	13	14	



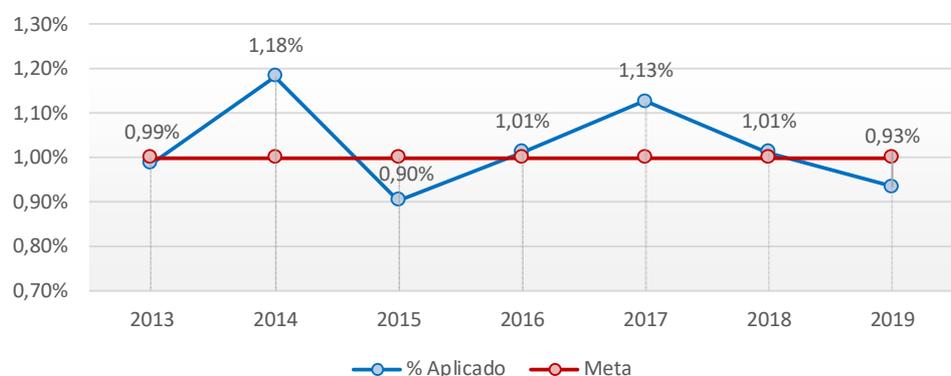
Meta 30 – Ao menos uma atividade cultural realizada em todas as escolas de educação básica do município a cada semestre até 2016, com artistas e produtores locais inseridos no ambiente escolar, com foco na formação de público.

Segmento	Und. Escol. Atendidas	Meta	% Atendimento
1S/2015	66	66	100%
2S/2015	36	66	55%
1S/2016	39	66	59%
2S/2016	44	66	67%
1S/2017	17	66	26%
2S/2017	34	66	52%
1S/2018	22	66	33%
2S/2018	41	66	62%
1S/2019	30	66	45%
2S/2019	57	65	88%



Meta 40 – Percentual de 1% da receita de impostos, com despesas em cultura, atingido até 2017.

Ano	Receita de impostos	Despesas em Cultura	% Aplicado
2013	R\$ 89.098.282	R\$ 879.636	0,99%
2014	R\$ 98.467.025	R\$ 1.164.848	1,18%
2015	R\$ 107.443.282	R\$ 971.299	0,90%
2016	R\$ 121.942.362	R\$ 1.233.452	1,01%
2017	R\$ 131.087.777	R\$ 1.476.174	1,13%
2018	R\$ 142.917.275	R\$ 1.445.263	1,01%
2019	R\$ 164.257.757	R\$ 1.535.660	0,93%



9 ACOMPANHAMENTO DAS METAS FÍSICAS DA LDO/LOA

Segue relação de todas as atividades relacionadas na ferramenta orçamentária LOA que possuem metas físicas estipuladas para o exercício 2020, onde é possível verificar o percentual de execução de cada uma delas no 1º quadrimestre.

Vale mencionar que a LOA possui um total de 107 programas para o ano de 2020, no entanto destes total 35 possuem como produto a informação “ano” e 29 como unidade de medida “ano”, sendo assim sobraram apenas 43 programas/ações em que é possível realizar algum monitoramento relacionado a metas físicas conforme quadro abaixo:

nº Program	Descrição Programa	nº Ação	Descrição Ação	Quantidade	Produto	Unidade de Medida	Quantidade
0023	Organização e Justiça	2038	Manutenção e Funcionamento do PROCON	3.344	Atendimentos	UN	Sem respostas
0037	PAI - Programa de Atenção ao Idoso	2044	Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção ao Idoso - PAI	1.400	Atendimentos	UN	95
0038	Instituição de Acolhimento Anildo de Souza	2045	Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal	20	Atendimentos	UN	6
0102	Conselho Tutelar	2126	Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar	14.600	Atendimentos	UN	2000
0027	Educação do Jeito Certo	2128	Manutenção e Funcionamento da Educação Especial	308	Alunos	UN	Sem respostas
0027	Educação do Jeito Certo	2129	Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos	1	Alunos	UN	Sem respostas
0027	Educação do Jeito Certo	2130	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	6.210	Alunos	UN	Sem respostas
0027	Educação do Jeito Certo	2131	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	10.260	Alunos	UN	Sem respostas
0030	Alimentar também é educar	2136	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental	6.210	Alunos	UN	Sem respostas
0030	Alimentar também é educar	2137	Manutenção da Merenda Escolar do Educação Infantil e Creches	10.260	Alunos	UN	Sem respostas
0031	Transportando para o Conhecimento	2142	Manutenção do Transporte Escolar	251	Alunos	UN	Sem respostas
0009	Inspeção e sanidade animal	2015	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	210	Agricultores	UN	Sem respostas
0024	Programa de Crescimento para Navegantes	1014	Pavimentação e Recuperação de Vias e Eixos Estruturantes	23.000	Pavimentação	M²	Sem respostas
0024	Programa de Crescimento para Navegantes	1019	Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	1.700	Atendimentos	UN	Sem respostas
0025	Macro e Micro Drenagem Sustentável	1121	Implantação de Macro drenagem	1.260	Area Construida	M²	Sem respostas
0094	EMPREENDEDORISMO PARA CRESCER	2111	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Desenv. Econômico	57.600	Contribuintes	UN	19200 (estimativa)
0094	EMPREENDEDORISMO PARA CRESCER	2113	Manutenção e Funcionamento do Sine	24.000	Atendimentos	UN	8000 (estimativa)
0013	Pacto pela Criança	2021	Manutenção da Secretaria da Criança, Adolescente e Juventude	500	Atendimentos	UN	200
0055	ACESSUAS - Trabalho	2074	Manutenção do Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS	1.100	Atendimentos	UN	400
0056	Manutenção e Funcionamento Piso de Alta Complexidade I - Criança/ Adolescente	2075	Manutenção do Programa do Piso de Alta Complexidade I - Criança/ Adolescente	20	Atendimentos	UN	6
0057	CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)	2076	Manutenção da Proteção Social Básica	5.000	Atendimentos	UN	1142
0058	Programa Federal Bolsa Família e IGDBF	2077	Manutenção do Programa Bolsa Família - IGDBF/SUAS	1.200	Atendimentos	UN	919
0059	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias	2078	Manutenção da Proteção Especial de Média Complexidade	280	Atendimentos	UN	4
0060	PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)	2079	Manutenção do Programa de Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	250	Atendimentos	UN	0
0042	Viva Verão Navegantes	2061	Manutenção e Funcionamento do Programa Viva Verão Navegantes	1.600	População	UN	Sem respostas
0043	FUNDEL - Fundo Municipal do Esporte do Lazer	2062	Manutenção e Funcionamento do FUNDEL	5	Projetos	UN	Sem respostas
0044	Lei de Incentivo ao Esporte	2063	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo ao Esporte	18	Projetos	UN	Sem respostas
0046	Bolsa Atleta	2065	Manutenção e Funcionamento do Bolsa Atleta	70	Atletas	UN	Sem respostas
0063	Saúde, nosso bem maior	2083	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde	61.762	Atendimentos	UN	Sem respostas
0039	Movimento Criativo	2054	Manutenção das Ações da Fundação Municipal de Cultura	5.550	Público	UN	Sem respostas
0039	Movimento Criativo	2057	Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Cultura	19.098	Público	UN	Sem respostas
0039	Movimento Criativo	2058	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo a Cultura	8.594	Público	UN	Sem respostas
92	Assistência à Criança e ao Adolescente	2046	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	600	Atendimentos	UN	200

103	Atendimento Hospitalar	2148	Manutenção da Fundação Hospitalar de Navegantes	61.762	Atendimentos	UN	Sem respostas
104	Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar	1100	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMSCI	110	Veículos/Equipamentos	UN	Sem respostas
104	Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar	1101	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar	100	Area Construida	M²	Sem respostas
105	Melhoria da Segurança Pública	2144	Manutenção e Funcionamento do FUMSCI - Apoio Operacional e Administrativo	3.150	Atendimentos	UN	Sem respostas
0047	Humaniza Navega no Trânsito	1036	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	5	Sinalização Viária	KM	Sem respostas
0110	Atendimento como você merece	1125	Aquisição de imóvel para construção de nova sede da Câmara de Vereadores	1	Imóvel Câmara	UN	0
0110	Atendimento como você merece	1126	Construção da nova sede da Câmara de Vereadores	1	Area Construida	M²	0
0095	Manutenção das atividades do Instituto de Previdência	1061	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto de Previdência	125	Area Construida	MT2	0
0096	Nossa Previdência	2118	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	328	Aposentados e Pensionistas	UN	308
0099	Pré e Pós Aposentadoria	2121	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	44	Beneficiários	UN	5

As informações "Sem Resp." significam que não foi enviado nenhuma informação para o controle interno. Quando a informação é "0%" significa que foi respondido em boa ordem, mas a quantidade executada é zero ou não possuem este tipo de controle para informar.

10 TERMOS DE PARCERIA

Informações referente aos termos de parceria assinados junto ao poder executivo, contemplando as informações de prazo de vigências, recursos repassados e situação da prestação de contas:

Unidade Gestora em que o Convênio foi Firmado	Tipo de Instrumento	Número do Instrumento	Período de Vigência	Identificação da Entidade (Nome, Endereço e CNPJ)	Valor Global do Instrumento	Objeto	Volume de Recursos Transferidos até o: 1º Q/2020	As prestações de contas estão sendo regularmente prestadas e com qual periodicidade ?	As despesas respeitam os objetivos pactuados no Plano de Trabalho ?	O Controle Interno emite parecer conclusivo sobre a regularidade e da prestação de contas?	Esta sendo divulgado as informações na internet e em locais visíveis na instituição das suas ações e atividades?
Secretaria de Educação	Termo de Colaboração	Nº 203/2019	Início: 12/09/19 Término : 12/09/21	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE NAVEGANTES CNPJ: 25.401.842/0001-86	Valor Total: R\$ 380.160,00	CREENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL-OSCIIP,COM E SEM FINS LUCRATIVOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA BEBÊS, CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES COM SEQUELAS NEUROMOTORA DE LESÃO CEREBRAL, SEM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL ASSOCIADA, COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL FÍSICA, MÚLTIPLAS, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E TRANSTORNOS FUNCIONAIS ESPECÍFICOS, DESDE QUE ASSOCIADOS A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL COM TEA - ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC	R\$ 63.360,00	Sim, periodicidade mensal	Sem, respeitam os objetivos pactuados	Sim, é emitido para cada parcela	Não
Secretaria de Educação	Termo de Colaboração	Nº 204/2019	Início: 29/08/19 Término : 29/08/21	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NAVEGANTES CNPJ: 83.824.771/0001-20	Valor Total: R\$ 432.000,00	CREENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL-OSCIIP,COM E SEM FINS LUCRATIVOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA BEBÊS, CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES COM SEQUELAS NEUROMOTORA DE LESÃO CEREBRAL, SEM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL ASSOCIADA, COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL FÍSICA, MÚLTIPLAS, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E TRANSTORNOS FUNCIONAIS ESPECÍFICOS, DESDE QUE ASSOCIADOS A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL COM TEA - ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC	R\$ 72.000,00	Sim, periodicidade mensal	Sem, respeitam os objetivos pactuados	Sim, é emitido para cada parcela	Não

11 ACOMPANHAMENTO DAS TAC'S

Segue resumo do acompanhamento do cumprimento dos TAC's assinadas com Ministério Público e o Poder Executivo ou Legislativo:

RESUMO DE ACOMPANHAMENTO DOS TAC'S				Total:	182	104	1	0	77
Título da TAC	▼ Órgão Resp.	Tema	% Conclusão	N° Cláusulas	Concluído	No prazo	Vencendo	Vencido	
0007/2014/03PJ/NAV	Câmara de Vereadores	Lei da transparência / Acesso de Informação	100%	38	38	0	0	0	
0011/2012/02PJ/NAV	Fun. Meio Ambiente	Terreno Cidade da Criança	100%	3	3	0	0	0	
0024/2012/02PJ/NAV	Fun. Meio Ambiente	Poluição Sonora	100%	3	3	0	0	0	
0001/2011/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Denominações de Ruas/Prédios Públicos	0%	5	0	0	0	5	
0001/2013/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Pagamentos Irregulares de Empenhos	0%	5	0	0	0	5	
0001/2017/01PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Acessibilidade	70%	10	7	1	0	2	
0002/2013/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Concurso Médicos Cirurgião Geral	0%	3	0	0	0	3	
0002/2014/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Procuradores	0%	6	0	0	0	6	
0004/2014/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Processo Licitatório/Serviço Funerários	0%	2	0	0	0	2	
0006/2014/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Moto Clube Anjos da Liberdade	0%	2	0	0	0	2	
0006/2015/03PJ/NAV	Sec. Administração e Logística	Retorno Servidores para função Efetiva	0%	7	0	0	0	7	
Nepotismo	Sec. Administração e Logística	Nepotismo na administração pública	0%	5	0	0	0	5	
0016/2013/02PJ/NAV	Sec. Agricultura e Pesca	Salgas	100%	10	10	0	0	0	
0005/2014/03PJ/NAV	Sec. Finanças	Adiantamento Macio Capela	100%	3	3	0	0	0	
0003/2015/03PJ/NAV	Sec. Gestão e Controle	Lei da transparência / Acesso de Informação	100%	21	21	0	0	0	
0001/2016/02PJ/NAV	Sec. Obras	Limpeza de Terreno / Rua Maximiliano Andrade n. 1099 - Gravatá	0%	9	0	0	0	9	
Acordo Judicial Processo nº 0900025-69.2016.8.24.0135-SIG 08.2015.00365990-9	Sec. Planejamento Urbano	Abstenção de atuação em qualquer serviço privado (Eng., Arq., Agro. Geó. e Téc.)	100%	3	3	0	0	0	
0007/2013/02PJ/NAV	Sec. Saneamento Básico	Água	0%	14	0	0	0	14	
0001/2014/03PJ/NAV	Sec. Saúde	Cartão ponto Médicos	57%	7	4	0	0	3	
0001/2015/01PJ/NAV	Sec. Saúde	Remune	63%	8	5	0	0	3	
0003/2011/02PJ/NAV	Sec. Saúde	Animais de Rua	50%	6	3	0	0	3	
0004/2015/01PJ/NAV	Sec. Saúde	Médicos	100%	3	3	0	0	0	
0012/2015/01PJ/NAV	Sec. Segurança Pública	Navegay	11%	9	1	0	0	8	

A informação com "0%" no campo "% Conclusão" significa que não foi enviado nenhuma informação para o controle interno ou realmente não foi tomada nenhuma providência com relação ao TAC.

12 OUTRAS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

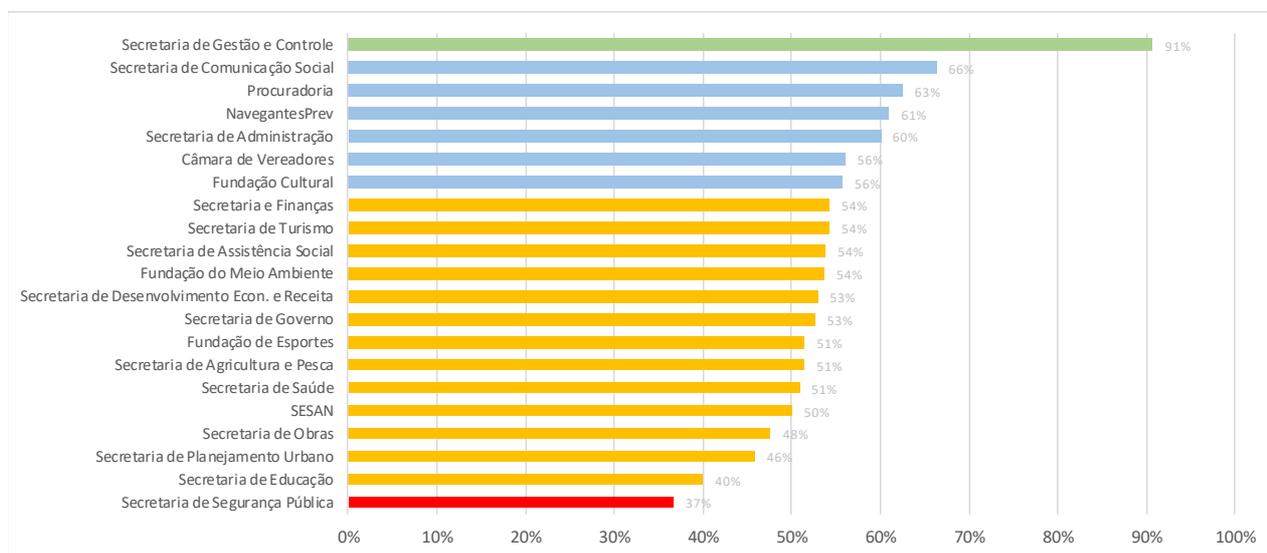
12.1 ANÁLISE DE RISCO

Análise de risco é uma metodologia aplicada a partir de critérios objetivos que são divididos em Ambiente de Controle, Auditoria/Ouidoria e Orçamento/Limites/Temas Específicos, que tem como origem da informação a pesquisa bimestral de monitoramento realizada pela Secretaria de Gestão e Controle com todos os órgão e entidades da administração municipal.

Segue abaixo o resultado do mapa de risco atualizado no 1º quadrimestre que irá servir como uma das variáveis para a confecção do plano anual de auditoria de 2021, onde é possível observar as áreas que estão com um índice classificado do pior para o melhor.

Condições:	
<= 40%	Crítico Risco
>40% <= 55%	Grave Risco
>55% <= 90%	Moderado Risco
>90% <= 100%	Baixo Risco

Órgão/Entidade	Resum.	1º Qua	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Acum.
Secretaria de Segurança Pública	Seg	37%					37%
Secretaria de Educação	Edu	40%					40%
Secretaria de Planejamento Urbano	Urb	46%					46%
Secretaria de Obras	Obr	48%					48%
SESAN	Ses	50%					50%
Secretaria de Saúde	Sau	51%					51%
Secretaria de Agricultura e Pesca	Agr	51%					51%
Fundação de Esportes	Esp	51%					51%
Secretaria de Governo	Gov	53%					53%
Secretaria de Desenvolvimento Econ. e Receita	Eco	53%					53%
Fundação do Meio Ambiente	Fum	54%					54%
Secretaria de Assistência Social	Ass	54%					54%
Secretaria de Turismo	Tur	54%					54%
Secretaria e Finanças	Fin	54%					54%
Fundação Cultural	Cul	56%					56%
Câmara de Vereadores	Cam	56%					56%
Secretaria de Administração	Adm	60%					60%
NavegantesPrev	Pre	61%					61%
Procuradoria	Pro	63%					63%
Secretaria de Comunicação Social	Com	66%					66%
Secretaria de Gestão e Controle	Sgc	91%					91%



12.2 ATIVIDADES DE AUDITORIA

De acordo com o relatório anual de atividade da auditoria interna (RAINT), é possível verificar que em 2020 existe uma programação instituída de 17 atividades entre ordinárias, extraordinárias e pareceres de verificação. Os resultados dos trabalhos de auditoria são objeto de relatório específico para cada auditoria realizada. Segue abaixo quadro resumo:

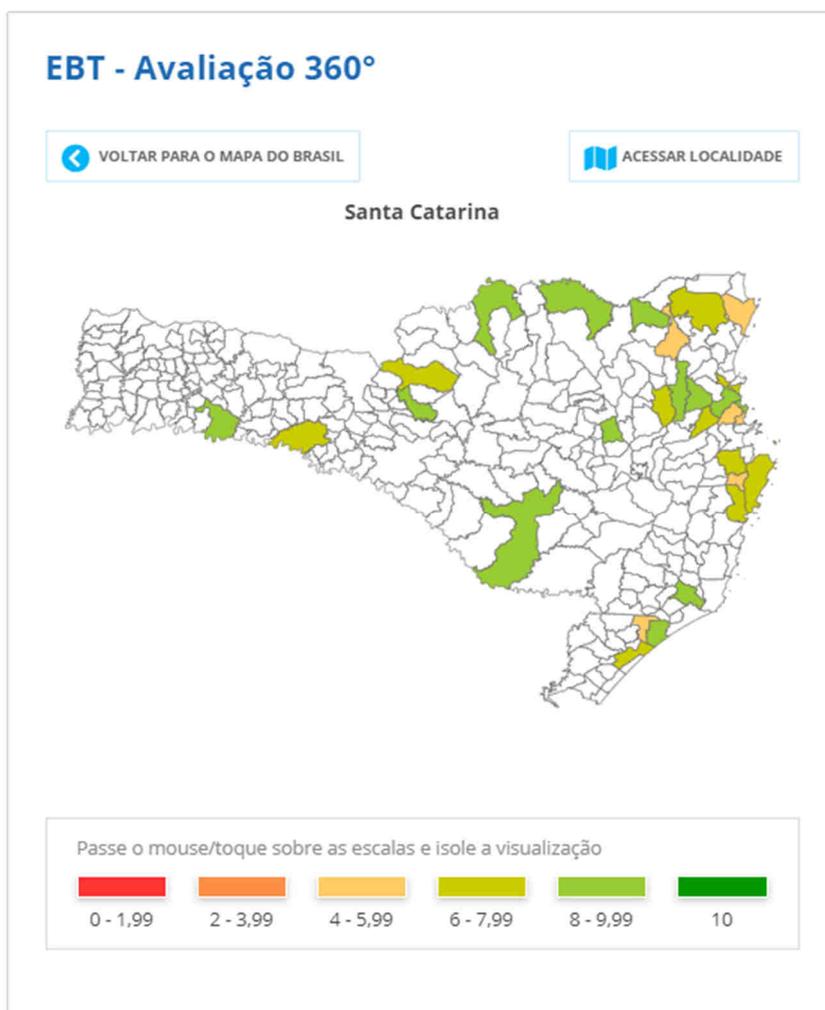
LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	TÍTULO/OBJETO	ORIGEM DA DEMANDA	AUDITORES	CRONOGRAMA (PERÍODO DE EXECUÇÃO)	STATUS
Secretaria de Obras	Parecer de verificação nº 02/2020 - lixo	DENUNCIA	Ana Eising Graziela F. Vieira	18/11/2019 à 20/12/2019	Finalizado
Secretaria de Obras	Parecer de verificação nº 06/2020 - loureci soares da silva	MPSC	Ana Eising Graziela F. Vieira	01/09/2019 à 06/02/2020.	Finalizado
Sec. De Educação	Análise edital 42/2019 - alteração carga horária	SGC	Luciano da Costa	Mai/18	Aguardando resposta sec. Edu
Sec. De Administração	Análise fornecedor pj	SGC	Ana Eising Graziela F. Vieira Luciano da Costa	Mai/18	Aguardando resposta sec. Adm
Fundação de Esportes	Parecer de verificação nº 04/2018 - jen 2017	MPSC	Ana Eising Luciano da Costa	Julho/2018 a outubro/2019	Aguardando retorno fernando
Secretaria de Saúde	Parecer de verificação nº 01/2020	COMUSA	Ana Eising Graziela F. Vieira Luciano da Costa		Aguardando retorno fernando
Patrimônio	Auditoria 002/2020 (extraordinária)	SGC	A Definir	A definir	Fernando aguardando aprovação prefeito
Secretaria de Agricultura			Ana Eising Graziela F. Vieira Luciano da Costa		Iniciado (ana)
Sec. Planejamento Urbano	Auditoria extraordinária nº 02/2018: denúncias oriundas do mpsc / ouvidoria	MPSC	Ana Eising Graziela F. Vieira Ò	Iniciada em junho/19. Em execução. Previsão finalizar em jun/20	
Sec. De Desenv. Econômico e Receita	Auditoria ordinária nº 01/2019: iptu	MPSC	Ana Eising Graziela F. Vieira Ò	Iniciada em janeiro/19. Relatório preliminar em elaboração. Previsão finalizar em jun/20	
Sec. Da Educação	Auditoria ordinária nº 02/2019: fundeb	CONSELHO	Ana Eising Graziela F. Vieira Luciano da Costa Ò	Iniciada em fevereiro/19. Relatório preliminar em elaboração. Previsão finalizar em jun/20	Aguardando análise de auditor e resposta do rh
Sec. De Obras	Auditoria ordinária nº 03/2019: contratos horas máquina	SGC	Ana Eising Ò Graziela F. Vieira Luciano da Costa Fernando Sedrez Silva	Iniciada em junho/19. Relatório preliminar em elaboração. Previsão finalizar em jun/20	
Sec. De Saúde - SAMU	Auditoria nº 01/2020 extraordinária	DENUNCIA	Ana Eising Graziela F. Vieira Luciano da Costa Ò	02/2020 a 04/2020	Aguardando retorno fernando
Sec. De Gestão e Controle	Auditoria nº xx/2020: ordinária revisão das recomendações do are	SGC	Ana Eising Graziela F. Vieira Luciano da Costa Ò	Abril	Aguardando análise de auditor e resposta sec. Adm
Todas as Secretarias	Auditoria nº xx/2020 ordinária: follow up aud. Ord. Nº 003/2017: manutenção de frota	SGC		Maio a agosto	Não iniciado
NAVETLAN	Auditoria nº xx/2020 ordinária: funset	SGC		Julho a outubro	Não iniciado
Câmara de Vereadores	Auditoria nº xx/2020 ordinária: a definir	CMV			Não iniciado
Sec. De Agricultura e Pesca	Auditoria nº xx/2020 ordinária : prestação de serviços cobrados aos agricultores	SGC		Julho a dezembro	Não iniciado

13 ESCALA BRASIL TRANSPARENTE (EBT) E OUVIDORIA

A Escala Brasil Transparente (EBT) é uma metodologia para medir a transparência pública em estados e municípios brasileiros. A EBT foi desenvolvida para fornecer os subsídios necessários ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) para o exercício das competências que lhe atribuem os artigos 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e 41 (I) da Lei de Acesso à Informação, assim como os artigos 68 (II) do Decreto nº 7.724/2012 e 18 (III), do Decreto nº 8.910/2016.

A EBT avalia o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI). O período de avaliação da CGU foi de 09/07/2018 a 14/11/2018. Foram avaliados na Escala Brasil Transparente – Avaliação 360° todos os Estados, as capitais e os municípios com mais de 50 mil habitantes (com base nas estimativas de 2017, do IBGE), o que resultou em 691 entes. Ao avaliar os municípios com mais de 50 mil habitantes, a EBT 360° contemplou os entes nos quais está concentrada a maioria da população brasileira.

A imagem abaixo representa os Municípios catarinenses avaliados, e sua posição na escala:



Fonte: Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União – CGU – 2020.

Disponível em: <https://mbt.cgu.gov.br/publico/home>

O quadro abaixo apresenta a posição de alguns municípios, onde aparece o Município de Navegantes, com nota 7,43, na 249ª posição em relação aos 665 municípios avaliados em todo o território nacional.

Ranking Geral	Localidade	UF	Nota	Varição
217	Indaial	SC	7,72	-
240	Palhoça	SC	7,54	-
249	Navegantes	SC	7,43	-
261	Biguaçu	SC	7,34	-
266	Caçador	SC	7,32	-
278	Brusque	SC	7,15	-
302	Concórdia	SC	6,87	-
302	Florianópolis	SC	6,87	-
335	Araranguá	SC	6,46	-
417	Criciúma	SC	5,81	-
426	Camboriú	SC	5,76	-
431	São José	SC	5,7	-
459	Jaraguá do Sul	SC	5,51	-
466	São Francisco do Sul	SC	5,46	-
469	Itapema	SC	5,44	-

A nota anterior do Município era 9,3. A queda se deu pela inclusão dos pedidos de acesso à informação (transparência passiva) na metodologia adotada. O Município de Navegantes, nos termos da Lei de Acesso a Informação e legislação municipal, vem exigindo a identificação do usuário para os pedidos de acesso à informação. No entanto, o sistema utilizado não é intuitivo para o usuário e muitas vezes a resposta ao pedido do usuário é a referência legal, indicando que para o pedido de acesso à informação, o usuário precisa se identificar. Acreditamos que este seja o principal motivo da queda no ranking. De toda forma, várias ações vêm sendo tomadas pela Secretaria de Gestão e Controle, juntamente com o Conselho Municipal de Transparência e Acesso à Informação, no sentido de elevar significativamente o nível de transparência municipal.

Fazendo uma avaliação da transparência municipal por parte deste órgão de controle interno, valendo-se da mesma metodologia EBT, evidenciamos o que segue:

CHECKLIST EBT - 360°							
Ordem	Detalhamento	Temas/Parâmetros	Pontuação máxima	Informação localizada? (Sim ou Não)	Pontuação	%	
1	Estrutura organizacional	Estrutura organizacional	1,50	sim	1,5	1,50%	
2		Unidades administrativas	Endereço	0,70	sim	0,7	2,10%
			Telefone	0,70	sim	0,7	
	Horário de atendimento		0,70	sim	0,7		
3	Receitas	Dados das receitas	Previsão	1,00	sim	1	4,00%
			Arrecadação	1,50	sim	1,5	
			Classificação	1,50	sim	1,5	
4	Despesas	Empenhos	Número	0,80	sim	0,8	12,00%
			Valor	0,80	sim	0,8	
			Data	0,80	sim	0,8	
			Favorecido	0,80	sim	0,8	
			Descrição	0,80	sim	0,8	
5	Pagamentos		Valor	1,00	sim	1	
			Data	1,00	sim	1	
			Favorecido	1,00	sim	1	
			Empenho de referência	1,00	sim	1	
6		Possibilita a consulta de empenhos ou pagamentos por favorecido	3,00	sim	3		
7		Permite gerar relatório da consulta de empenhos ou de pagamentos em formato aberto	1,00	não	0		

8	TRANSPARÊNCIA ATIVA	Licitações	Processos licitatórios	Número/Ano do Edital	0,75	sim	0,75	9,00%	
				Modalidade	0,75	sim	0,75		
				Objeto	0,75	sim	0,75		
				Situação/Status	0,75	sim	0,75		
		9			Disponibiliza o conteúdo integral dos editais	3,00	não	0	
		10			Possibilita a consulta aos resultados das licitações ocorridas	3,00	sim	3	
		11	Contratos	Dados dos contratos	Objeto	0,80	sim	0,8	4,80%
					Valor	0,80	sim	0,8	
					Favorecido	0,80	sim	0,8	
					Número/Ano do contrato	0,80	sim	0,8	
					Vigência	0,80	sim	0,8	
					Licitação de origem	0,50	sim	0,5	
		12			Disponibiliza o conteúdo integral dos contratos	0,30	não	0	
		13			Permite gerar relatório da consulta de licitações ou de contratos em formato aberto	1,00	não	0	1,00%
		14	Obras públicas	Dados para acompanhamento	Objeto	0,40	não	0	2,60%
					Valor total	0,40	não	0	
					Empresa contratada	0,40	não	0	
					Data de início	0,40	não	0	
					Data prevista para término ou	0,40	não	0	
Valor total já pago ou	0,30				não	0			
Situação atual da obra	0,30				não	0			
15	Servidores Públicos		Nome	1,00	sim	1	4,00%		
			Cargo/Função	1,00	sim	1			
			Remuneração	2,00	sim	2			
16	Despesas com diárias		Nome do beneficiário	0,80	sim	0,8	4,00%		
			Valores recebidos	0,80	sim	0,8			
			Período da viagem	0,80	sim	0,8			
			Destino da viagem	0,80	sim	0,8			
			Motivo da viagem	0,80	sim	0,8			
17	Regulamentação da Lei de Acesso à Informação		Divulgação do normativo local que regulamenta a LAI em local de fácil acesso.	2,50	sim	2,5	2,50%		
18	Relatório estatístico	Divulgação de relatório de atendimentos	Quantidade de pedidos recebidos	1,00	sim	1	2,00%		
			Quantidade e/ou percentual de pedidos atendidos	1,00	sim	1			
			Quantidade e/ou percentual de pedidos indeferidos	x	sim	x			
19	Bases de dados abertos		Publica na internet relação	0,50	não	0	0,50%		
TRANSPARÊNCIA ATIVA				50,00		41,6	50,00%		

1	PARÊNCIA PASSIVA	Existência de SIC	Indica o funcionamento de um SIC físico, isto é, com a possibilidade de entrega de um pedido de informação de forma presencial?	Endereço	1,00	sim	1	3,00%	
				Telefone	1,00	sim	1		
				Horário de atendimento	1,00	sim	1		
				Existência de alternativa de envio de pedidos de acesso à informação de forma eletrônica	Sistema ou formulário	5,00	sim	5	9,00%
					E-mail	4,00	sim	4	
2			Não são feitas exigências que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação	4,00	Não	0	4,00%		
3	SIC	Permite o acompanhamento posterior da solicitação	Data de registro do pedido	2,00	sim	2	4,00%		
			Situação do pedido	2,00	sim	2			
4	SIC	Responde aos pedidos de informação	Resposta ao Pedido 1	0,50	Sim	0,5	1,50%		
			Resposta ao Pedido 2	0,50	Sim	0,5			
			Resposta ao Pedido 3	0,50	Sim	0,5			

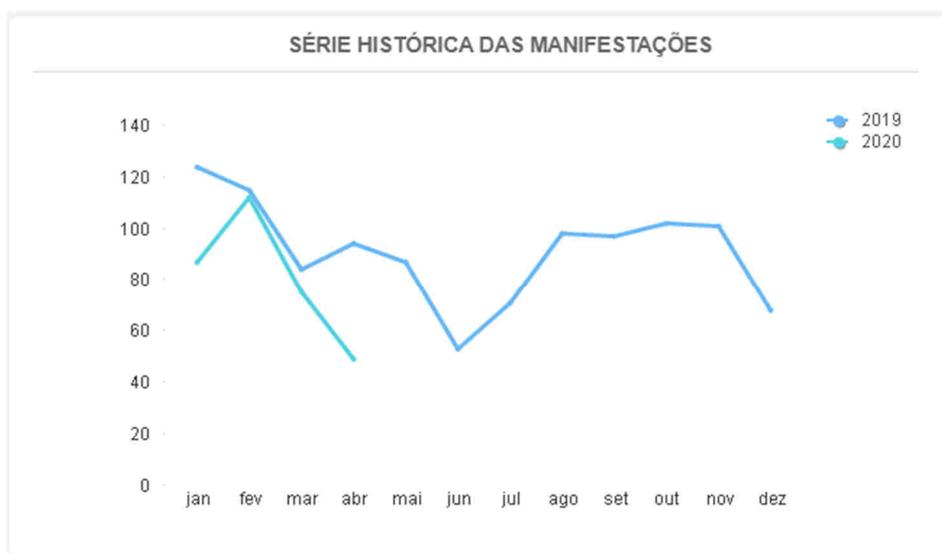
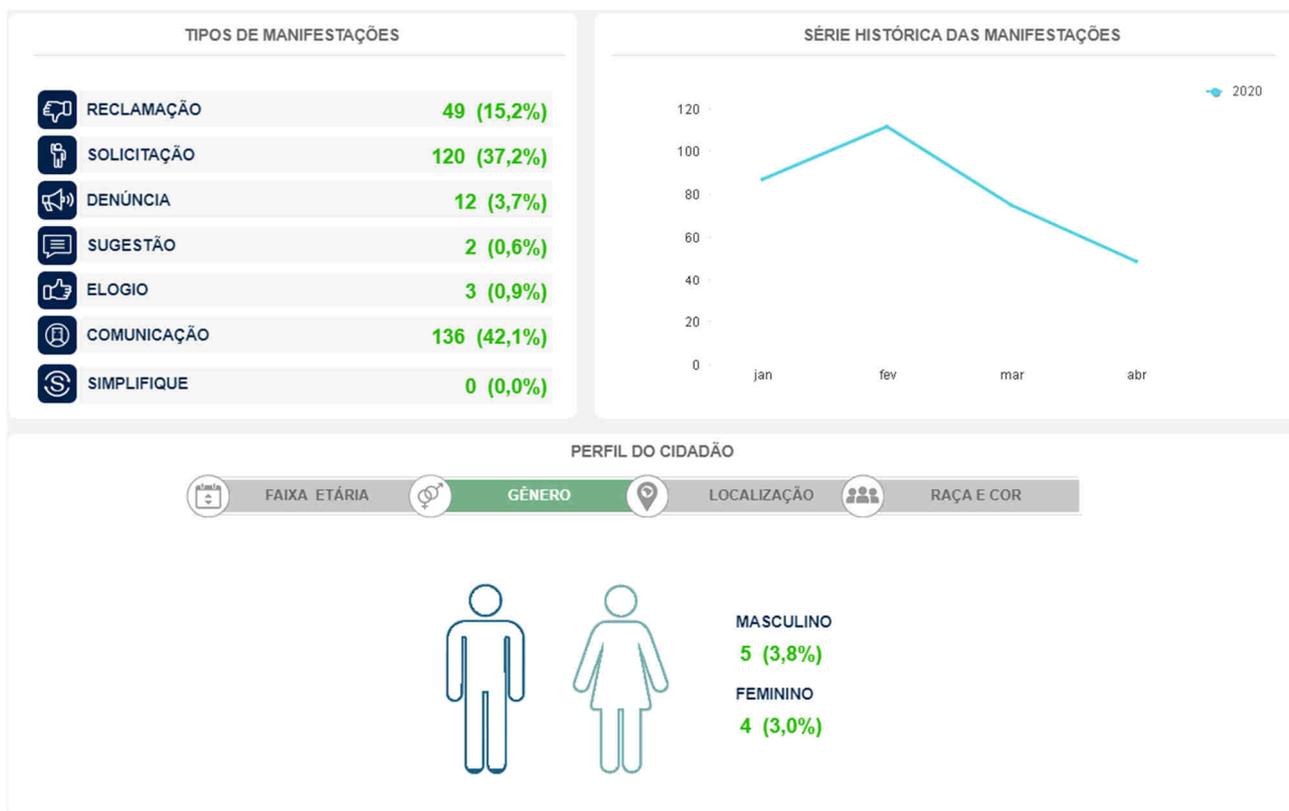
5	TRANS	Funcionamento do :	Cumprir os prazos para resposta das solicitações	Resposta no prazo para o Pedido 1	3,00	Sim	3	9,00%
				Resposta no prazo para o Pedido 2	3,00	Sim	3	
				Resposta no prazo para o Pedido 3	3,00	Sim	3	
6			Atende aos pedidos, respondendo o que se perguntou	Resposta em conformidade para o Pedido 1	6,00	Sim	6	18,00%
				Resposta em conformidade para o Pedido 2	6,00	Sim	6	
				Resposta em conformidade para o Pedido 3	6,00	Sim	6	
7			Comunica sobre possibilidade de recurso	Comunicação existente na resposta ao Pedido 1	0,50	Não	0	1,50%
				Comunicação existente na resposta ao Pedido 2	0,50	Não	0	
				Comunicação existente na resposta ao Pedido 3	0,50	Não	0	
TRANSPARÊNCIA PASSIVA				50,00			44,5	50,00%
TOTAL				100,00			86,1	86,10%

Na avaliação realizada internamente o Município atingiu a nota 8,61, ou seja, razoavelmente acima da avaliação da CGU. É importante salientar que identificamos o problema e medidas foram adotadas para corrigir o problema da transparência passiva. Acredita-se que uma nova pesquisa oficial realizada pela CGU deva ser realizada no segundo semestre deste ano.

No que concerne à transparência ativa, foi realizada nova licitação para os sistemas de informação do Município, exigindo um novo e, significativamente melhor, sistema de “portal de transparência”. A empresa vencedora está em fase final de implantação do novo portal.

Ainda em se tratando de transparência, é importante avaliar os trabalhos de ouvidoria. Neste sentido os painéis abaixo, evidenciam os resultados dos trabalhos de ouvidoria no âmbito do Município de Navegantes no ano de 2020:





Fonte: <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>

Em relação à ouvidoria, podemos observar que foram realizadas 323 manifestações no sistema e-Ouv, das quais todas foram respondidas, sendo 100% no prazo. Estes números evidenciam a eficiência dos serviços de ouvidoria. Destas manifestações, 85% dos usuários que responderam a avaliação considerou a sua demanda resolvida ou parcialmente resolvida. A Secretaria de Gestão e Controle está trabalhando em formas de melhorar a qualidade dos atendimentos (das respostas), com o intuito de melhorarmos os índices de satisfação dos usuários. Já foi criada uma comissão de servidores com a missão de avaliar a qualidade das respostas de ouvidoria. O resultado deste trabalho deverá ser utilizado na confecção de um manual de orientação a ser utilizado pelos gestores e ouvidores setoriais no que concerne aos serviços de ouvidoria.

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho da Secretaria Municipal de Gestão e Controle, órgão central do Sistema de Controle Interno Municipal, envolve o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Neste sentido, tem-se trabalhado fortemente no desenvolvimento do Sistema de Controle Interno Municipal, mediante uma série de ações que foram desenvolvidas e outras que estão em desenvolvimento. Para o cumprimento de sua missão institucional, a Secretaria Municipal de Gestão e Controle tem atuado por meio das seguintes ações:

- Normatização de procedimentos;
- Treinamento de servidores;
- Monitoramento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, de custos além de ações de governo, atingimento de metas a implantação de mecanismos de gestão;
- Análise de prestações de contas;
- Análise de atos de aposentadorias e pensões;
- Auditorias internas;
- Promoção da transparência, acesso à informação e ouvidoria.

O presente relatório procura sintetizar o resultado das atividades de monitoramento, que é parte dos trabalhos realizados no âmbito do Órgão Central do Sistema de Controle Interno Municipal. Os dados apresentados apontam várias situações favoráveis, como superávit orçamentário, superávit financeiro, atingimento de metas de resultado primário e nominal, cumprimento dos limites de endividamento, cumprimento dos limites de gastos com pessoal, inclusive o limite prudencial e os investimentos mínimos em ações e serviços públicos de saúde e educação. Em síntese, a situação financeira e orçamentária do Município, ATÉ O ENCERRAMENTO DO 1º QUADRIMESTRE, foi boa.

Em relação a situação dos gastos com pessoal do Poder Executivo, esta foi muito preocupante no exercício de 2018, porém desde o 5º bimestre do referido exercício, esta situação começou a apresentar melhorias. A análise do 3º quadrimestre de 2019, evidencia que o Poder Executivo está abaixo do limite prudencial. No entanto, é público e notório que a pandemia provocada pelo COVID-19 está causando uma crise sem precedentes à economia do País, afetando diretamente pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas. Os reflexos desta crise já começaram a aparecer, bastando observar as receitas na classificação "Transferências Correntes" e na evolução do percentual de gastos com pessoal. Conseqüentemente medidas deverão ser adotadas para garantir o equilíbrio das contas públicas.

É importante considerar que a folha de pagamento cresce naturalmente conforme a evolução dos servidores em suas respectivas carreiras. Além disso, as demandas da sociedade aumentam constantemente, tendo em vista o crescimento do Município. Assim, é importante e necessária a adoção permanente de medidas para o incremento de arrecadação. Percebemos recentemente uma movimentação da gestão no sentido de adotar algumas medidas para o incremento da arrecadação, como por exemplo a Lei Complementar nº 334/2017 que trata dos protestos, a criação de

comissão para analisar as formas de implementação da nova planta genéricas de valores etc. Isto evidencia algum esforço municipal no sentido de aumentar a arrecadação. No entanto, em relação aos protestos, foi evidenciado no presente relatório que, de janeiro a dezembro de 2019, não foi realizado nenhum procedimento. Sugerimos que estas medidas sejam tratadas como de urgência, para garantir os recursos necessários para a realização das políticas públicas de modo geral.

Além disso, outras situações têm preocupado este órgão central do Sistema de Controle Interno Municipal:

- Almojarifados/estoques: conforme relatado, alguns órgãos permanecem descumprindo a Instrução Normativa SGC nº 001/2018. Esta situação é RECORRENTE e GRAVE, e até o momento não vislumbramos qualquer iniciativa de solucionar o problema. Recomendamos a instauração de procedimento disciplinar para identificar os responsáveis pelo descumprimento da instrução e aplicação das penalidades cabíveis, se for o caso.
- Recomendações do órgão de controle interno: várias recomendações do Órgão Central do Sistema de Controle Interno Municipal permanecem sem providências, de forma RECORRENTE. É preciso que os órgãos do governo, se atentem para as recomendações emitidas de sua competência e adotem as providências cabíveis o quanto antes. É importante destacar que a não adoção de providências em relação às irregularidades apontadas pelo Controle Interno, enseja comunicação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, anualmente, através das prestações de contas anuais.
- Termos de Ajustamento de Conduta - TAC's: mais recentemente, iniciamos na Secretaria de Gestão e Controle, um acompanhamento do cumprimento de todos os TAC's firmados entre o Município e o MPSC. No entanto, vários órgãos responsáveis ou não se manifestaram sobre os mesmos ou os descumpriram. É preciso se atentar a esta situação, pois o descumprimento pode ser tratado como ato de improbidade administrativa.
- Implantação das NBCASP: os prazos para a implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público estão vencendo e ainda existem, no Município de Navegantes, várias situações pendentes e recorrentes. O que mais nos preocupa, ainda, é que de forma recorrente alguns órgãos manifestam a falta de conhecimento sobre o tema, como justificativa para o não atendimento. É preciso buscar este conhecimento e trabalhar na implantação dos novos procedimentos.
- Implantação do e-Social: os prazos de implantação do e-Social até o momento permanecem os mesmos e não vislumbramos nenhum avanço ou iniciativa na implantação de rotinas que atendam a nova sistemática. No 5º bimestre a planilha de monitoramento sequer foi respondida. Ressaltamos que o não atendimento aos requisitos e regras do e-Social poderá causar MULTAS de valores SIGNIFICATIVOS e, no setor público, multas podem ser consideradas DANO AO ERÁRIO. Se isto vier a acontecer, iremos propor a instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial para o devido RESSARCIMENTO do dano por quem deu causa.
- Metas do Plano Municipal de Educação: o Plano Municipal de Educação é um importante instrumento na busca do desenvolvimento do ensino. A Secretaria Municipal de Educação NÃO ENVIUO o referido plano com as metas atualizadas, impossibilitando o monitoramento por parte deste órgão de controle.
- Metas do Plano Municipal de Saúde: o Plano Municipal de Saúde se constitui em uma ferramenta essencial de políticas públicas e metas a serem atingidas, facilitando as diretrizes de atuação da Secretaria Municipal de Saúde. No entanto, a Secretaria Municipal de Saúde se manifestou acerca das metas do referido plano, porém de forma incompleta, impossibilitando o monitoramento por parte deste órgão de controle.
- Metas físicas definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias: estamos realizando o acompanhamento do atingimento das metas físicas definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. No entanto, percebemos que vários órgãos do governo OU NÃO POSSUEM DADOS, OU NÃO PREENCHEM A PLANILHA, OU NÃO ESTÃO EXECUTANDO O PLANEJADO. Esta situação é RECORRENTE. Torna-se necessário o adequado acompanhamento por parte de cada órgão do governo e adequada prestação de informações ao Órgão de Controle Interno Municipal, além da busca pelo cumprimento da LDO.
- Outra fragilidade que estamos evidenciando, se refere às atividades de fiscalização de contratos administrativos. É necessário buscar soluções para que estes não sejam "figurantes" nos processos, mas sim, verdadeiros fiscais nas execuções dos contratos.

Por fim, considerando os dados acima relatados, a Secretaria Municipal de Gestão e Controle alerta para a necessidade de maior engajamento dos órgãos governamentais nas ações de monitoramento do sistema de controle interno, alerta para que se atendam as recomendações realizadas no presente relatório, bem como nos relatórios de auditoria interna.

Navegantes, 17 de junho de 2020.

Fernando Sedrez Silva
Secretário de Gestão e Controle

Atesto para todos os fins, que tomei conhecimento das informações e conclusões do relatório emitido pela Secretaria de Gestão e Controle do Município sobre o acompanhamento da gestão relativamente ao 1º quadrimestre do exercício de 2020.

Navegantes, 17 de junho de 2020.

Emílio Vieira
Prefeito